

Distribuição gratuita com o semanário "Sol" Encarte comercial da responsabilidade de Páginatónica - Publicações. Lda e não pode ser vendido separadamente

Edição n.º 70 SETEMBRO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE IV



MUNICÍPIO DE SINES

Concelho com alma, porto de dados e conhecimento

SÃO ROQUE DO PICO

"Maiores problemas não são competência da Autarquia"

ESPECIAL

Açores

ESPECIAL

Madeira

EM DESTAQUE

Elvas | Viana do Castelo

MUNICÍPIO DE SINES

CONCELHO COM ALMA, PORTO DE DADOS E CONHECIMENTO

Nuno Mascarenhas, presidente da Câmara Municipal de Sines, reconhece que este foi um mandato exigente e que o aparecimento da atual pandemia condicionou a atuação do Executivo. Apesar disso, o autarca mostra-se confiante no futuro, até porque o Município conseguiu captar o maior investimento estrangeiro realizado no nosso País desde a Autoeuropa: a instalação de um novo data center que terá um custo de 3.500 milhões de euros e que criará até 1.200 empregos diretos altamente qualificados e 8.000 indiretos até 2025. Sines é hoje um concelho com alma, um porto de dados e de conhecimento.



Nuno Mascarenhas



► Nuno Mascarenhas, presidente da Câmara Municipal de Sines, assevera que o aparecimento da Covid condicionou a atuação e o atual mandato. “A pandemia influenciou todos os projetos e planos que as várias autarquias tinham delineados para 2020 e 2021. Como é óbvio, concentramos as nossas atenções no combate à pandemia e na definição e operacionalização de todas as medidas de mitigação das suas consequências”. Para além disso, o autarca advoga que, por força das circunstâncias, o Município também foi obrigado a cancelar vários eventos, fator muito penalizador porque Sines tem “uma dinâmica cultural e desportiva muito própria. Este facto foi ainda mais preponderante quando, em 2019, fomos o município do País que acolheu as principais finais desportivas de pavilhão. O nosso ano de 2019 foi muito ativo do ponto de vista desportivo e, no ano seguinte, a

pandemia obrigou-nos a parar na totalidade”, lamenta o presidente.

Para além disso, perante este cenário, Nuno Mascarenhas reconhece que as obras e projetos que seriam lançados em 2020 também sofreram um atraso significativo. “Tínhamos previstas obras no valor de 20 milhões de euros. Destas, felizmente, conseguimos lançar a maioria. Falo de obras sobretudo de cariz social, como o Centro de Dia de Porto Covo, passando pelo setor económico, com a ampliação da área de acolhimento empresarial numa das nossas zonas industriais, até à reabilitação urbana que realizámos, obra de vital importância para o nosso centro histórico”.

PORTO DE DADOS E CONHECIMENTO

O autarca constata que o Município está agora a regressar lentamente à normalidade e que o investimento está a ser retomado, o que faz com que as obras estejam quase todas em andamento. “Estamos a executar o atual quadro comunitário de apoio e a operacionalizar os fundos que nos foram atribuídos em função das candidaturas que apresentámos”. O presidente destaca que, recentemente, o Município conseguiu iniciar a construção do Observatório do Mar, uma das obras mais emblemáticas do mandato e que implicará um investimento total de 2,6 milhões de euros. Esta operação tem por base a recuperação dos Armazéns da Ribeira,

um dos conjuntos edificados mais marcantes da paisagem urbana da cidade. Estes edifícios, que no passado deram apoio à pesca artesanal, serão adaptados a um moderno centro de exposições, onde Sines pretende oferecer aos visitantes uma viagem pelo imaginário oceânico local, desde as aventuras de Vasco da Gama até à pesca tradicional. “A recuperação deste conjunto de edifícios vem devolver à comunidade um relevante património histórico-cultural, in-

timamente ligado à nossa identidade e ao nosso universo atlântico. Integra-se também numa estratégia de reafirmação da vocação turística da cidade. Além disso, por si só, a recuperação dos Armazéns da Ribeira seria uma das maiores obras que poderíamos realizar na requalificação da cidade. Com o programa que lhe vai dar vida, uma valorização da memória marítima de Sines nas suas mais variadas vertentes, ganhamos um novo polo de atração cultu-



ral e turística na zona ocidental da cidade”, garante Nuno Mascarenhas.

De acordo com o autarca, outro investimento preponderante para o concelho foi a instalação do EllaLink, primeiro cabo de fibra ótica de alta velocidade entre Portugal e o Brasil. Este cabo, com cerca de dez mil quilómetros, “tem uma importância tremenda para o futuro da região, uma vez que permite, pela primeira vez, a ligação direta de alta velocidade por cabo submarino da Europa à América do Sul, mais concretamente a Fortaleza, no Brasil. A funcionar com cerca de 70 terabytes por segundo, esta infraestrutura é essencial para a interligação digital e a transmissão de dados entre os dois continentes. Para além disso, permite o aparecimento de novas oportunidades para o Município nesta era cada vez mais digital”. Para além disso, Nuno Mascarenhas destaca ainda o projeto do novo data center que será instalado em Sines e que resultará “no maior investimento estrangeiro realizado no nosso País desde a Autoeuropa”.

O autarca explica que os investidores reconheceram as vantagens estratégicas de Sines. “Temos a refrigeração com água do mar, o acesso à rede elétrica de alta tensão, a conectividade através da ligação a cabos de fibra ótica internacionais de alta capacidade com a América do Norte, África e América do Sul e a utilização potencial de energia cem por cento verde e ambientalmente sustentável, com indicadores de consumo de água e criando PUE [Power Usage Effectiveness] altamente eficientes. Temos muitas horas de sol e parques disponíveis para acolher novas torres eólicas”. Segundo os promotores, no futuro, o Sines 4.0 será um dos maiores campus de centros de dados da Europa e dará resposta à crescente procura de grandes empresas internacionais de tecnologia fornecedoras de serviços de streaming, social media, ecommerce, gaming, educação online, videoconferência e outros de processamento e armazenagem de dados e de aplicações empresariais. “Agora, além de sermos um dos maiores portos da União Europeia, seremos também um grande porto de dados e de conhecimentos nos próximos 25 anos”, completa Nuno Mascarenhas.

PARCERIAS E TRABALHO DE EQUIPA

O autarca defende que a grande vantagem no Município no combate a esta pandemia passou estreita articulação



“DISTRIBUÍMOS MILHARES DE MÁSCARAS A TODA A POPULAÇÃO E COMÉRCIO LOCAL, ASSIM COMO DOSEADORES DE ÁLCOOL GEL DE PÉ QUE ATRIBUÍMOS AOS COMERCIANTES PARA QUE PUDESSEM COLOCAR NAS SUAS LOJAS”

que a Autarquia estabeleceu sempre com as autoridades de saúde locais, definindo muito bem tarefas e responsabilidades. Nuno Mascarenhas destaca o papel que a dra. Fernanda Santos tem tido em todo este processo, delegada de saúde coordenadora, que foi “incansável nesta luta. Trabalhamos sempre em equipa e em estreita parceria. Também tivemos, desde logo, a noção de que esta doença seria muito complicada de debelar, pelo que apostámos de imediato na distribuição de equipamentos de proteção individual a toda a população. Percebemos que, desta forma, tínhamos a

oportunidade de rapidamente ajudar as pessoas, as empresas e as famílias. Tenho que enaltecer o comportamento de toda a população que soube compreender a necessidade do confinamento para sua própria proteção. Os habitantes do concelho de Sines estão verdadeiramente de parabéns. O resultado desta ação concertada é visível. Não se tratou de mera sorte o sucesso dos municípios nesta luta. Os bons resultados resultam de uma atitude preventiva, de muito esforço, dedicação, bom-senso e de trabalho abnegado de muitas pessoas”. O presidente lembra que a luta foi ainda



mais exigente em Sines porque, diariamente, entram no concelho mais de cinco mil pessoas, trabalhadores provenientes de diferentes partes do mundo que trabalham nos vários navios mercantis que desembarcam no porto local. Perante este facto, “a coordenação entre todas as entidades foi ainda mais decisiva. Estivemos sempre em articulação com as empresas que diariamente usam esta resposta, encontrando soluções, o que nos permitiu alcançar bons resultados e atingir um número baixo de casos”. Quanto aos apoios que o Município atribuiu, Nuno Mascarenhas sublinha que é difícil elencar todas as medidas que foram levadas a cabo, sendo que a Autarquia lançou um pacote de medidas de apoio às famílias, empresas e instituições, onde se incluiu a isenção total da fatura da água aos munícipes com tarifário social. “Também distribuámos milhares de máscaras a toda a população e comércio local, assim como doseadores de álcool gel de pé que atribuímos aos comerciantes para que pudessem colocar nas suas lojas”.

Já para as famílias, o autarca advoga que as medidas adicionais de maior relevo foram a isenção de pagamento das rendas da habitação social, títulos dos transportes urbanos, atividades de animação e apoio à família, refeições do pré-escolar e do 1.º ciclo, mensalidades da piscina municipal e aulas de dança no centro de artes da cidade. Quando as escolas estiveram encerradas e a funcionar na modalidade de ensino à distância, a Autarquia procedeu à entrega de refeições ao domicílio aos alunos dos escalões A e B. “Foram entregues, durante o confinamento de 2021, cerca de seis mil refeições ao domicílio a alunos dos escalões 1 e 2 de todos os ciclos de ensino, número considerável para um município com a dimensão de Sines. Em dezembro de 2020 adquirimos 400 caba-



zes alimentares no comércio local que entregamos às famílias mais carenciadas do concelho. De ressaltar que, em resultado de uma parceria que estabelecemos com uma grande empresa, em janeiro, foram distribuídos mais 400, tendo esta distribuição sido novamente replicada, na Páscoa, por iniciativa da Autarquia. Com esta medida, além de ajudar as pessoas mais desfavorecidas, também apoiámos o comércio local. Este apoio foi também essencial para as famílias porque estas registaram, de uma forma geral, uma quebra nos seus rendimentos. Os níveis de desemprego também já subiram, pelo que temos que permanecer atentos e vigilantes”.

Já no que diz respeito às empresas, segundo o autarca, foi-lhes concedida a isenção do pagamento de 15 metros cúbicos de consumo das faturas de água, saneamento e resíduos urbanos e do pagamento das concessões de parcelas do domínio público. As rendas de edifícios municipais afetos à restauração, bebidas e similares e as taxas do Mercado Municipal também ficaram suspensas, assim como as esplanadas e as taxas de publicidade. Paralelamente, Nuno Mascarenhas revela que o Município colocou no terreno o programa “Sines APOIA”, para estímulo à recuperação do comércio tradicional e restauração do concelho. Este programa previa benefícios diretos e a fundo perdido entre os 750 euros e os 2.500 euros às empresas e empresários em nome individual que, em 2019, tiveram volumes de negócios até 400 mil euros e que, em 2020, evidenciaram quebras superiores a 25%. “Num segundo momento, como percebemos que esta solução não abrangia grande parte das entidades, não só empresas como empresários em nome individual, lançámos o «Sines Apoia Mais», com benefícios diretos e a fundo perdido entre os 750 e os dois mil euros, para empresas



MENSAGEM AOS MUNICÍPES

“O trabalho que temos desenvolvido ao longo destes oito anos tem sido árduo, difícil, mas, acima de tudo, um trabalho que pretendemos que seja marcante para o futuro deste concelho, uma vez que os tempos têm sido muito difíceis. Contudo, estamos a preparar os alicerces para que Sines seja, num futuro muito próximo, um concelho cada vez mais relevante no contexto nacional, com emprego, com formação e, sobretudo, um Concelho com alma e com vontade, uma vez que temos condições únicas para sermos um exemplo no País”.

e empresários em nome individual que, em 2019, tiveram volumes de negócios até 200 mil euros e que, em 2020, evidenciaram quebras superiores a 25%. Por fim, o autarca evidencia que, já este ano, o Município lançou um novo programa de apoio a fundo perdido ao comércio local, restauração e serviços, designado “Sines RETOMA”, destinado a empresas e empresários em nome individual do regime simplificado e com contabilidade organizada. Para terem acesso a este apoio as empresas tiveram que apresentar um volume de negócios até 400 mil euros, em 2019, e registar uma quebra de pelo menos 20% do volume de negócios no primeiro trimestre de 2021, comparativamente com o primeiro trimestre de 2019. Dependendo do volume de negócios, os apoios foram dos 400 euros aos 1000 euros.

Quanto às instituições locais, Nuno Mascarenhas revela que estas também ficaram igualmente isentas do pagamento da água, saneamento e resíduos, tendo sido ainda aprovada a antecipação da transferência de apoios às associações culturais e recreativas, bem como o adiantamento de verba aos clubes que regularmente concorrem aos apoios do Município. “Só nas diversas medidas le-

vadas a cabo e na aquisição de equipamentos, em 2020, o investimento do Município ultrapassou o milhão de euros, valor que a Autarquia entregou à atividade económica, às empresas, às instituições e às pessoas. Este é um valor significativo para um Município como o nosso que viu as suas receitas reduzidas, uma vez que deixámos de cobrar muitos dos impostos que nos permitiam a obtenção de receita. Sabemos que este esforço financeiro terá consequências no futuro, contudo estamos empenhados em encontrar fontes de receita alternativas”, assegura o presidente.


O autarca acrescenta que o apoio do Município também se refletiu na atual campanha de vacinação, processo que “está a decorrer de forma muito positiva. Mais de metade da nossa população já recebeu, pelo menos, a primeira dose da vacina. Claro que gostaríamos que o ritmo fosse mais elevado, contudo, estamos dependentes do número de vacinas disponíveis”.

CONCELHO COM ALMA

Quanto ao futuro, Nuno Mascarenhas aposta que, na região e no País, este terá que passar pela era digital, não só pelo investimento, mas também por todas as

mais-valias que este setor de negócio acarreta. “O nosso grande desafio será o de prepararmos o território para esta mudança. Como mencionado será necessária muita mão de obra especializada que temos agora que conseguir formar. É necessário que estas pessoas tenham os conhecimentos necessários para laborar num local como este. É por isso que estamos já acautelar essa questão com as diversas entidades formativas existentes no território. Paralelamente, estamos a encetar esforços para que Sines, a médio prazo, possa dispor de uma oferta local de ensino superior, o que seria uma importante mais-valia para o concelho”.

Para além disso, o autarca revela que também pretende apostar na melhoria das acessibilidades ao concelho, “questão que se tornou uma problemática nos últimos anos, mas para a qual estamos a conseguir obter solução. É fundamental concluir a modernização da ligação ferroviária entre Sines e a Linha do Sul. Este é um investimento essencial que, felizmente, está já em andamento. A este nível pretendemos ainda, a médio prazo, terminar mais dois projetos vitais: a ligação da A26 à A2, que será uma realidade, e o transporte ferroviário de passageiros que esperamos possa ser reativado. Já estivemos em conversações com a CP que mostrou essa abertura. Muitos governos têm passado pelo nosso País, sem a concretização de projetos na rodovia e na ferrovia”.

Por fim, o presidente assegura que pretende continuar a apostar na requalificação do património que existe no concelho e que “é riquíssimo. Infelizmente o património nunca foi devidamente valorizado. Agora até vamos criar a nova Rota do Património que vai unir os principais pontos de interesse patrimonial da cidade num circuito de visita coerente, permitindo aos nossos visitantes, mas também aos nossos estudantes, conhecer a história e passado deste Município desde os romanos, passando pelo castelo onde viveu Vasco da Gama até à Igreja Nossa Senhora das Salas e o novo Observatório do Mar. Esta aposta vai-nos permitir potenciar uma outra área muito importante para a economia local: o turismo. Neste momento o concelho conta com três novos hotéis em construção, o que nos permitirá aumentar consideravelmente a nossa capacidade hoteleira, realidade impensável há alguns anos. De ressaltar que existe o projeto para a construção de mais duas unidades brevemente”, conclui. 

MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR**DESDE O PRIMEIRO DIA NA LINHA DA FRENTE DO COMBATE**

Durante a pandemia, António Bota, presidente da Câmara Municipal de Almodôvar, esteve sempre, desde o primeiro dia, na linha da frente deste combate. Consciente da escolha de colocar sempre as pessoas, o seu bem-estar e segurança em primeiro lugar, o autarca foi incansável na luta contra a Covid-19, assim como na mitigação das consequências nefastas que a nova realidade causou no Município. A Autarquia de Almodôvar, até ao momento, já realizou um investimento superior a 1.2 milhões de euros nesta batalha.



▶ António Bota, presidente da Câmara Municipal de Almodôvar reconhece que a atual pandemia condicionou, por completo, aquele que era o programa eleitoral que o Executivo apresentou à população em 2017 e explica que a maior parte dos projetos delineados tinham início previsto ou conclusão para 2020. “Não podemos esquecer que a maior parte dos projetistas fechou portas em março do ano passado, o que fez com que não tenham terminado os planos que estavam em curso. Para além disso, muitos dos empreiteiros que deviam iniciar obras também entraram em confinamento e o início das obras foi protelado. Também não podemos esquecer que o País tem falta de mão de obra nesta área, o que prejudica o mercado. Aqui ainda sofremos de forma suplementar com a distância para os grandes centros urbanos, o que faz com que o custo de estaleiro para um empreiteiro seja elevado. Assim, as empresas apenas concorrem quando sabem que poderão obter uma boa margem, o que faz com que vários concursos que abrimos tenham permanecido desertos. O material para a conclusão de obras também foi escasso,

uma vez que a maior parte das indústrias também fecharam portas”. Paralelamente, o autarca lembra que muitas pessoas ficaram em casa por motivo de doença ou por apoio à família, sendo que outras entraram em situação de lay-off. “Mesmo pessoas com questões de saúde, como a diabetes ou a hipertensão, foram desaconselhadas a trabalhar no atendimento ao público. Os serviços públicos centrais também ficaram a funcionar em regime de teletrabalho ou part-time, o que fez com que a capacidade de resposta tenha sido diminuída. A juntar a tudo isto, não podemos esquecer a elevada carga burocrática que existe no nosso País e que faz com que, entre a conceção de um projeto e sua execução, decorra um hiato de tempo longo, uma vez que são necessários pareceres favoráveis das mais diversas entidades, é preciso lançar o concurso, a existência de empreiteiros disponíveis para realização da obra e a aprovação do Tribunal de Contas, entre outros. Para todos estes momentos, muitas vezes, são necessários dois ou três anos de espera. Como facilmente se compreenderá, desde março de 2020, que várias destas fases foram impossíveis de concretizar. O mundo parou e, conseqüentemente, o País parou, o que fez com que muitos dos projetos que podiam já estar terminados ou em execução não tivessem avançado”, admite António Bota. O presidente garante que quando um autarca faz promessas eleitorais é porque considera



António Bota

“MUITOS DOS EMPREITEIROS QUE DEVIAM INICIAR OBRAS TAMBÉM ENTRARAM EM CONFINAMENTO E O INÍCIO DAS OBRAS FOI PROTELADO. TAMBÉM NÃO PODEMOS ESQUECER QUE O PAÍS TEM FALTA DE MÃO DE OBRA NESTA ÁREA, O QUE PREJUDICA O MERCADO”

que essas obras são necessárias para o desenvolvimento do concelho, “daí que a sua não concretização possa ser penalizadora”.

MUDANÇA DE FOCO

António Bota advoga que o aparecimento desta pandemia também fez com que o foco do Executivo tenha mudado, uma vez que “as obras deixaram de ser prioritárias e importantes e a nossa atenção total voltou-se para a saúde pública, onde nos tornámos agentes”. O autarca sublinha que o Executivo passou a reger-se por três objetivos: encontrar soluções de saúde pública, dentro daquelas que são as competências do Município; apoiar o empreendedorismo e as empresas; e apostar fortemente no setor social e na proteção às famílias.

“Sempre fomos muito proactivos e apostámos sempre na prevenção até porque sabemos que este é um concelho onde a população é maioritariamente idosa, logo com riscos acrescidos”, completa.

Contudo, apesar de todos os esforços do Executivo e da população, o presidente lembra que, “infelizmente”, os casos começaram a aparecer. “Fomos um dos primeiros concelhos do distrito de Beja a ter casos. Perante esta realidade, de forma muito rápida, funcionários que estavam alocados a outros serviços passaram a estar responsáveis pela entrega de produtos alimentares e/ou medicamentos a pessoas em confinamento e que não tinham retaguarda familiar. Apoiámos ainda na totalidade a compra de medicamentos não comparticipados”.



Ao nível dos lares, porém, António Bota recorda que o concelho não registou qualquer surto durante o período mais crítico. “Se isso tivesse acontecido, a nossa capacidade de resposta teria sido complicada de operacionalizar. Isto porque, tanto o centro de saúde local como o distrito, neste momento, não têm médicos suficientes para suprir as normais necessidades da população. O Hospital de Beja tem a sua equipa reduzida, não só ao nível dos médicos de saúde pública, medicina geral bem como de auxiliares e enfermeiros. Assim, penso que, para o sucesso deste combate, em muito contribuiu a nossa preocupação constante com o fornecimento de todo o tipo de equipamentos de proteção individual [EPI] a estas instituições. Até ao momento já gastámos cerca de um milhão de euros só em EPI, valor muito elevado para uma Autarquia como a nossa. As primeiras máscaras que adquirimos tiveram o preço unitário de 3.5 euros e davam apenas para um único dia. Apesar disso, avançámos porque nunca quisemos que os nossos funcionários ou que os trabalhadores dos lares estivessem na linha da frente sem uma proteção. A Autarquia esteve ao lado de todos desde o primeiro dia”.

Apesar de tudo, o autarca sublinha que este esforço financeiro só foi possível porque o Executivo realocou a este combate todas as verbas que estavam destinadas à realização de eventos culturais em 2020 e 2021. Apesar disso, o presidente reconhece que, por causa da pandemia e das medidas tomadas, a Autarquia deixou de obter muitos dos impostos que suportam o seu orçamento. Contudo, “o mais importante sempre foi e continuará a ser o bem-estar, a segurança e a saúde das pessoas. Tínhamos que apoiar a saúde pública e as suas instituições, pelo que as escolhas não podiam ter sido outras”.

CONCELHO AO LADO DOS MUNICÍPIOS

“De um momento para o outro, a nossa preocupação passou a ser onde conseguir comprar máscaras e álcool gel,



“DE UM MOMENTO PARA O OUTRO, A NOSSA PREOCUPAÇÃO PASSOU A SER ONDE CONSEGUIR COMPRAR MÁSCARAS E ÁLCOOL GEL, ALÉM DE VISEIRAS, POR FORMA A QUE CONSEGUÍSSEMOS PROTEGER A POPULAÇÃO”

além de viseiras, por forma a que conseguíssemos proteger a população. Como conseguir equipamentos de deteção. Além disso, começámos a preocupar-nos com as consequências que esta pandemia traria às populações e às empresas, daí que tenhamos isentado os municípios do pagamento do consumo de água durante 12 meses, até quatro metros cúbicos. Isentámos as empresas de todo o tipo de taxas como esplanadas [isenção durante dois anos] e publicidade, assim como do pagamento de renda em espaços municipais. As empresas puderam ainda expandir as

suas esplanadas sem grandes constrangimentos”, reitera António Bota que acrescenta que as famílias que ocupam habitação municipal, durante seis meses, também não tiveram que se preocupar com o pagamento da renda.

António Bota sustenta que Almodôvar deve ter sido um dos poucos municípios que criou dois programas de apoio financeiro, a fundo perdido, para suporte ao empreendedorismo e evidencia que a Autarquia lançou o Programa de Apoio ao Tecido Empresarial do Concelho de Almodôvar (PATECA), com o objetivo de “apoiar os empresários que têm atra-



vessado inúmeras dificuldades associadas a esta pandemia”. Segundo o presidente, o programa materializou-se através de um apoio financeiro a fundo perdido e teve a dotação de meio milhão de euros, tendo decorrido em duas fases. A primeira teve lugar entre maio e junho de 2020 e a segunda começou em janeiro/fevereiro e ainda se mantém ativa. “Este foi um contributo enorme para todos aqueles que, com esta crise, sofreram consequências financeiras, uma vez que, naquele primeiro momento, assegurámos o pagamento de dois meses de salário aos funcionários das empresas que estiveram fechadas durante o confinamento, tendo por base o valor do ordenado mínimo nacional. Neste segundo período, pagámos, durante dois meses, até 70% do valor do ordenado dos funcionários das empresas que estiveram encerradas ou que estiveram encerradas, mas que conseguiram readaptar-se ou ainda que registaram quebras significativas na sua faturação. Também aqui o cálculo é feito tendo por base o valor do ordenado mínimo e o valor a compartilhar está dependente da realidade de cada empresa. Atribuímos ainda um apoio no valor de dez por cento do ordenado mínimo nacional a todos os empresários em nome individual. Neste momento, a nossa prioridade é investir com tudo o que for possível na revitalização do tecido económico do Concelho”.

O autarca sublinha, contudo, que o Município também criou um programa específico de apoio às IPSS que se desenvolveu nos mesmos moldes do PATECA, sendo que, neste caso, a Autarquia assegurou o pagamento de 70 por cento do valor do ordenado a todos os funcionários destas instituições, durante dois meses. Desta forma, “como as IPSS conseguiram a poupança nos salários, ficaram com liquidez para a compra de EPI. Também aqui, fomos uma Autarquia única no País”. Esta medida significou um apoio de 150 mil euros por parte do Município.

No que concerne à educação, o presidente revela que o Município disponibilizou computadores portáteis a todos os alunos das escolas do concelho, de todos os níveis de ensino, desde o primário até ao secundário. “Desde o ano passado que todos os nossos alunos, sem exceção, têm um computador preparado para o ensino à distância, sempre que necessário. Claro que fizemos



esta distribuição em três fases, até porque não havia equipamentos disponíveis, mas cumprimos esta ambição com sucesso. De ressaltar que todos os lares existentes em Almodôvar também estão equipados com um computador, tudo para que os nossos idosos possam comunicar mais facilmente com as suas famílias, diminuindo distâncias e a saúde”, completa.

No que concerne à campanha de vacinação que está a decorrer, António Bota realiza um balanço muito positivo, “graças ao esforço dos profissionais de saúde que existem na região. Também temos trabalhado em estreita articulação com as entidades locais do setor da saúde, o que se tem mostrado uma importante mais-valia. Além disso, disponibilizámos transporte gratuito para todos os utentes que precisem de se deslocar até ao centro de saúde para a toma da vacina, sendo necessária apenas a marcação do serviço. Neste momento, uma grande percentagem da nossa população já está vacinada, com especial enfoque na mais vulnerável, o que é muito positivo”.

FUTURO REPLETO DE DESAFIOS

“Todos os dias trabalhamos nesta Autarquia como se não existisse amanhã. Assim, como a pandemia destruiu todos os muros que construímos, temos agora que arregaçar as mangas e voltar a construí-los, pedra a pedra. É precisamente esta a nossa missão na atualidade daí que estejamos confiantes de que, no futuro, poderemos apostar em diversas áreas de vital importância”, aponta o autarca que anuncia que uma das prioridades será prosseguir com as obras em curso e iniciar os projetos que tiveram que ser adiados devido à pandemia, até porque “vários projetos con-

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“É um orgulho representar o Concelho de Almodôvar e os seus habitantes. Sei que fiz o melhor que podia e sabia ao longo destes dois mandatos, sendo que, durante este último, se não fiz mais foi porque tal não era possível ou porque as condições não o permitiam. Os almodovarenses podem continuar a confiar em nós. As pessoas continuam a ser a prioridade da nossa gestão, até porque estamos todos cada vez mais próximos em todos os sentidos”.


tinuam a fazer sentido para o desenvolvimento do concelho”.

Paralelamente, António Bota afiança que quer adaptar Almodôvar aos desafios que vão surgir no futuro. “O tão falado Plano de Recuperação e Resiliência, a célere bazuca é, sobretudo, uma questão política. Apesar disso, esta é necessária e será uma espécie de quadro comunitário Portugal 2030 reforçado, porém ninguém vai conseguir executar as obras previstas, tendo em conta a capacidade de concretização do País. O mesmo irá acontecer com o efetivo quadro comunitário de apoio, tendo em conta as condições existentes. Se o mercado de trabalho não for reforçado com mão de obra imigrante, nem 40 por cento dos projetos serão concretizados”, avisa o autarca que lembra que, no programa atual, ainda não foram executados dez mil milhões de euros de obras, sendo que faltam apenas dois anos para a sua conclusão, período que foi estendido por causa da pandemia. “Se assim não fosse o quadro tinha terminado e 50% dos projetos não tinham sido executados. Isto acontece porque não existem pessoas disponíveis para

trabalhar, a culpa não é dos autarcas”. O presidente defende que o Almodôvar terá ainda que enfrentar a problemática da deficitária rede viária que serve o concelho, sobretudo ao nível das vias secundárias, “obras que a União Europeia não financia porque considera que o País já tem autoestradas em demasia. Esquecem-se é que as autarquias são responsáveis por um número cada vez maior de infraestruturas, às quais tem que realizar a devida manutenção, enquanto que o apoio que é atribuído pelo Estado Central continua sempre o mesmo, o que faz com que a sustentabilidade das câmaras fique em risco. Têm que ser criados, em parceria com o Governo, programas que garantam a sustentabilidade destas estruturas, até porque temos cada vez mais competências”.

O autarca recorda que o Município assumiu, recentemente, a competência da escola secundária local, infraestrutura “onde o Governo não realizou qualquer intervenção durante 30 anos. Assim, ainda que a culpa seja do Estado Central, são os autarcas locais que têm que lidar e resolver o problema porque estão, todos os dias, olhos nos olhos com a população. O projeto que temos de requalificação tem um custo superior a cinco milhões, valor que quase permite a construção de um novo edifício. Além disso, ainda que tenhamos conseguido obter financiamento para a obra, este cobre apenas uma pequena parte dos custos, pelo que teríamos que assumir o restante, o que será impensável. Temos que conseguir aumentar o valor do financiamento. O projeto vai arrancar brevemente e irá marcar o futuro do concelho. Se queremos que os nossos jovens continuem a estudar em Almodôvar, temos que lhes proporcionar as melho-

res condições de ensino”, destaca. António Bota assevera, contudo, que o grande desafio será a preparação de projetos que possam ser concretizados no futuro aproveitando verbas comunitárias, em setores como a inovação digital, a eficiência energética, o clima e as consequentes alterações climáticas. “Sabemos que não podemos mudar o clima. Assim a solução é a criação de condições que nos permitam adaptar, ou seja, temos que preparar o Concelho para períodos de maior calor, para a possibilidade de cheias repentinas e para as intempéries que ninguém prevê. Teremos que ser inteligentes e estratégicos nas nossas intervenções, potenciando todos os investimentos realizados. Temos que preparar o território para as gerações vindouras”.

O autarca garante mesmo que o grande dilema será o Executivo prever que tipo de respostas a Autarquia pode dar às novas gerações. “As próximas gerações serão muito diferentes das atuais e temos que estar preparados para essa mudança, até porque as suas necessidades serão distintas das atuais. A prioridade será a ligação à Internet e a possibilidade de ligação a uma rede 5G. As habitações terão que ter ligação à fibra ótica, assim como os estabelecimentos de ensino, ou a evolução tecnológica não fará sentido. Que sentido faz a Autarquia oferecer computadores se a rede não existir? Que sentido faz o Município disponibilizar serviço wi-fi em vários pontos do concelho se, depois, as pessoas não conseguem fazer o download de um grande ficheiro quando estão em casa? As escolas serão cada vez mais digitais e teremos que estar preparados para essa realidade. Além disso, se queremos combater a desertificação temos que colocar ao dispor dos jovens os serviços e mais-valias que eles valorizam e precisam. Os que cá estão vão morrendo e precisamos de novos munícipes. Assim, não vale a pena as grandes obras de milhões se depois as estruturas que não se veem, mas que permitem o seu funcionamento, não estão asseguradas”, conclui. 

MUNICÍPIO DA NAZARÉ

PORTA ABERTA AO MUNDO

Em entrevista ao Empresas+®, Walter Chicharro, presidente da Câmara Municipal da Nazaré, não tem dúvidas: este Município é uma porta aberta ao mundo. Com uma aposta clara na internacionalização da marca Nazaré, o autarca também não esqueceu o difícil desafio da redução da dívida que a Autarquia detém, assim como o combate à pandemia que assola o mundo há um ano e meio. Walter Chicharro reitera que as batalhas têm sido vencidas “graças ao contributo e compreensão de todos. Claro que ainda não foi tudo feito, ainda muito há a fazer, contudo, hoje, existe uma Nazaré diferente revitalizada, forte e com futuro”.



► “A pandemia não interferiu propriamente naquele que foi o projeto autárquico que apresentámos à população em 2017, até porque todos os projetos relevantes estão já concluídos como a Área de Localização Empresarial [ALE] de Valado dos Frades, cujo investimento total ultrapassa os cinco milhões de euros, com uma comparticipação financeira da União Europeia, através do Fundo de Desenvolvimento Regional, de cerca de 1,7 milhões de euros. Esta é uma âncora para o desenvolvimento da economia local”, garante Walter Chicharro, presidente da Câmara Municipal da Nazaré. O presidente sublinha ainda “o posicionamento estratégico” do equipamento, que se destaca pela “implantação de empresas, mas também pela diferenciação do tecido económico do concelho e pela criação de condições para que as empresas criem emprego”. Destinada à instalação de unidades empresariais para comércio, indústria e serviços, e ou-

tros equipamentos, a ALE está equipada com arruamentos, iluminação pública, saneamento, água, energia elétrica, rede de telecomunicações e rede de gás. O autarca lembra ainda que o novo centro de saúde também já está em funcionamento. “Ao fim de 36 anos, a Nazaré tem, finalmente, um centro de saúde com a dignidade e funcionalidade que merece. Num território de primeira linha mundial, como a Nazaré, tem de haver condições apropriadas para os que aqui vivem e para os que nos visitam”. Com esta nova infraestrutura, que resultou de um investimento de 1,4 milhões de euros suportados pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e de cerca de 350 mil euros pelo Município, passam a ser prestados “cuidados do século XXI” na doença crónica, na doença aguda, na saúde infantil e na saúde da mulher, por sete médicos, sete enfermeiros e seis assistentes técnicos. De acordo com o presidente, o novo Centro Escolar de Famalicão também estará em funcionamento no próximo ano letivo. Construído de raiz numa zona de expansão da freguesia, onde se concentram equipamentos e serviços, este centro conta com duas salas de atividade para o pré-escolar e quatro salas de aula para o 1.º ciclo do ensino básico, biblioteca escolar, sala multimédia, secretaria, sala de professores/educadores, cozinha, refeitório, zonas de recreio exterior (descoberto e coberto) e um campo de jogos exterior (descoberto). Este novo espaço educativo teve um investimento de 1.844.734 eu-



Walter Chicharro

ros, com uma comparticipação de fundos europeus no valor de 1.256.644 euros e uma participação da Câmara orçada em 588.089 euros. Segundo Walter Chicharro, para além de resolver a atual situação de dispersão dos recursos educativos da freguesia, o novo centro escolar “irá contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso a espaços educativos de dimensão adequada ao sucesso educativo, o sucesso escolar dos alunos, a promoção e qualificação dos recursos, o funcionamento de apoios coordenados para os diferentes grupos etários e a valorização ambiental e energética do edifício”.

Desta forma, o autarca garante que todos os projetos que detinham financiamento comunitário foram realizados, revelando que o Município espera conseguir ainda um valor de financiamento superior em virtude do overbooking, ou seja, “iremos aproveitar fundos que não foram aplicados por outros municípios, obtendo financiamento para meia dúzia de projetos que foram já realizados sem recurso a qualquer comparticipação”.

DESAFIO: PANDEMIA

“A Nazaré é uma porta aberta ao mundo. Em 2019, fomos visitados pessoas de



120 nacionalidades diferentes. Hoje, somos uma marca turística muito forte no País e no mundo. Assim, se tivermos em conta o período de tempo que já vivemos em pandemia e o número de casos que foram registados, detemos uma média de dois casos/dia, o que é um valor relativamente baixo”, considera Walter Chicharro que completa: “Claro que a distribuição de equipamentos de proteção individual [EPI] foi importante no controlo da pandemia, contudo, devemos enaltecer o comportamento e postura de todas as pessoas que aqui vivem, assim como de todas aquelas que nos visitaram e que nos continuam a visitar. O cumprimento rigoroso de todas as indicações da Direção-Geral de Saúde tem permitido o sucesso neste combate. Hoje, à semelhança do que o que acontece no resto do País, a saturação já começa a existir e torna-se cada vez mais difícil cumprir com todos os pressupostos, pelo que o Município continua a fazer esse esforço de sensibilização”.

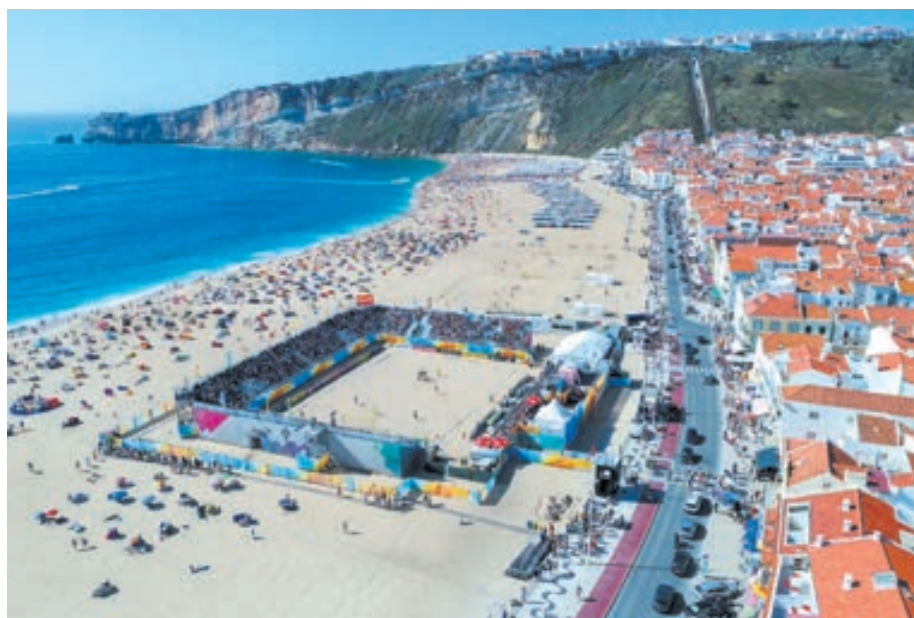
No que concerne aos apoios diretos e indiretos que a Autarquia concedeu a munícipes, empresas e instituições, foram várias as medidas aprovadas no sentido de reduzir os impactos financeiros da pandemia. Segundo o presidente, o Município criou um fundo de emergência social, no valor de 200 mil euros. Na área da educação, articulou de forma permanente com o Agrupamento de Escolas Amadeu Gaudêncio, no sentido de disponibilizar material informático e acesso à Internet às famílias que não dispunham destes equipamentos, “por forma a que os alunos pudessem assistir às aulas síncronas no ensino à dis-

LIMITAÇÃO DE MANDATOS PARA TODOS

“Era daqueles que considerava que 12 anos não seriam suficientes para deixar um legado forte na Nazaré e, hoje, considero que já o consegui fazer em quatro, nomeadamente com a redução da dívida e com a dinamização da marca Nazaré. Assim, atualmente, considero que 12 anos são suficientes para que um autarca deixe o seu legado, pelo que concordo com a limitação, sobretudo tendo em conta a realidade que herdei e que derivou de 20 anos de mandato de um presidente eleito pelo povo. Acredito também na renovação, pelo que a limitação de mandatos faz todo o sentido. Contudo, também não considero coerente e de bom tom que aqueles que decretaram a limitação de mandatos para as autarquias e juntas de freguesia optem pela não limitação do cargo que exercem. Nos deputados a limitação de mandatos deveria ser uma realidade”.

tância”. Para além disso, apesar do confinamento, a Autarquia também continuou a assegurar o fornecimento de refeições aos alunos dos escalões A e B. Já os alunos da Universidade Sénior da Nazaré ficaram isentos do pagamento de mensalidades no período de janeiro a abril deste ano.

Já na área da ação social, de acordo com o autarca o Município apoia pessoas sem suporte familiar e com restrições devido a idade ou doença na aquisição de medicação, bens alimentares e outras necessidades básicas para. Neste âmbito, procedeu ainda à entrega de donativos de bens perecíveis e de primeira necessi-



dade a famílias necessitadas e assegurou a entrega de bens alimentares às famílias em situação de vulnerabilidade. Também disponibilizou um serviço de apoio na aquisição de bens alimentares a pessoas em isolamento profilático ou infetadas pelo novo coronavírus, apoio psicossocial individualizado e apoio a cidadãos estrangeiros, visando facilitar a comunicação. A Autarquia ativou ainda parcerias com as instituições de primeira linha em cada freguesia, com a rede social e com a loja social para agilizar apoios à população, profissionais de saúde e bombeiros e intensificou a articulação com as juntas de freguesia, instituições particulares de solidariedade social, bombeiros e com a segurança social para ativar apoios económicos ou outros que se mostrassem necessários. “Ninguém podia ficar para trás”. Ainda na área social, mas na vertente da habitação, 78 agregados ficaram isentos do pagamento das rendas do Bairro de Habitação Social. No que respeita à economia local, a Autarquia isentou do pagamento de rendas as atividades económicas obrigadas a encerrar e reduziu o pagamento em 50% para aquelas que continuaram a laborar. Também não foram cobradas as taxas referentes à ocupação da via pública, quer para as esplanadas, quer para a colocação de publicidade, assim como ficou isento de pagamento o estacionamento nas zonas tarifadas com parquímetro e parques de estacionamento. Para além disso, durante vários meses, empresas e famílias viram a sua fatura da água reduzida em 25%, o que significou um investimento de 270 mil euros devido à perda de receitas. Por fim, a Autarquia dinamizou e promoveu a Plataforma “Nazaré Mercado Local”, onde os empresários podiam colocar à venda os seus produtos, rentabilizando, desta forma, a mais-valia das novas tecnologias.



DESAFIO: DÍVIDA

“Neste momento, a dívida da Autarquia está situada nos 30 milhões de euros, uma vez que já conseguimos recuperar cerca de 16 milhões. Contudo, mais relevante que a regularização da dívida, devemos enaltecer a acentuada redução do prazo médio de pagamento aos fornecedores. Esse prazo já foi superior a 3000 dias. Hoje, as faturas são pagas no prazo de um mês, o que é uma mudança significativa, ainda que esteja confiante de que ainda conseguiremos fazer melhor. É importante que os fornecedores saibam que existe capacidade de liquidação, uma vez que, desta forma, conseguimos obter preços mais competitivos”, esclarece Walter Chicharro.

De acordo com o autarca, outra questão importante a ressaltar é a de que se, sobretudo durante o primeiro mandato, “não tivéssemos herdado uma dívida suplementar superior a quatro milhões que não estavam contabilizados quando tomámos posse, a realidade teria sido muito diferente. Esta dívida extra

que tivemos que regularizar significa que hoje ainda não estamos abaixo do limite permitido para endividamento, o que faz com que ainda não possamos baixar os impostos à população. Infelizmente, o anterior Executivo, além de ter deixado os municípios a pagar as taxas máximas possíveis, ainda nos impediu de alterar esta realidade. Apesar disso, estamos confiantes de que conseguiremos reduzir, ainda este ano, mais dois milhões de euros de dívida, o que permitirá, nos primeiros anos do próximo mandato, finalmente baixar a carga fiscal que os municípios têm que pagar”.

CONFIANÇA NO FUTURO

Quanto ao futuro, Walter Chicharro considera de vital importância que se continue a apostar na educação. “Depois de terminada a rede de centros escolares no concelho, é nossa intenção fazer um alargamento da escola pública, em parceria com o Estado Central. A Escola Amadeu Gaudêncio tem a necessidade que o seu número de salas seja alargado, mais-valia que iremos concretizar”. O autarca lembra ainda o projeto do ascensor da Pederneira. “A nossa pretensão é conseguir financiamento para a sua construção ainda no âmbito do atual quadro comunitário de apoio, recorrendo ao overbooking. Acreditamos que este será um novo ativo para o concelho, até porque nos ajudará, não só do ponto de vista social, na medida em que dinamizará a zona mais antiga da Nazaré e onde se concentra a população mais idosa, mas também porque vai criar uma valência adicional numa zona verdadeiramente premium, onde

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES


“As batalhas têm sido vencidas graças ao contributo e compreensão de todos. Claro que ainda não foi tudo feito, ainda muito há a fazer, contudo, hoje, existe uma Nazaré diferente revitalizada, forte e com futuro. Estamos confiantes em relação aos anos que estão para vir, porque iremos enfrentá-los com todos os municípios em quem confiamos e com os quais trabalhamos em parceria”.

se estão a fixar muitos estrangeiros. Para além disso, resolve a questão da mobilidade, essencial no concelho, com recurso a práticas sustentáveis de mobilidade, em detrimento da utilização do transporte individual motorizado”.

O presidente revela ainda que, ainda este ano, pretende começar a construção do novo terminal rodoviário, num investimento superior a um milhão de euros. Este novo espaço irá substituir “um equipamento provisório há demasiados anos”, sendo assumido pelo autarca como “um projeto estruturante num eixo de referência para o desenvolvimento da Nazaré”, já que será construído na Avenida do Município, junto à biblioteca municipal, próximo do centro da vila e da praia. O novo terminal terá como função fazer o interface entre as carreiras urbanas e de acesso às povoações vizinhas e as carreiras nacionais da rede de expressos, a futura ciclovia da Avenida do Município e a mobilidade pedonal aos principais equipamento e serviços

do concelho. O objetivo da Autarquia é que “o futuro equipamento acompanhe os novos tempos” e responda de “forma qualificada e integrada às necessidades atuais e futuras da população”, promovendo simultaneamente “o reforço da acessibilidade, a equidade e a coesão social, atendendo à realidade demográfica e dinâmicas económicas”, destaca Walter Chicharro.

O presidente assevera ainda que pretende continuar a promover internacionalmente o concelho e realizar a requalificação do espaço público, até porque pretende construir uma nova centralidade. “Tendo em conta a transferência de competências, nomeadamente no que concerne às áreas portuárias, processo que está quase concluído, ambicionamos criar um novo espaço comercial no porto, ao mesmo tempo que qualificamos aquela área, dotando-a de novas e diferenciadoras mais-valias”.

Por fim, Walter Chicharro advoga que tenciona intervir em duas questões fulcrais para a Nazaré: a falta de estacionamento e a melhoria da rede viária concelhia. Para isso, vai avançar com a construção de um novo parque de estacionamento subterrâneo e à superfície, com capacidade para um milhão de viaturas. “No centro do Valado também já adquirimos terreno para a construção de um novo espaço de estacionamento. Quanto à melhoria da rede viária continuaremos a trabalhar na constante requalificação das nossas estradas, uma vez que esta é essencial no incremento do nível de qualidade de vida dos nossos municípios e de todos aqueles que nos visitam”, conclui. 



MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

CONCELHO BERÇO DO CAVALO ALTER REAL

Francisco Reis está a terminar o primeiro mandato como presidente da Câmara Municipal de Alter do Chão. Apesar de reconhecer que estes foram quatro anos repletos de desafios, o autarca está confiante no trabalho realizado e acredita que é possível colocar o concelho nas plataformas de investimento internacionais, ao mesmo tempo que consagra Alter como um centro nacional e internacional de debate para os assuntos e desafios que impactam o mundo equestre, naquele que é o concelho berço do Cavalo Alter Real, uma das estirpes puro-sangue mais premiadas de sempre e ex-libris da região.



► “A pandemia que estamos a viver, desde março de 2019, interferiu apenas com a componente cultural e com o turismo que tínhamos projetado para o presente mandato. Infelizmente, tínhamos prevista a realização de um grande evento cultural ligado ao cavalo, o Alter International Horse Summit [AIHS], que seria marcante no concelho e que deixaria uma marca na região, mas que teve que ser adiado. Já tínhamos tudo preparado e tínhamos realizado centenas de contactos com pessoas e instituições ligadas ao setor, esforço que não pode ser concretizado. Mesmo o Turismo de Portugal reconheceu o mérito do nosso projeto e demonstrou o seu apoio. Este é um projeto com contornos únicos em Portugal e na Europa. O seu objetivo principal passa por analisar, aprofundar e debater todos os assuntos que, direta ou indiretamente, se relacionam com o mundo equestre”, explica Francisco Reis, presi-

dente da Câmara Municipal de Alter do Chão, segundo o qual, as áreas abrangidas por este evento são muito heterogéneas e vão da economia à investigação e tratamento, da competição ao transporte ou do turismo ao empreendedorismo. “Esta iniciativa parte do País com o cavalo de sela mais antigo do mundo, o puro-sangue lusitano, e de Alter, o concelho berço do Cavalo Alter Real, uma das estirpes puro-sangue mais premiadas de sempre”.

O autarca refere que, desde a sua génese, que o AIHS se quis assumir como uma das maiores e mais prestigiadas redes equestres da Europa. Para tal, conta com mais de duas dezenas de parceiros institucionais, associativos, media e investidores, tanto nacionais como internacionais. “Esperamos poder tornar este sonho em realidade, logo que possível. A data prevista de realização será abril do próximo ano. Temos agora que ser irreverentes e resilientes”, completa o presidente.

Apesar desses constrangimentos, de acordo com o presidente, todo o mandato tem decorrido dentro daqueles que eram os planos traçados em 2017. “Já realizámos a modernização dos serviços que a Autarquia coloca ao dispor dos seus munícipes, assim como concluímos todas as obras propostas. Nunca encerrámos. Estivemos sempre a funcionar em pleno, ao contrário do que aconteceu noutros municípios”.



Francisco Reis

“TÍNHAMOS PREVISTA A REALIZAÇÃO DE UM GRANDE EVENTO CULTURAL LIGADO AO CAVALO, O ALTER INTERNATIONAL HORSE SUMMIT [AIHS], QUE SERIA MARCANTE NO CONCELHO E QUE DEIXARIA UMA MARCA NA REGIÃO, MAS QUE TEVE QUE SER ADIADO. JÁ TÍNHAMOS TUDO PREPARADO E TÍNHAMOS REALIZADO CENTENAS DE CONTACTOS COM PESSOAS E INSTITUIÇÕES LIGADAS AO SETOR, ESFORÇO QUE NÃO PODE SER CONCRETIZADO”



ATITUDE PREVENTIVA

Segundo Francisco Reis, no combate à pandemia foi de vital importância a postura sempre atenta e preventiva que a Autarquia adotou sendo que distribuiu equipamentos de proteção individual (EPI) a empresas, instituições e população em geral. “Esta medida foi de suma importância para os números que Alter do Chão registou ao longo da primeira e segunda vagas. Apesar de sermos um Município do Interior do País, pequeno e com diversas condicionantes resultantes dessa condição, nomeadamente a nível financeiro, estivemos sempre junto de todos os munícipes e empresas, sendo que demos um especial apoio às diversas IPSS do Concelho, uma vez que sabemos que, até à vacinação, estas eram as estruturas mais frágeis e às quais tínhamos que estar mais atentos, tendo em conta o seu público-alvo. Estivemos sempre disponíveis 24 horas por dia, com técnicos especializados junto de todos aqueles que precisavam de ajuda”.

O autarca garante que o Concelho nunca correu atrás do prejuízo. “Discutimos e tomámos decisões atempadamente, sempre em acordo com os agentes locais de saúde pública, por forma a que a atuação fosse concertada. Sempre atacámos o problema na sua origem. Assim, logo que surgiu o primeiro caso fomos ágeis e colocámos ao dispor de toda a população todas as ferramentas necessárias para este combate. Através das redes sociais também realizámos diversas campanhas de informação e de sensibilização, o que também se mostrou uma mais-valia. Os munícipes perceberam logo quais os comportamentos a ter, por forma a diminuir o risco. Claro que nem tudo foi perfeito e que tivemos um surto numa IPSS que não tivemos como evitar, contudo, julgo que, tendo em



“APESAR DE SERMOS UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO PAÍS, PEQUENO E COM DIVERSAS CONDICIONANTES RESULTANTES DESSA CONDIÇÃO, NOMEADAMENTE A NÍVEL FINANCEIRO, ESTIVEMOS SEMPRE JUNTO DE TODOS OS MUNÍCIPES E EMPRESAS, SENDO QUE DEMOS UM ESPECIAL APOIO ÀS DIVERSAS IPSS DO CONCELHO”

conta a nossa dimensão, fizemos um trabalho extraordinário de combate a esta pandemia e de mitigação das suas consequências”.

Francisco Reis assevera que não podemos esquecer que “os municípios nunca tiveram e nunca irão ter acesso à informação de uma forma transparente e rigorosa, por forma a ajudarem da melhor forma os cidadãos. Por isso, quando alguém dispõe de fundos públicos de forma indiscriminada corre dois riscos: por um lado, gastar recursos onde estes não são efetivamente necessários, por outro de, no futuro, poder ser acusado de peculato ou de um outro qualquer crime. Enquanto gestores públicos temos que ser rigorosos e não podemos aplicar os fundos públicos sem qualquer regra. Gastámos aquilo que a lei nos permite e vamos até onde nos é permitido”.

Assim, no que diz respeito à mitigação dos efeitos nefastos desta pandemia, o

autarca esclarece que o Município apoiou diretamente as IPSS com cerca de 80 mil euros, “para que pudessem fazer face às despesas mais prementes. Todas as pessoas que provassem que estavam em lay-off ficavam isentas do pagamento de renda e de água”. A Autarquia adquiriu ainda os testes rápidos necessários para despistar possíveis surtos, “outro investimento avultado que realizámos, até porque estes testes foram usados não só nas instituições, como nas diversas associações desportivas, quando o País começou a entrar numa fase de desconfinamento. De ressaltar que não olhámos a custos e adquirimos os equipamentos e os testes que o delegado de saúde recomendou e não os mais baratos que existiam no mercado. Temos que ouvir os técnicos e seguir as diretrizes daqueles que sabem como lidar com um problema como este”.

Para além disso, de março de 2020 até dezembro de 2021, o Município isentou todos os munícipes, empresas e instituições do pagamento pelo uso de qualquer espaço público, assim como isentou as empresas do pagamento de todas as taxas ligadas à publicidade e ao uso de esplanadas, tendo feito o mesmo com o pagamento de rendas, no caso dos comerciantes e empresas que ocupam espaços que pertencem ao Município. “Também isentámos todos os comerciantes e as empresas que tiveram que encerrar por causa do Estado de Emergência do pagamento das taxas fixas de resíduos e de saneamento. Tivemos que fazer esta diferenciação, uma vez que muitas empresas, porque nunca tiveram que encerrar, até



viram a sua faturação reforçada, o faz com que este apoio deixe de fazer sentido. Sei que existem municípios que criaram regulamentos específicos de apoio a todas as empresas, contudo, estou convicto de que essas medidas, no futuro, serão revistas pelas entidades de justiça. As autarquias não podem ajudar indiscriminadamente as empresas com recurso a fundos públicos sem antes perceberem se estas podem e merecem ser efetivamente ajudadas. É com esta gestão rigorosa, honesta, transparente e com muita competência, que a Câmara Municipal de Alter do Chão é gerida”.

ALTER DO CHÃO: UM CONCELHO DE REFERÊNCIA

Quanto ao futuro, Francisco Reis revela que irá apostar na educação até porque o Município vai aceitar a transferência de competências neste setor, a partir de janeiro de 2022. O autarca lembra que existe no concelho a EPDRAC – Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão que fica localizada na Coudelaria de Alter, ex-líbris do Município. “Assim, temos que dotar este estabelecimento de todas as condições para que se torne numa escola de referência e de excelência. Queremos ser um exemplo no mundo. O cocheiro-mor da Rainha de Inglaterra fez a sua escola em Alter e esse é um legado que queremos perpetuar”.

Nesse sentido, o autarca destaca que já está criado um projeto que contempla a reestruturação total da escola a começar, desde logo, pelos acessos e zona envolvente. Serão ainda necessárias intervenções ainda ao nível da atualização da rede de saneamento e abastecimento de água e o Município irá intervir ainda em dois pavilhões que “estão quase abandonados e completamente obsoletos. Estamos ainda a ter a colaboração de uma universidade pública na definição deste projeto, o que é uma importante mais-valia, até porque gostaríamos que fosse contemplado pelo Plano de Recuperação e Resiliência que será implementado no nosso País. Para além disso, estamos em conversações com a DGAVE – Direção-Geral de Alimentação e Veterinária para que a escola passe a ser tutora de duas a quatro raças autóctones da região, uma vez que pretendemos que o estabelecimento seja equipado com um laboratório de alta qualidade e inteligência digital”.



LIMITAÇÃO DE MANDATOS A OITO ANOS


“O que eu defendo é precisamente aquilo que está legislado. Custa-me conviver com pessoas que entendem que o poder local é uma forma de vida. Temos todos o dever e a obrigação, enquanto cidadãos, de dar o nosso melhor em prol do bem comum e do desenvolvimento do nosso País. Por isso, acredito que, para todos aqueles que vêm para uma autarquia trabalhar de dia e de noite, oito anos são mais do que suficientes. Contudo, o que vamos vendo por aí, não são mais do que mazelas da nossa democracia que não é um regime perfeito, ainda que, dentro de todos os possíveis, é o mais aceitável. Se, por exemplo, durante 12 anos distribuiu os recursos pelas instituições e realizar operações de cosmética, fim esse tempo tenho que ir embora e concorro ao concelho vizinho. Este facto só demonstra que os partidos políticos não têm alternativas e não faz qualquer sentido. Assim, concordo que 12 anos são mais do que suficientes, ainda que considere que o ideal seriam oito. Caso se mantenham os 12, julgo que seria mais vantajoso o cumprimento de dois mandatos de seis anos, em detrimento de três de quatro”.

Segundo o presidente, outra das apostas do Executivo será o desenvolvimento local, no sentido de colocar Alter do Chão nas plataformas de investimento internacionais, nomeadamente para que o concelho seja conhecido e reconhecido nas embaixadas, consulados, câmaras do comércio, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério da Economia. Esse objetivo passará pela iniciativa Dossier do Investidor, projeto que já está definido e que resultou na plataforma Portugal Site Selection Consulting, ferramenta criada pela AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal – Global Partners, em parceria com o Município, para apoiar o cumprimento de objetivos do Programa Internacionalizar, nomeadamente no apoio aos agentes económicos e decisores nacionais, na dina-

mização da aplicação de políticas e estratégias de captação de investimento estrangeiro, a nível regional e setorial. “Este projeto tem como objetivo, promover – interna e externamente – o relançamento da atividade económica nacional e, mais concretamente, alavancar a imagem e o potencial deste território localizado no Interior do País que tem como potencial de consumo, logo ali ao lado, na fronteira espanhola, um universo de mais de 200 mil consumidores e que se assume como uma porta de entrada e escoamento de produtos, de e para a Europa. Com esta parceria estratégica que se materializa neste Dossier, inovador e essencial, colocámos o Município de Alter do Chão no radar dos investidores. Assim, depositámos toda a confiança nesta parceria e estamos esperançosos que



este instrumento vai potenciar e dará uma visibilidade ainda maior a tudo aquilo que nós temos de bom, quer a nível nacional, quer a nível internacional”, advoga o autarca que acrescenta que para o desenvolvimento de uma região é necessário “ter uma visão de futuro, estar presente junto dos centros de decisão, das associações empresariais, aliando a tudo isto uma busca constante e incansável por novos projetos e empresários sejam eles nacionais ou internacionais”. Este Dossier já pode ser acedido online (<https://www.investalter.com/>) e terá uma ligação para a plataforma Portugal Site Selection (www.portugalsiteselection.pt/), um motor de busca com base em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), que utiliza dados oficiais, fiáveis e objetivos, sob o aval do Estado Português – Ministério dos Negócios Estrangeiros. “Ambicionamos captar investimento e criar emprego público e privado, combatendo deste modo a desertificação evidenciada nos resultados preliminares nos Censos 2021, extensível a todo o Alto Alentejo”, avança o autarca.

Por fim, Francisco Reis garante que também não vai esquecer o setor social e todas as IPSS que existem no concelho, pelo que “iremos continuar o trabalho que temos vindo a cumprir, nomeadamente o aumento da subvenção que atribuímos. Só este ano, já concedemos a estas instituições apoios no valor de mais de 250 mil euros, sendo que adjudicámos ainda um apoio suplementar à Santa Casa da Misericórdia local para a construção de uma Unidade de Cuidados Continuados. A verdade é que este é o concelho onde nasci e que defendo e defenderei sempre com unhas e dentes, pelo que estarei sempre pronto para fazer acontecer”, conclui. 

Castelo Medieval de Penedono

Classificado como monumento nacional desde 1910, trata-se de um monumento militar, de estilo romano-gótico, com perfil arquitetónico de feição quinhentista, acreditando-se representar uma construção contemporânea do foral novo, concedido à vila de Penedono por D. Manuel I, em 1512.

Todavia, é a partir do séc. X, que se conhece documentalmente os factos históricos desta imponente fortificação. Erguido senhorialmente sob um afloramento rochoso, foi berço de Álvaro Gonçalves Coutinho, O Magriço, imortalizado por Camões na sua obra épica «Os Lusíadas», onde narra as proezas e feitos dos Doze de Inglaterra.

VISITE-NOS E RESPIRE A HISTÓRIA DE PORTUGAL



CASTELO DE PENEDONO



DÓLMEN / CAPELA
DA SENHORA DO MONTE



CASTANHA
MARTÃO

Edição n.º 70 SETEMBRO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE IV



MUNICÍPIO DE ELVAS

Autarquia: a mão amiga que as pessoas precisam

MUNICÍPIO DE ELVAS

AUTARQUIA: A MÃO AMIGA QUE AS PESSOAS PRECISAM

A cumprir o segundo mandato como presidente da Câmara Municipal de Elvas, Nuno Mocinha olha para trás com um sentimento de dever cumprido. De acordo com o autarca, apesar da pandemia os investimentos continuaram e o Município continuou a crescer e a afirmar-se na região. Durante a pandemia, a Autarquia foi a mão amiga que as pessoas precisam e apoiou as empresas, instituições e população em geral, uma vez que ninguém podia ficar para trás. Nuno Mocinha garante que agora o Executivo tem que dar a oportunidade de semear aquilo que pode ser o futuro.



► “Ninguém estava à espera de uma pandemia como esta, por isso ninguém estava preparado. Apesar disso, cedo percebemos que, ou continuávamos com os investimentos que estavam programados ou optávamos pela sua paragem face à incerteza quanto ao futuro que a pandemia trazia. Optámos por avançar, uma vez que a pandemia já tinha afetado a atividade económica, pelo que, se os investimentos parassem, a economia local seria ainda mais prejudicada. Assim, podemos dizer que a pandemia não afetou o nosso plano de investimentos”, assegura Nuno Mocinha, presidente da Câmara Municipal de Elvas que acrescenta que as perdas aconteceram a nível cultural, desportivo e recreativo, uma vez que muitas das ações programadas não foram levadas a cabo. “Claro que as verbas que iam ser investidas em todas essas ações foram direcionadas para o combate à pandemia. Olhando para trás, sinto que o meu de-

ver foi cumprido”, assevera o autarca que garante que o Município, desde o início, realizou sempre um acompanhamento muito próximo deste processo e esteve sempre vigilante, adotando uma postura preventiva, através da montagem de diversas estruturas de retaguarda. Para além disso, a Autarquia ofereceu inúmeros equipamentos de proteção individual (EPI) a empresas, instituições e população em geral.

Como forma de combater o isolamento social, o Município criou uma linha de apoio para os idosos. “Todos os dias um técnico da Autarquia entrava em contacto com eles e percebia o seu estado de espírito e as suas necessidades. Criámos também uma estrutura de retaguarda com psicólogos preparados para lidar com as diversas problemáticas relacionadas com o confinamento e o isolamento, além das questões ligadas ao medo da doença e das suas consequências. Também apostámos muito no rastreio, assim como aumentámos exponencialmente todos os apoios que são concedidos aos idosos, nomeadamente no que diz respeito ao pagamento da fatura da farmácia, sendo que ainda nos disponibilizamos para levar os medicamentos, ou até mesmo alimentos, a casa dos idosos durante os períodos de confinamento. Vale a pena referir que esta rede de apoio foi criada em parceria com as instituições locais e juntas de freguesia”, explica o presidente.

A Autarquia também apoiou diretamente as famílias com a cedência de acessos à

Internet, uma vez que, no passado, ainda antes do aparecimento da pandemia, já tinha investido na aquisição de computadores. Através de um programa implementado, o «Mais Sucesso», todas as crianças do ensino básico tiveram acesso a um tablet com teclado. Assim, quando as escolas passaram para a modalidade do ensino à distância, o Município disponibilizou estes equipamentos aos agrupamentos escolares que os fizeram chegar aos alunos que não detinham esta resposta. “Por falta de equipamento, nenhuma criança do concelho foi excluída. Também aumentámos o número de bolsas de estudo atribuídas, uma vez que alterámos o teto do rendimento per capita/ano do agregado familiar igualando-o ao usado pelo Estado Central para a atribuição de bolsas no ensino superior, o que nos permitiu aprovar cerca de 200 candidaturas. Além disso, criámos algumas regras para que as pessoas que comprovadamente perderam o emprego pudessem ter um acesso diferenciado a todos os programas de apoio que o Município tem em funcionamento, assim como reforçámos o programa que existe ligado ao apoio à alimentação. Claro que não podemos dar luxos, contudo também não faz sentido que alguém passe

fome nos dias que correm”, garante Nuno Mocinha.

Já no caso dos mais jovens, a Autarquia já promovia o Programa de Ocupação Municipal Temporária de Jovens (OMTJ) destinado a jovens com idades entre os 18 e os 26 anos, que se encontram desempregados ou à procura do primeiro emprego e residentes no Cconcelho, no sentido de permitir a ocupação diária de cinco horas integrados nos serviços municipais. Além disso, promovia o Programa Ocupação Municipal de Tempos Livres (OMTL) de curta e longa duração, destinado a jovens com idades entre os 15 e os 25 anos, que se encontram inseridos no sistema de ensino ou no sistema de formação profissional, que sejam residentes no concelho, no sentido de lhes proporcionar uma ocupação diária, no período da interrupção letiva de verão, durante duas semanas, nos serviços municipais, num período de três ou quatro horas diárias. Assim, “alterámos as regras de renovação destas iniciativas para que os jovens tivessem na Autarquia uma possibilidade segura de ocupação. Em condições normais, os jovens estão impedidos de realizar programas sucessivos, por forma a incentivá-los a recorrer ao mercado de trabalho

Edição n.º 70 SETEMBRO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE IV



MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO

“O mais importante sempre foram as pessoas”

Distribuição gratuita com o semanário "Sol". Encarte comercial da responsabilidade de Págnautética - Publicações, Lda e não pode ser vendido separadamente

MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO

“O MAIS IMPORTANTE SEMPRE FORAM AS PESSOAS”

Ao fim de 12 anos como presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, José Maria Costa deixa o concelho mais desenvolvido, com melhor nível de qualidade de vida e preparado para os desafios do futuro. Com um sentimento de dever cumprido e com a certeza de que o mais importante foram sempre as pessoas, o autarca lamenta apenas que estes três mandatos tenham sido condicionados por duas crises, uma económica (2009) com a intervenção da Troika e outra ligada ao setor da saúde (2020), a atual pandemia que assola todo o mundo.



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

► “A pandemia afetou a vida de todos nós, pelo que provocou um quase «atropelo» daquela que era a nossa programação para este mandato. Tínhamos um conjunto de programas previstos, financiados por fundos europeus, que, felizmente não sofreram alterações e avançaram como planeado. Contudo, projetos ligados às dinâmicas sociais, culturais e desportivas foram fortemente afetados. Ao longo destes dois últimos anos, esta nova realidade levou a um reajustamento, não só do ponto de vista organizacional para dar resposta à pandemia, mas também a nível financeiro e orçamental para acorrer e apoiar as instituições e empresas locais e todos os vianenses que sofreram os impactos negativos desta nova realidade. Durante 50% deste mandato tivemos que nos reinventar. Ninguém tinha um manual de instruções para uma situação como esta, pelo que tivemos que reaprender a gerir a Autarquia, procurando minimizar aqueles que são os efeitos devasta-

dores de um fenómeno como este”, assegura José Maria Costa, presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

O autarca garante que, no combate a esta pandemia, a Autarquia desempenhou um papel preponderante juntamente com outros atores locais. Contudo, reitera que a população de Viana surpreendeu a todos mesmo “quando tomámos as medidas mais difíceis como o encerramento do comércio, feiras e cemitérios. A população entendeu sempre o sentido maior que pretendíamos proteger e que era o da vida. Os serviços públicos também tiveram que garantir respostas à população, mobilizando esforços e realizando outros serviços. A título de exemplo, diversos técnicos, engenheiros e outros funcionários da Autarquia organizaram-se e entregaram refeições e alimentos a pessoas que estavam em confinamento. De enaltecer ainda o trabalho realizado por parte de todos os profissionais de saúde. Foram fantásticos”.

O presidente revela que sente ainda o sentido da generosidade que os funcionários da IPSS tiveram, uma vez que se isolaram nas instituições durante 15 dias, devidamente testados, “sempre disponíveis para servir e proteger os idosos. O nosso centro cultural esteve fechado durante um ano, transformado em hospital de retaguarda, sempre disponível para ajudar as pessoas de todo o distrito. Todos estes foram atos de uma grande generosidade e demonstraram muita solidariedade”.

12 ANOS REPLETOS DE DESAFIOS

“Foram 12 anos de trabalho intenso. Iniciámos o primeiro mandato num contex-

to de grande dificuldade, uma vez que estávamos em crise, sob o olhar atento da Troika. O terceiro foi condicionado pela pandemia. Assim, ultrapassámos duas crises importantes. Em 2009, como a crise foi de carácter financeiro registou-se um estrangulamento ao nível das receitas dos municípios, o que nos obrigou a um reposicionamento face à despesa corrente da adoção de métodos de maior rigor e controlo, fazendo uma aproximação entre a receita e a despesa. Assim, durante o primeiro mandato reduzimos o passivo da Autarquia em 11 milhões de euros. Deixámos as finanças municipais muito bem preparadas para que, oito anos depois, neste último mandato, pudéssemos estar à altura e responder de uma forma mais incisiva, com mais investimento e com maior resposta do ponto de vista social e até de apoios na saúde às questões da pandemia”, lembra José Maria Costa.

Em jeito de balanço, o autarca assevera que, ao longo destes 12 anos, o Executivo definiu diversas apostas a operacionalizar que se traduziram em cinco eixos fundamentais. O primeiro foi a economia, a atratividade económica e a competitividade do concelho. “Ao longo da última década, Viana do Castelo aumentou a sua oportunidade de emprego, as suas exportações e o seu valor acrescentado bruto, o que faz com que sejamos, na atualidade, o 16º concelho mais exportador do País, representando cerca de 1.5% das exportações portuguesas”. Em segundo lugar, o Município privilegiou a educação, até porque, “para nós, o mais importante sempre foram as pessoas. Apostámos na melhoria da quali-



José Maria Costa

MENSAGEM AOS MUNICÍPIOS

“Foi um privilégio estar na liderança desta Autarquia durante 12 anos. Tive ainda o privilégio de ter uma equipa que sempre me acompanhou, sendo que tenho ainda que enaltecer a excelência da equipa municipal e de todos os serviços municipalizados que trabalhou comigo. Porém, considero-me também um homem com sorte porque fui sempre muito bem percebido e entendido por parte de todos os vianenses, sendo que, em todos os desafios que exigiam grande mobilização conjunta, contei sempre com grande apoio e entusiasmo de todos”.

dade da oferta existente desde o jardim de infância até ao ensino superior, aposta que foi apoiada por fundos comunitários. Desta forma, conseguimos obter a melhoria constante das nossas infraestruturas e de todos os equipamentos educativos. Também avançámos com o ensino da música nos jardins de infância, porque entendemos que era importante que esta sensibilidade e sentido das artes estar presente nas camadas mais jovens”, explica o presidente.

Edição n.º 70 SETEMBRO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE IV



ESPECIAL ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

Município de São Roque do Pico

“Maiores problemas não são competência da Autarquia”



Venha provar
os sabores típicos
da ilha do Pico



Praceta dos Baleeiros, 9940-301 São Roque do Pico, Açores · Tel. 292 644 543

 [barclubenavalsrp](#)



GALA DE MAGIA
10 DE SETEMBRO | 21H30
CASTELO | MONTEMOR-O-VELHO

CENTRO 2020

COMEMORAÇÕES
FERIADO MUNICIPAL
5 a 8 setembro 2021
montemor-o-velho



- sessão solene
- homenagens
- animação
- feira do ano das cebolas e da roupa velha
- feira virtual

www.feiradoano.pt



MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO PICO

“MAIORES PROBLEMAS NÃO SÃO COMPETÊNCIA DA AUTARQUIA”

Em entrevista ao Empresas+®, Mark Silveira, presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico, nos Açores, lamenta que os maiores problemas que o concelho enfrenta na atualidade não sejam competência da Autarquia, o que faz com que a sua resolução não possa ser imediata. O autarca não compreende porque é que vários balcões fecharam em São Roque do Pico, deixando o concelho dependente dos serviços de uma única entidade bancária. Quanto ao encerramento do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) do centro de saúde local, Mark Silveira garante que a situação estará resolvida durante o presente mês de setembro, asseverando que vai lutar agora pelo aumento das valências que a estrutura de saúde coloca ao dispor dos munícipes. “Se estas fossem competências da Autarquia, garantidamente, estas problemáticas não teriam acontecido. Estamos solidários com a população”.



► “Somos uma ilha com três concelhos, grande em área, mas com pouca população, daí que os bancos optem por encerrar os balcões nos concelhos mais pequenos. Além disso, com a pandemia, as pessoas recorreram mais aos serviços bancários digitais o que fez com que, infelizmente, se tenha registado uma debandada da Banca neste concelho. Sabemos que esta não é uma problemática exclusiva nossa, contudo, não posso deixar de lamentar esta situação”, assegura Mark Silveira, presidente da Câmara Municipal de São Roque do Pico. O autarca reitera que, quando a Banca “se quer servir e ganhar muito dinheiro avança e instala-se num concelho sem qualquer tipo de questão, contudo, quan-

do tem apenas em atenção os lucros obtidos e estes não estão a atingir os níveis desejados já não é capaz de ser solidária com as populações. A Banca já foi muito ajudada pelo Estado, sendo que o Estado somos todos nós. Assim, as ajudas que têm sido dadas saem do nosso bolso, sem que recebamos qualquer contrapartida. Percebo que com a pandemia e com toda esta questão das moratórias, os bancos estão a ajudar as pessoas e, em parte, a retribuir o apoio prestado, contudo os municípios não são todos iguais, pelo que devem ser encarados de forma diferenciada”.

O presidente lamenta que o estabelecimento de um novo banco no concelho não seja uma competência da Câmara Municipal. “Infelizmente, não temos o poder para abrir ou fechar o balcão de um qualquer banco. Assim, dentro daquelas que são as nossas competências temos tentado sensibilizar as entidades competentes para este facto, promovendo contactos com as diversas instituições”. Mark Silveira reitera que o Executivo tem encetado múltiplos esforços no sentido de os bancos reconhecerem que São Roque do Pico está no caminho do desenvolvimento. “Temos a funcionar, há menos de um ano, uma incubadora



Mark Silveira

“A BANCA JÁ FOI MUITO AJUDADA PELO ESTADO, SENDO QUE O ESTADO SOMOS TODOS NÓS. ASSIM, AS AJUDAS QUE TÊM SIDO DADAS SAEM DO NOSSO BOLSO, SEM QUE RECEBAMOS QUALQUER CONTRAPARTIDA”

de empresas que conta já com 50 projetos, número assinalável para um Concelho da nossa dimensão. Neste momento, somos servidos apenas pela Caixa Geral de Depósitos, o banco do Estado, que reconhece que São Roque do Pico tem registado um forte incremento do ponto de vista empresarial. Lamento que outros bancos não tenham esta sensibilidade e tenham optado por perder esta oportunidade de ajudar a criar futuro. As conversações continuam e estamos confiantes de que, pelo menos, uma instituição bancária poderá regressar ao concelho em 2022”.

A população também se queixa do funcionamento do centro de saúde local. O autarca lembra que, mais uma vez, esta não é uma competência do Município. “É público que, ao longo dos anos, temos perdido algumas valências, sendo que, a este nível a Covid-19 também trouxe consigo alguns constrangimentos, uma vez

que o SAP teve que ser encerrado durante o período noturno, serviço que, felizmente, reabre em setembro. Já felicitei o Governo Regional pela tomada desta decisão. Quando esse serviço estiver novamente operacionalizado, a luta passará para o aumento das valências que o centro de saúde coloca ao dispor dos utentes, estando sempre atentos ao incremento da qualidade de todos os cuidados que são prestados”. Mark Silveira é perentório: “Neste momento, os maiores problemas com os quais o concelho se debate não são competência da Autarquia, pelo que a sua resolução não depende de nós. Se estas fossem competências da Autarquia, garantidamente, estas problemáticas não teriam acontecido. Estamos solidários com a população”.

O DESAFIO DA PANDEMIA

“A pandemia afetou, de forma transversal, todo o País, conseqüentemente to-



dos os concelhos e autarquias. Porém, se a insularidade tem as suas desvantagens, neste caso foi uma mais-valia, na medida em que foi possível um controlo mais efetivo dos contágios, daí que o número de infetados na Ilha do Pico não tenha sido de grande expressão, o que fez com que os nossos serviços de saúde não tenham ficado sobrecarregados”, reconhece o presidente que completa: “Apesar disso, tivemos que estar confinados tal como aconteceu com todo o País, em 2020, até porque este vírus e as suas consequências eram ainda desconhecidos. Esta paragem teve o seu impacto, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento das várias obras estruturantes que estavam a decorrer e que, por via deste constrangimento, sofreram atrasos”. O autarca assegura, contudo, que o impacto ao nível do emprego não foi significativo, “realidade muito diferente daquela que é vivida em muitos municípios do Continente, onde os efeitos da pandemia foram muito nefastos para a economia local, o que levou as autarquias a realocar recursos para o combate a esta pandemia. Felizmente, em São Roque do Pico não tivemos que adotar essa postura”.

Ainda assim, Mark Silveira afirma que a Autarquia colocou no terreno diversas medidas de apoio à economia local. A título de exemplo, o Executivo isentou as empresas do pagamento da tarifa de recolha de resíduos sólidos urbanos, “num apoio direto às empresas que laboram no setor do turismo, uma vez que foram as mais penalizadas por toda esta nova realidade”. Ao nível do fornecimento de água, o Município determinou que todos



os municípios pagariam a sua fatura em consonância com o primeiro escalão, independentemente do consumo que realizassem. “Estas foram as duas grandes medidas que a Autarquia operacionalizou no âmbito daquelas que são as suas competências”, acrescenta.

Para além disso, segundo o autarca, prontamente o Município adquiriu e distribuiu equipamentos de proteção individual por todas as empresas, instituições e população em geral, com o objetivo de ajudar a controlar os contágios, “ao mesmo tempo que conferíamos maior segurança e confiança a todos. Ainda que esta medida tenha sido importante, julgo

que o segredo para o nosso sucesso se prendeu com a condição geográfica e com as medidas que foram tomadas pelo anterior Governo Regional, uma vez que foi ele que lidou com o início da pandemia. Foram impostas diversas restrições à circulação de pessoas, nomeadamente de fora das ilhas, o que potenciou estes bons resultados”.

Quanto ao processo de vacinação, ainda que reconheça que este não é uma responsabilidade direta da Autarquia, Mark Silveira esclarece que a Autarquia foi chamada a intervir na organização do processo logístico da vacinação em massa, por intermédio da Task Force.



“O Governo Regional tomou a decisão de vacinar primeiro as pessoas que vivem nas ilhas que não têm um hospital, medida com a qual concordo em absoluto. Isto fez com que o processo decorresse de forma muito positiva no concelho, sendo que já atingimos a imunidade de grupo em julho, após a inoculação da segunda dose. Atualmente, somos um destino seguro para todos aqueles que nos visitam e um concelho seguro para quem aqui vive”.

MESMA CONVICÇÃO, AMBIÇÃO RENOVADA

Quanto ao futuro, o autarca garante que é importante terminar o projeto iniciado há oito anos, “uma vez que o manifesto que foi sufragado continha um plano de execução a 12 anos. Existem ainda algumas obras estruturantes que estão em fase de planeamento, uma vez que não se coadunavam com o Quadro Comunitário de Apoio que ainda está em vigor. Para além disso, a pandemia adiou alguns projetos e o setor da construção civil debate-se na atualidade com a problemática da falta de mão de obra, o que nos impede de avançar com algumas empreitadas, uma vez que as empresas não têm funcionários disponíveis para a sua realização. Também tivemos vários concursos abertos que não receberam qualquer candidatura, enquanto outros projetos foram abandonados pela empresa quando estavam já em desenvolvimento. Por fim, a pandemia fez com que os preços das matérias-primas tenham subido em flecha, o que faz com que as empresas não consigam terminar as obras pelo valor acordado no passado, o que nos obriga à abertura de um novo concurso”, explica o presidente.

Apesar de todos os desafios, Mark Silveira advoga que continua com “a mesma convicção, a mesma vontade, o mesmo entusiasmo e com uma ambição renovada para continuar a servir a população de São Roque do Pico. Sei que não foi possível concretizar todos os projetos delineados e gostaria de ter feito mais e melhor, contudo, podem continuar a contar comigo para continuar a desenvolver São Roque do Pico rumo ao futuro”. ✦

MUNICÍPIO DE ANGRA DO HEROÍSMO

DESAFIO DE FUTURO: CRIAR EMPREGO E FIXAR POPULAÇÃO

José Meneses cumpre o segundo mandato como presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Apesar de asseverar que este foi um mandato exigente, por causa da pandemia, o autarca está já focado nas exigências do futuro: “Temos que conseguir fazer a transição de uma Autarquia centrada nas infraestruturas, para uma Câmara mais centrada no fomento da atividade económica e na estabilização socioeconómica do Concelho”. O presidente reconhece que, nas próximas décadas, o Município terá que ser capaz de fomentar a criação de emprego, por forma a conseguir fixar a população.



► Em jeito de balanço, José Meneses advoga que o aparecimento da pandemia condicionou muito o atual mandato, uma vez que atingiu o concelho precisamente na sua segunda metade, “tempo normalmente de maior atividade e com maior volume de concretização de obras. Se os dois primeiros anos são usados para delinear e lançar projetos, estes são concretizados no decurso dos dois anos seguintes. Com o surgimento da Covid-19, se a maioria dos investimentos físicos, ou seja, as obras foram realizadas, todos os investimentos culturais e desportivos tiveram que ser re-

pensados e acabaram protelados”. O autarca sublinha que, depois do Carnaval de 2020, a atividade central da Autarquia passou a ser o combate à pandemia e o apoio a empresas, instituições e população em geral. “Era importante concentrarmos o nosso apoio na componente social e nas pessoas. Fomos a primeira ilha do Arquipélagos dos Açores a registar, formalmente, infetados, daí que a paragem de toda a atividade tenha sido praticamente imediata. De um dia para o outro passamos de uma vida normal, para uma paragem quase total”.

O presidente reconhece que o concelho foi muito rápido a reagir e a adquirir e distribuir equipamentos de proteção individual (EPI) por toda a população. O autarca explica que isso aconteceu porque o Município tinha prevista uma grande encomenda de materiais por causa das danças de Carnaval que se realizam em Angra do Heroísmo. “As costureiras já estavam contratadas por isso, de imediato, deixaram de se dedicar ao fabrico de roupas para o curso carnavalesco e passaram à produção de máscaras comunitárias, até porque estas não existiam no mercado. A procura superava largamente a oferta. Com esta nossa solução quase que conseguimos assoberbar o mercado local num curto espaço de tempo, o que se instituiu como uma importante mais-valia. Além disso, desta forma, muitas pessoas conse-



José Meneses



MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“A melhor mensagem que posso deixar é a da recuperação depois de dois maus anos. Ao longo deste tempo, mostrámos que somos um povo resiliente e capaz de reagir depressa. Assim, temos agora que ter confiança no futuro, sabendo aproveitar as oportunidades que as crises sempre criam, por forma a que sejamos capazes de fazer sempre mais e melhor em prol do nosso concelho”.

guiaram manter a sua atividade durante algum tempo, o que foi outra vantagem”. Apesar disso, José Meneses está confiante que o concelho conseguiu manter o número de contágios controlado durante muito tempo graças ao comportamento exemplar da população que “rapidamente percebeu a gravidade desta doença e atuou em conformidade com esse facto, cumprindo todas as recomendações das autoridades de saúde. Felizmente, os nossos munícipes rea-

gem rapidamente perante a adversidade. Assim, sempre que surge um possível surto, de imediato, as pessoas alteram o seu comportamento e adotam uma postura preventiva. A verdade é que a pandemia, na Ilha Terceira, fica profundamente marcada pelo civismo da nossa população que sempre que sente a ameaça mais perto toma as medidas necessárias e, rapidamente, as situações ficam resolvidas e as linhas de contágio são interrompidas”.



MITIGAÇÃO DA PANDEMIA

No sentido de mitigar as consequências da pandemia, de acordo com o presidente, a Autarquia adotou duas ordens de medidas, uma voltada para as pessoas e outra para as instituições. Quanto às famílias, o Executivo criou um apoio direto a todos aqueles que ficaram desempregados ou em regime de lay-off simplificado por causa da Covid-19. Assim, todas as famílias que registaram perdas significativas de rendimentos, durante alguns meses, ficaram isentas do pagamento do consumo de água, entre outras ajudas que a Autarquia implementou e que “estavam viradas para as pessoas”. Já no que concerne às instituições, o apoio foi dividido em dois grupos: o comércio e atividades de porta aberta, onde o Executivo ajudou as empresas que, devido à Covid-19 e ao confinamento tiveram que fechar portas, através de um conjunto de isenções e outros apoios; e as instituições do setor social e da área cultural, “onde a Ilha é muito rica”, que a Autarquia apoiou através da atribuição de subsídios no valor de 5000 euros, pelo menos, de seis em seis meses.

“Ajudámos ainda as instituições do setor cultural e os artistas locais a manterem a sua atividade, através da dinamização de uma série de concertos transmitidos por via televisiva. De ressaltar que as atuações foram pagas com o valor de um concerto normal. Esta medida permitiu que, ao longo do último ano e meio, a atividade cultural da Ilha não tenha estagnado. Mesmo as atividades tradicionais que todos os anos são dinamizadas, nomeadamente as Festividades do Espírito



“AJUDAMOS AINDA AS INSTITUIÇÕES DO SETOR CULTURAL E OS ARTISTAS LOCAIS A MANTEREM A SUA ATIVIDADE, ATRAVÉS DA DINAMIZAÇÃO DE UMA SÉRIE DE CONCERTOS TRANSMITIDOS POR VIA TELEVISIVA”

Santo, traço mais marcante da nossa religiosidade, foram realizadas. Conseguimos manter a tradição da distribuição do pão e do vinho por toda a população, em estreita colaboração com as irmandades das diversas freguesias. Assim, tanto em 2020 como em 2021, apesar de todas as vicissitudes, as nossas tradições decorreram dentro de alguma normalidade”, afirma José Meneses.

O autarca admite que a exceção foi a área da tauromaquia, “da qual somos muito aficionados, e onde sentimos vários constrangimentos. Só conseguimos dinamizar as chamadas touradas de pra-

ça, onde conseguimos controlar as entradas e a circulação das pessoas, mantendo as medidas sanitárias necessárias. As nossas famosas touradas de rua, mais conhecidas como touradas à corda, infelizmente, tiveram que ficar suspensas, uma vez que não conseguimos controlar os participantes. Este facto penaliza a nossa tradição e a economia local, uma vez que, só no concelho de Angra do Heroísmo, por norma, acontecem mais de 200 touradas à corda todos os anos. Apenas em 2020, valor que já conseguimos apurar, a pandemia teve um impacto superior a dois milhões de euros nas contas da Autarquia. A nossa expectativa é que esse valor se fixe no milhão de euros, em 2021”.

No que concerne à campanha de vacinação, o presidente sublinha que esta está a decorrer de forma positiva, “depois de uma fase inicial em que se registaram algumas hesitações, situação transversal um pouco por toda a Europa. Depois de um arranque relativamente lento, entramos numa fase de aceleração. Atualmente, registámos novamente um decréscimo, contudo, este prende-se com a estratégia que foi adotada nos Açores e que prevê que as primeiras ilhas a serem vacinadas são aquelas que não possuem um hospital, decisão que considero razoável”.



Distribuição gratuita com o semanário "Sol" Encarte comercial da responsabilidade de Páginautêntica - Publicações. Lda e não pode ser vendido separadamente


Edição n.º 70 SETEMBRO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE IV



MUNICÍPIO DE PRAIA DA VITÓRIA
Trabalhar em prol dos cidadãos
e do desenvolvimento do Concelho

MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA

TRABALHAR EM PROL DOS CIDADÃOS E DO DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO

Depois de cumprir o seu primeiro mandato, Tibério Dinis, presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, nos Açores, decidiu não se recandidatar nas próximas eleições autárquicas, devido a motivos pessoais. De consciência completamente tranquila e com um sentimento de dever cumprido, o autarca garante que trabalhou sempre em benefício do bem-estar dos seus concidadãos e em prol do desenvolvimento da Praia da Vitória: “Dentro das capacidades de cada um devemos sempre procurar fazer o melhor, sendo que foi permanentemente essa a minha postura ao longo dos últimos quatro anos. Espero que os Praisenses continuem a escolher para os governar aqueles que têm esta postura e esta forma de estar e de encarar a política. Só assim poderemos ter política séria e em benefício dos cidadãos”.



► “Por motivos pessoais decidi não me recandidatar à presidência do Município da Praia da Vitória. Julgo que esta é a decisão mais correta a tomar até porque saio de consciência completamente tranquila em relação a todo o trabalho que realizei durante os dez anos em que estive na Autarquia da Praia da Vitória, onde desempenhei várias funções, sendo que, durante quatro anos, assumi a sua presidência”, informa Tibério Dinis, presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória. Olhando para trás, o autarca afirma que, apesar de todos os desafios e vicissitudes, a política nunca foi uma desilusão porque foi sempre assumida de forma séria: “Quando a fazemos a trabalhar em benefício do bem-estar dos nossos concidadãos e em prol do desenvolvimento do

“A PANDEMIA SURTIU NUM MOMENTO EM QUE TÍNHAMOS A NOSSA ESTRUTURA FINANCEIRA JÁ CONSOLIDADA, ASSIM COMO A ESTRUTURA INTERNA. ESTE FACTO PERMITIU-NOS DAR UMA RESPOSTA ASSERTIVA ÀS NECESSIDADES QUE SURTIRAM EM RESULTADO DO APARECIMENTO DA PANDEMIA”

nosso território, a política nunca desilude. A política serve precisamente para servir. É, por isso, que, em todas as inaugurações que presidi, a placa comemorativa nunca contemplou o meu nome, mas teve sempre inscrita a frase «Ao serviço da Praia da Vitória». Creio que este pequeno gesto também simboliza a forma como vejo a atividade política, onde temos que

colocar todas as nossas energias no auxílio ao outro. Essa deve ser a prioridade diária de um presidente, de um vereador, de um presidente de junta ou de qualquer outra pessoa que exerce um cargo público”, sublinha.

O presidente reitera que, depois, dentro das capacidades de cada um, “devemos sempre procurar fazer o melhor, sendo que foi sempre essa a minha postura ao longo dos últimos quatro anos. Espero que os praisenses continuem a escolher para os governar aqueles que têm também esta postura e esta forma de estar e de encarar a política. Só assim poderemos ter política séria e em benefício dos cidadãos”.

MANDATO EXIGENTE

Tibério Dinis reconhece que este foi um mandato exigente, repleto de desafios, até porque a pandemia condicionou metade desse período: “A pandemia surgiu num momento em que tínhamos a nossa estrutura financeira já consolidada, assim como a estrutura interna. Este facto permitiu-nos dar uma resposta assertiva às necessidades que surgiram em resultado do aparecimento da pandemia. Assim, estivemos sempre disponíveis para ajudar famílias, as empresas e as diversas instituições que



Tibério Dinis

existem no concelho, sobretudo as IPSS's que estiveram sempre na linha da frente na defesa daqueles que são mais vulneráveis a este vírus”.

O autarca assevera que o Município ajudou de forma direta, tanto as IPSS's que detêm estruturas que albergam idosos, como aquelas que prestam serviços ao domicílio. Esse apoio foi prestado através da criação de uma linha financeira que ajudou a suportar as despesas que as IPSS's tivessem com equipamentos de proteção individual (EPI) ou outros equipamentos; verbas para fazer face ao necessário pagamento de horas extraordinárias dos seus funcionários, ou até mesmo para suportar a contratação de funcionários extra, caso existisse essa necessidade. Esta linha de apoio funcionou durante os três primeiros meses da pandemia e significou um investimento superior a 150 mil euros por parte da Autarquia. “Felizmente não tivemos nenhum surto a registar em nenhum dos lares de idosos no concelho, o que demonstra a eficácia das medi-

Edição n.º 70 SETEMBRO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE IV



MUNICÍPIO DA HORTA

Concelho virado para o mar, confiante no futuro

MUNICÍPIO DA HORTA

CONCELHO VIRADO PARA O MAR, CONFIANTE NO FUTURO

José Leonardo Silva cumpre o segundo mandato como presidente da Câmara Municipal da Horta e reconhece que estes foram quatro anos atípicos, uma vez que, para além da pandemia, em 2019, o concelho foi fustigado pelo furacão Lorenzo, desafio que a Horta também teve que debelar. Contudo, apesar das vicissitudes, o autarca mostra-se confiante no futuro deste concelho virado para o mar, até porque, ao longo dos próximos anos e aproveitando o Plano de Recuperação e Resiliência, serão concretizados investimentos estruturantes na Horta, como “uma forma de honrar a nossa história e marcar o nosso tempo, permitindo modernizar a nossa cidade”.



► “Ainda que reconheça que a pandemia afetou o mundo de forma transversal, atingindo as autarquias de todo o País, onde a Horta não foi exceção, a verdade é que este foi mesmo um mandato muito atípico, uma vez que, para além da pandemia, em 2019, fomos fustigados pelo furacão Lorenzo que causou diversos constrangimentos e prejuízos um pouco por todo o concelho. As obras de recuperação da ilha estão agora a ficar concluídas, o que demonstra a dimensão da intempérie”, assevera José Leonardo Silva, presidente da Câmara Municipal da Horta.

No que concerne ao combate à pandemia, o autarca esclarece que o Município manteve sempre uma postura muito atenta e cuidada, sendo que a Comissão Local de Proteção Civil reuniu frequentemente, “por forma a realizar o balanço do número de contágios registados no concelho e delinear formas de luta. Foi o trabalho de parceria entre a Autarquia, entidades de saúde, bombeiros e polícia, que determinou o sucesso nesta luta. Claro que também não nos podemos esquecer que vivemos numa ilha, o que faz com que seja muito fácil realizar o controlo de todos aqueles que entram no Concelho. Durante algum tempo o nosso espaço aéreo esteve fechado, o que facilitou o controlo. Isto fez com que o nosso comércio tenha permanecido pouco tempo fechado estando, neste momento, a retomar a sua atividade, até porque mais de 70% da nossa população já está vacinada, o que nos traz otimismo em relação ao futuro”.

Em relação ao processo de vacinação, ainda que considere que este decorreu de forma positiva, até porque a Autarquia prestou todo o apoio logístico e institucional solicitado, o presidente considera que este podia ter decorrido de forma mais célere, o que permitiria ao concelho atingir mais cedo a desejada imunidade de grupo. “Os profissionais de saúde estavam disponíveis para a con-



José Leonardo Silva

FOTOGRAFIA: Andreia Dias

cretização deste desafio e tínhamos já o local indicado devidamente equipado e preparado, pelo que, caso a disponibilização de vacinas tivesse sido mais célere, esta tarefa já teria sido concretizada”.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Apesar do número de contágios no concelho não ter sido elevado, José Leonardo Silva esclarece que, “como sabemos que o confinamento trouxe efeitos nefastos para a economia local, tomámos uma série de medidas de apoio às pessoas e famílias mais vulneráveis, assim como às empresas que foram mais afetadas por esta nova realidade. Assim, desde o início desta crise que ativámos o Fundo de Dinamização Empresarial, porque percebemos que não ia ser fácil enfrentar esta pandemia e sair dela sem perdas a lamentar, nomeadamente na nossa economia”. O presidente salienta ainda que a preocupação passou por “criar situações que evitassem a perda da nossa força produtiva. Foi por isso que isentámos as empresas do pagamento de todo o tipo de taxas como publicidade, esplanadas e ocupação do espaço público. Apoiámos ainda de forma direta o setor dos táxis, uma vez que estes foram um dos mais afetados pelo decréscimo do turismo em

“LIMITAÇÃO DE MANDATOS DEVIA SER TRANSVERSAL”

“Ainda que concorde com a lei da limitação de mandatos, acredito que a forma como este processo decorreu acabou por ser uma perseguição às câmaras municipais e juntas de freguesia. A verdade é que o poder legislativo encara os autarcas como uns malfeitores. Infelizmente, o tratamento é diferenciado para os vários intervenientes na causa pública. Claro que quem não faz bem o seu trabalho tem que ser punido, contudo, é também verdade que Portugal tem diversos autarcas de excelência que muito têm feito em prol dos seus concelhos. Assim, concordo com os 12 anos, porém a limitação de mandatos devia ser transversal a todos os cargos políticos porque a verdade é que, independentemente das críticas que possamos fazer, a democracia ainda continua a ser o melhor dos regimes”.

virtude do Estado de Emergência que foi decretado para todo o País”.

De acordo com o presidente, a Autarquia também dinamizou duas edições da iniciativa «Aposte Local, Compre no Faial», uma no Natal e outra na primavera, como forma de dinamização empresarial.

Edição n.º 70 SETEMBRO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA PARTE IV



MUNICÍPIO DA MADALENA DO PICO

Único concelho dos Açores a crescer nos últimos anos

MUNICÍPIO DA MADALENA DO PICO

ÚNICO CONCELHO DOS AÇORES A CRESCER NOS ÚLTIMOS ANOS

José Soares, presidente da Câmara Municipal da Madalena do Pico, revela que o concelho que preside foi o único que registou crescimento nos Açores ao nível da população, de acordo com os censos que foram realizados este ano. Apesar de satisfeito com a distinção e de se mostrar confiante em relação ao futuro, o autarca reconhece que este foi um mandato repleto de desafios. Se em 2019, a Ilha do Pico teve que enfrentar a devastação provocada pelo furacão Lorenzo, em 2020, o concelho debate-se contra uma pandemia mundial. Ainda assim, José Soares reitera: “Todos sabem o quanto eu amo a minha terra e o quanto luto pelo seu progresso e desenvolvimento de forma diária. Irei continuar com esta missão, mesmo quando deixar de desempenhar esse cargo e essa é uma certeza”.



José Soares



► “A atual pandemia interferiu com a vida de todos os portugueses. No nosso caso, em virtude da nossa condição geográfica, ficámos completamente isolados durante algum tempo, decisão acertada que o Governo Regional operacionalizou. Durante a primeira vaga, a Covid-19 era uma doença nova, desconhecida para todos. Ouvíamos as notícias e ficávamos assustados”, reconhece José Soares, presidente da Câmara Municipal da Madalena do Pico.

O autarca assegura que esteve sempre solidário com o Governo Regional. “Sempre que era necessário implementar medidas mais duras, o presidente falava comigo e tinha sempre o meu total apoio, porque sabia que aquelas eram as medidas necessárias a colocar

no terreno naquela fase. Era vital que as populações ficassem tranquilas e que se sentissem seguras e, felizmente, os habitantes da Madalena do Pico foram capazes de perceber a importância desse comportamento e adotaram medidas preventivas em relação ao contágio, o que favoreceu a nossa ação de combate contra este vírus”.

O presidente assevera que esta nova realidade alterou as prioridades da Autarquia e que as preocupações do Executivo também passaram a ser outras.

“Os empresários locais, aqueles que são o grande motor do nosso desenvolvimento, foram muito penalizados durante dois anos. A economia apenas desconfiou ligeiramente no verão do ano passado, o que é muito pouco, tendo em conta os investimentos que foram realizados no concelho. Além disso, a nossa ação para outras questões também ficou limitada, sendo que muitos projetos tiveram que ser protelados. O lançamento de vários concursos para a realização de obras também ficou em *stand-by*, mesmo quando estavam em causa obras que contemplavam o recurso a fundos comunitários”.

O autarca lembra ainda que a Ilha do Pico, em 2019, teve que enfrentar o furacão Lorenzo, “outro fator penalizador pa-

► **“SEMPRE QUE ERA NECESSÁRIO IMPLEMENTAR MEDIDAS MAIS DURAS, O PRESIDENTE FALAVA COMIGO E TINHA SEMPRE O MEU TOTAL APOIO, PORQUE SABIA QUE AQUELAS ERAM AS MEDIDAS NECESSÁRIAS A COLOCAR NO TERRENO NAQUELA FASE”**

ra a economia local, devido aos elevados estragos que foram registados. Quando estávamos a começar a recuperar novamente a ilha, chegou a pandemia e a realidade mudou novamente”, sublinha.

DESEJO: REGRESSO À NORMALIDADE

José Soares afirma que o concelho está a retomar a sua atividade normal, em 2021, nomeadamente no que concerne aos projetos apoiados por fundos comunitários, “uma vez que estes não podem ser desperdiçados”.

O autarca explica que, ainda que o Pico seja a segunda maior ilha dos Açores, “este é um município pequeno. Ainda assim, isso não nos impediu de ser o único concelho da região a aumentar a

sua população, de acordo com os Censos realizados este ano. Contudo, ainda que este seja um fator muito positivo, a verdade é que precisávamos de cativar muito mais pessoas, atraindo-as para construir, na Madalena do Pico, o seu projeto de vida”.

O presidente admite que preside um concelho suportado economicamente nos setores do turismo e da agricultura, “pelo que estamos muito dependentes dos apoios financeiros que decorrem do Orçamento de Estado. Assim, se não tivéssemos acesso aos fundos comunitários dificilmente teríamos a possibilidade de realizar várias obras. Claro que este aproveitamento máximo das ajudas da União Europeia nos obriga a uma atenção e cuidados constantes, por forma a

Edição n.º 70 SETEMBRO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE IV



ESPECIAL ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

Município de São Vicente

Concelho onde vale a pena viver

MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

CONCELHO ONDE VALE A PENA VIVER

José Garcês preside o Município de São Vicente, na Ilha da Madeira, há oito anos. De acordo com o autarca, a aposta de futuro passa por atrair e fixar no concelho ainda mais pessoas, “para que possam construir o seu projeto de vida em São Vicente, um concelho onde vale a pena viver”. Apesar de reconhecer que a atual pandemia causou alguns constrangimentos, José Garcês acredita num futuro promissor. “Juntos iremos conseguir vencer esta tormenta. Somos um povo resiliente e que sabe lutar contra as adversidades. Vamos estar confiantes de que para o ano, em 2022, poderemos voltar à normalidade”.



► “Tal como aconteceu em todos os concelhos o País, a pandemia condicionou aqueles que eram os nossos projetos em 2017, ainda que afirme sempre que os programas eleitorais não são promessas, mas sim previsões. Se há quatro anos eu podia ter uma visão que considerava prioritária, com o passar do tempo esta pode deixar de ser tão importante ou até deixar mesmo de ser necessária, uma vez que, entretanto, surge uma nova prioridade ou uma outra oportunidade. Assim, os manifestos eleitorais não podem ser estantes e têm que ser adaptáveis. Ninguém conseguia prever, por exemplo, o aparecimento desta pandemia e as suas consequências nefastas. Assim, provavelmente haverá obras que não foram realizadas porque considerámos que deixaram de ser prioritárias, contudo, também realizámos muitas outras que não tinham sido pensadas ou ponderadas e que foram concretizadas”, garante José Garcês, presidente da Câmara Municipal de São Vicente. Apesar disso, o autarca reconhece que esta é uma nova realidade complicada,

criada por uma nova doença, contra a qual todos tivemos que lutar. “Os municípios desempenharam um papel muito importante nesta luta, na medida em que tiveram que avançar para a linha da frente neste combate, por forma a que fosse possível atenuar o impacto da pandemia nos concelhos. No caso de São Vicente, esse apoio teve que ser dado, especialmente, no setor empresarial, uma vez que este é um concelho que vive muito do turismo, setor que foi o mais afetado com o confinamento a que todos estivemos obrigados”. Assim, além da promulgação da isenção do pagamento de diversas taxas a particulares e às empresas, de acordo com José Garcês, a Autarquia também promoveu a isenção do pagamento da fatura da água durante três meses. Paralelamente, lançou um programa especial, com o objetivo de fazer face à pandemia que provocou vários efeitos devastadores e catastróficos, quer a nível social, quer a nível económico, que culminaram com a obrigação e o dever de

encerramento de muitos estabelecimentos comerciais e de suspensão do exercício de muitas atividades económicas. O Município criou então o Fundo de Emergência Social e Empresarial do Município de São Vicente (FESEMSV) que visa mitigar os efeitos económicos e sociais decorrentes da situação de calamidade pública, que ainda persiste. Este fundo destinou-se a pessoas, famílias, associações, empresas, empresários em nome individual, trabalhadores independentes e prestadores de serviços sediados no Município de São Vicente. “Basicamente ajudámos as empresas, as instituições e as pessoas em todas as vertentes que, de alguma forma, estavam ligadas ou dependiam da Autarquia. Assim, para além do investimento, também abdicámos de grande parte da receita, tudo para que pudessemos ajudar os nossos concidadãos neste momento mais sensível das suas vidas”, explica o presidente. Para além disso, o Município procedeu ao reforço do Fundo de Emergência So-

José Garcês



cial, na sequência da quantidade das solicitações de apoios efetuadas por pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade destinados, nomeadamente a despesas com habitação, medicamentos, refeições e alimentos. A Autarquia assegurou ainda, em colaboração com as entidades da administração pública regional competentes, a disponibilização de material e equipamento informático, para a frequência do ensino à distância, incluindo o acesso móvel à internet, para alunos de famílias em situação de vulnerabilidade e com graves carências financeiras integrados nos escalões A e B da ação social escolar, “sendo que também tivemos em atenção as necessidades daqueles que, apesar de não serem



Distribuição gratuita com o semanário "Sol" Encarte comercial da responsabilidade de Páginautêntica - Publicações. Loja e não pode ser vendido separadamente

Edição n.º 70 SETEMBRO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE IV



MUNICÍPIO DE SANTANA

Dois anos repletos de desafios

MUNICÍPIO DE SANTANA

DOIS ANOS REPLETOS DE DESAFIOS

Márcio Dinarte Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Santana, tomou posse em outubro de 2019, quando Teófilo Cunha saiu para o governo regional de coligação, PSD-CDS. Decorridos dois anos de mandato, o autarca reconhece que estes foram repletos de desafios. Apesar disso, o presidente não perde a confiança no futuro e acredita no desenvolvimento do Concelho, “tornando-o mais atrativo para os investidores, assim como para todos aqueles que optaram por construir aqui o seu projeto de vida”.



► Márcio Dinarte Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Santana, confessa que não esperava assumir a presidência da Autarquia em 2019, até porque Teófilo Cunha, “ainda tinha muitos projetos que queria implementar no concelho”. O autarca recorda ainda que, quando toma posse tem logo que ultrapassar desafios em nada semelhantes àqueles que teve que enfrentar ao longo dos seis anos em que esteve na Autarquia como vereador. “Tivemos que ligar logo com uma situação complicada provocada por uma derrocada que afetou um grupo de turistas, no Caldeirão Verde. Ainda que tutelasse o pelouro da Proteção Civil enquanto vereador, durante esse tempo, não foram registados incidentes desta natureza, pelo que nunca tinha lidado com uma problemática desta dimensão”, confessa o presidente que completa: “Pouco tempo depois sur-

ge a pandemia que surpreendeu todos os presidentes de câmara. Com maior ou menor experiência todos foram surpreendidos, uma vez que nunca tínhamos vivido uma situação idêntica a esta. Foi necessário encerrar espaços públicos e colocar em funcionamento planos de contingência. Felizmente, tivemos um apoio próximo, competente e sempre presente da cecretaria regional de saúde, nomeadamente por parte do Senhor Secretário Regional, Pedro Ramos, que foi incansável, desde o primeiro momento, no apoio que prestou a todos os autarcas”.

Contudo, o presidente lembra que os desafios não terminaram, uma vez que, em janeiro deste ano, o concelho teve que lidar novamente com intempéries “muito complicadas que provocaram diversos estragos em Santana e que vieram condicionar, ainda mais, a nossa atuação, sobretudo na freguesia do Faial, a mais fustigada pelo mau tempo”.

O COMBATE À PANDEMIA

Márcio Dinarte Fernandes assegura que a Autarquia optou sempre por uma postura muito proactiva, interventiva e preventiva no combate à atual pandemia. “A Madeira está voltada para o turismo, por isso, diariamente, somos visitados por centenas de pessoas de diferentes proveniências, o que se torna num risco acrescido perante uma pandemia como esta. Era evidente que, à velocidade



Márcio Dinarte Fernandes

com que os casos estavam a surgir na Ilha, estes tinham que ser importados, realidade que foi posteriormente confirmada. Assim, enquanto Autarquia responsável limitámo-nos a agir e a tomar diversas as mais medidas que estavam ao nosso alcance no sentido de mitigarmos os seus efeitos”.

O autarca revela que o Município optou, por exemplo, desde logo, pela aquisição e posterior distribuição de máscaras por toda a população, instituições e empresas. Para além disso, desinfetou, de imediato, todos os espaços públicos, ao mesmo tempo que permitiu o acesso aos funcionários camarários a todo o ti-

Edição n.º 70 SETEMBRO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE IV



MUNICÍPIO DA CALHETA

“Com distanciamento sim, mas unidos sempre”

MUNICÍPIO DA CALHETA

“COM DISTANCIAMENTO SIM, MAS UNIDOS SEMPRE”

Em entrevista ao Empresas+®, Carlos Teles, presidente da Câmara Municipal da Calheta, reconhece que a pandemia penalizou o desenvolvimento do concelho, sobretudo do ponto de vista económico. Apesar disso, o autarca mostra-se confiante no futuro e assegura que a recuperação económica está já a decorrer. Além disso, e apesar de todas as vicissitudes e desafios, Carlos Teles garante que, dentro das possibilidades e sempre com responsabilidade financeira, o Município conseguiu ajudar todos aqueles que mais precisavam. “Somos todos importantes nesta luta. Como costumámos dizer, com distanciamento sim, mas unidos sempre. Acredito que esta luta terá um final feliz”.



► “Tal como aconteceu com todos os municípios do País, é óbvio que a pandemia trouxe dificuldades acrescidas ao presente mandato, sobretudo no que diz respeito à gestão do orçamento municipal. Apesar disso, desde a primeira hora, encarámos com muita responsabilidade este combate. O ano passado foi muito difícil e 2021 também o está a ser, uma vez que tivemos que tomar decisões que implicaram o adiamento de alguns projetos. Contudo, valeu a pena, até porque conseguimos ajudar os nossos empresários e todos aqueles que mais precisavam e que, por causa deste vírus, estavam numa situação ainda mais sensível do ponto de vista social. Esta foi a nossa maior e principal prioridade”, assegura Carlos Teles, presidente da Câmara Municipal da Calheta. Ainda que reconheça as vicissitudes ul-

trapassadas, o autarca assevera que, este ano, o Município também conseguiu reforçar o investimento, tendo avançado com vários projetos que tinha ficado parados em 2020. “Neste momento, estamos a lançar concursos para a realização de obras nas oito freguesias que compõem o concelho. A Calheta, apesar de não ter uma grande densidade populacional, em termos territoriais, é o maior concelho da Madeira, o que traz dificuldades acrescidas. Apesar disso, sentimos que os impactos da pandemia não foram tão grandes nas zonas mais rurais, em detrimentos dos grandes centros urbanos. Assim, estamos agora preparados para alavancar a recuperação económica, até porque o concelho tem uma forte implantação no setor turístico. Além de diversas ofertas ao nível do alojamento local, temos muitas estruturas hoteleiras de grande qualidade sendo que, quando se regista o desconfinamento, os habitantes do centro urbano do Funchal têm tendência para se deslocarem para outras zonas da ilha mais rurais, o que se tem instituído como um importante balão de oxigénio para este concelho e para os seus empresários da área do turismo e da restauração. Sentimos já o regresso à vida e um movimento acrescido nas ruas, o que potencia a recuperação da economia local. Defendo que o atual período de retoma é tão ou mais importan-



Carlos Teles

“**NESTE MOMENTO, ESTAMOS A LANÇAR CONCURSOS PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS NAS OITO FREGUESIAS QUE COMPÕEM O CONCELHO. A CALHETA, APESAR DE NÃO TER UMA GRANDE DENSIDADE POPULACIONAL, EM TERMOS TERRITORIAIS, É O MAIOR CONCELHO DA MADEIRA, O QUE TRAZ DIFICULDADES ACRESCIDAS**”

te que o próprio combate à pandemia”, sublinha Carlos Teles.

POSTURA CORRETA NO COMBATE

O presidente defende que a Região Autónoma da Madeira, mais concretamente a Secretaria Geral da Saúde, através do seu secretário, Pedro Ramos adotou, desde o primeiro momento, a postura correta no combate a esta pandemia. “Considero que a gestão da pandemia foi realizada com sucesso. As entidades competentes souberam decidir e atuar rapidamente. Todos percebemos, desde logo, que esta seria uma situação muito grave, pelo que os municípios estiveram sempre em contacto permanente com as autoridades de saúde, o que também nos ajudou a delinear estratégias e a estabelecer metas. Foi ainda fácil planear

o combate porque envolvemos na luta todas as instituições do concelho, nomeadamente os bombeiros voluntários, as forças de segurança e a Santa Casa da Misericórdia da Calheta, entidade responsável por dois lares, cuja parceria e disponibilidade de colaboração foi fulcral para o sucesso desta iniciativa”, refere o autarca.

Ainda que acredite que o pior já tenha passado, Carlos Teles também garante que a guerra ainda não está ganha e que os cuidados têm que continuar, “ainda que estejamos confiantes que a retoma económica não será mais interrompida. À medida que o mercado vai abrindo e que o desconfinamento nos vários países vai avançando, a Madeira vai recebendo visitantes de diferentes proveniências, o que faz com que tenhamos

Edição n.º 70 SETEMBRO 2021

EMPRESAS



AUTARCAS DE EXCELÊNCIA

PARTE IV



MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

“Governo Regional tem dois pesos e duas medidas”

MUNICÍPIO DE PORTO MONIZ

“GOVERNO REGIONAL TEM DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS”

Emanuel Câmara, presidente da Câmara Municipal de Porto Moniz, não tem dúvidas, “mesmo em período de pandemia, o Governo Regional tem dois pesos e duas medidas, dependendo da cor política de cada autarquia, o que é de lamentar. Para mim, isto não é política, mas sim falta de capacidade para enfrentar a realidade e a vontade dos eleitores. Entre o autarca e o governante não há combate político, espera-se apenas um debate de ideias em favor do bem-estar da população. É lamentável que, mesmo num período complexo como este, o Governo Regional continue a demonstrar incapacidade para, nos lugares certos e com as pessoas certas, discutir temáticas de significativa importância para as populações”.



Emanuel Câmara



► O presidente da Câmara Municipal de Porto Moniz lamenta que enquanto alguns autarcas acompanham visitas de membros Governo Regional aos respetivos concelhos, outros ficam completamente esquecidos. Acontece, de forma recorrente, ainda que apenas em alguns concelhos, o Governo Regional não informar o poder local das suas visitas, o que não faz qualquer sentido. Na opinião do edil, “...é de lamentar que os presidentes das autarquias de cor política diferente não sejam tidos nem achados pelas entidades competentes, nem mesmo quando estão em causa problemáticas dos seus concelhos. Como Miguel Albuquerque foi autarca seria expectável que tivesse outro tipo de sensibilidade para estas questões. Infelizmente, a sua sensibilidade é aristocrática e não autárquica, o que lamento, já que desrespeita diariamen-

te aqueles que exercem uma função que ele próprio exerceu no passado”. O presidente defende que os principais interlocutores junto das populações são, precisamente, os presidentes de câmara e das juntas de freguesia e todos os órgãos locais. Contudo, o que acontece na atualidade, é que o Governo Regional, à semelhança do passado, “mas com muito menos classe e mais arrogância, quer substituir-se ao Poder Local através das Casas do Povo. Costumo dizer que a essência destas entidades na Região sempre esteve ligada à ruralidade e ao desenvolvimento de atividades culturais. Hoje, são claramente usadas para fins políticos. Deixei-me escandalizado que um presidente de câmara seja auditado, e bem, até ao último cêntimo por parte de todas as entidades competentes, nomeadamente o Tribunal de Contas. Enquanto isso, as ditas Casas do Povo podem distribuir cabazes, cheques e entregar dinheiro vivo às pessoas sem qualquer controlo e com a complacência do Governo Regional. Falamos de verbas atribuídas pelo Governo Regional que não são auditadas. Esta prática é transversal ainda a outras entidades que também são apoiadas pelo Governo Regional, funcionando como verdadeiros tentáculos do poder numa tentativa de o partido do Governo manter as câmaras em que é poder, ao mesmo tempo que

tenta recuperar aquelas em que isso não acontece, o que é vergonhoso. Acresce a esta situação o facto dos autarcas estarem completamente desprotegidos perante denúncias anónimas, sobretudo em períodos eleitorais.”, realça Emanuel Câmara que defende a intervenção das entidades competentes. “Deviam começar a preocupar-se com estas situações. Se fui investigado por causa de denúncia anónima por ter levado os idosos do concelho a Fátima e aos Açores, porque é que estas situações não são também investigadas, ainda mais quando já foram admitidas publicamente pelos próprios? Não consigo perceber e está na altura de dizer basta a toda esta situação”. Por fim, o autarca também lamenta que existam os mesmos dois pesos e duas medidas na distribuição dos fundos comunitários pelos diversos concelhos da Ilha. “É gritante a postura de uso e abuso demonstrada pelo Governo Regional neste tipo de processos. No fundo, as autarquias de diferente cor política concorrem contra o Governo Regional, já que depois de discutidos os fundos com o Poder Local, os responsáveis pelo PRODERAM - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira e por outras entidades gestoras de fundos decidem favorecer candidaturas quem lhes interessa, sem ter em consideração o bem comum, ou se-

ja, o interesse das populações. Acima de tudo, devem estar sempre as pessoas e a salvaguarda do seu bem-estar. Também desta forma, o Governo Regional penaliza o Poder Local democraticamente eleito, no sentido de condicionar a ação dos executivos e a realização de obra”.

PANDEMIA: UM DESAFIO ADICIONAL

Emanuel Câmara assevera que a atual pandemia afetou o mundo inteiro e teve consequências nefastas sobre as pessoas, o que fez com que, naturalmente, as Autarquias também tenham sido afetadas. “Entre as receitas não cobradas e os apoios que atribuímos às populações, o Município já realizou um investimento superior a um milhão de euros no combate a esta pandemia. Felizmente, o Governo da República está sensível a este esforço financeiro que as autarquias fizeram e irá compartilhar parte das despesas, permitindo atenuar este esforço de tesouraria que tivemos que fazer”.

O autarca defende que ninguém esperava enfrentar uma situação como esta. Apesar disso, enaltece a postura de seriedade que todos os habitantes de Porto Moniz tiveram desde o primeiro momento, “sendo que sempre cumprimos com as regras estabelecidas. Neste contexto, o trabalho de proximidade

Distribuição gratuita com o semanário "Sol" Encarte comercial da responsabilidade de Páginatécnica - Publicações. Lida e não pode ser vendido separadamente

Edição n.º 70 SETEMBRO 2021



EMPRESAS

AUTARCAS DE EXCELÊNCIA
PARTE IV

MUNICÍPIO DE MACHICO

“Existe discriminação por parte do Governo Regional”

MUNICÍPIO DE MACHICO

“EXISTE DISCRIMINAÇÃO POR PARTE DO GOVERNO REGIONAL”

Ricardo Franco preside os destinos do Município de Machico há oitos anos. Olhando para trás, o autarca considera que estes dois mandatos não foram fáceis e que os desafios a ultrapassar se sucederam: em primeiro lugar a situação económico-financeira da Autarquia que não era a melhor aquando da tomada de posse, depois o combate a uma pandemia. Por fim, Ricardo Franco garante que “existe discriminação por parte do Governo Regional. Não exigimos o que não praticamos. Quem tem este comportamento abusivo e diferenciado está completamente deslocado daquela que deve ser a postura de um governo e de uma autarquia. Devemos trabalhar em conjunto para servir a população e isso deveria ser sempre o mais importante”.



Ricardo Franco



► Ricardo Franco, presidente da Câmara Municipal de Machico, garante que, neste momento, a situação financeira da Autarquia está radicalmente diferente daquela que existia, em 2013, quando tomou posse pela primeira vez. “A dívida era superior a 30 milhões. Atualmente está nos 1.5 milhões de euros, o que significa uma redução superior a 95%. Claro que, durante alguns anos, esta redução só foi possível com base numa gestão muito atenta e cuidada, por forma a que nenhum recurso fosse desperdiçado. Se assim não fosse não teríamos sido capazes de cumprir com as nossas obrigações”, explica o presidente. O autarca assevera que, na totalidade dos quatro primeiros anos, o Município nem sequer teve a possibilidade de reali-

zar investimentos de valor total superior a um milhão de euros, “não tínhamos mais verbas disponíveis”. Facilmente se percebe as dificuldades que enfrentámos. O primeiro mandato foi muito complicado, ainda mais quando, pouco tempo depois, sofremos as consequências de algumas intempéries, tornando-se premente o auxílio à população. A verdade é que um município que não investe fica relegado para segundo plano e os seus munícipes não veem as suas necessidades supridas. Claro que a população sabe o esforço que fizemos e está consciente do valor da dívida que tínhamos, pelo que sabia do enorme encargo que tínhamos sobre os ombros. Apesar disso, enquanto governantes também detínhamos a expectativa de podermos realizar algumas obras, mesmo que não fossem as tradicionais obras de fachada e de encher o olho. Ambicionámos sempre que a população melhore a sua qualidade de vida e a sua condição, seja a nível social, cultural, com base nas respostas de proximidade, da recuperação do património municipal, entre outros. Este é o trabalho diário de uma câmara municipal, pelo que ficamos satisfeitos quando dispomos dos meios necessários para concretizar estes projetos”. Olhando para trás, Ricardo Franco recorda que, quanto ao segundo mandato, se os primeiros dois anos (2018-2019) decorreram dentro de um quadro mais limitativo, em 2020, “sabíamos que estaríamos com maior solidez financeira, o que permitiria outro tipo de investimento.

A dívida tinha vindo a ser esbatida ao longo do tempo e tinha-se tornado mais facilmente gerível, até porque passámos a deter capacidade de endividamento, o que nos permitia outra margem de manobra para a realização dos investimentos necessários”. Assim, no ano passado, a Autarquia lançou mão desse recurso e contraiu um empréstimo no valor superior a 3.6 milhões de euros. “Precisávamos de reabilitar a nossa rede viária, obra que está em curso e que é de suma importância para o desenvolvimento do Concelho. Durante muitos anos recorreu-se aos remendos, os chamados tapa buracos. A nossa rede viária precisava de uma intervenção urgente. Nenhuma rede aguenta 10 ou 15 anos com recurso apenas a remendos. Pontualmente têm que ser realizadas intervenções mais complexas, não há outra forma. Sabíamos que esta era uma necessidade sentida há muito tempo pela população e estamos satisfeitos por, finalmente, resolver grande parte desta problemática”, assegura o presidente.

O COMBATE À PANDEMIA

“Durante este segundo mandato não podemos esquecer o aparecimento da pandemia que criou uma nova realidade e que alterou, profundamente, a vida de todos nós. Se não tivessem sido as autarquias e as juntas de freguesia o País não teria sido capaz de dar a resposta que deu a este vírus. Para além disso, esta doença agravou as necessidades a nível social existentes no concelho, situa-

MENSAGEM AOS MUNICÍPES

“O nosso projeto continua. Mantemos a mesma postura de diálogo com todos, sendo que as portas da Autarquia continuam abertas para todos, independentemente do seu estatuto social, económico, político ou religioso. Aqui nunca perguntamos qual a cor partidária que cada um defende quando atendemos as pessoas. Estamos dispostos a ajudar, a colaborar e a facilitar a vida aos nossos concidadãos, dentro de um quadro de legalidade, naturalmente. Queremos continuar a trabalhar em prol da população e na resposta aos seus anseios e às suas necessidades, tudo para que Machico se torne, cada vez mais, um pólo de atração para todos aqueles que nos visitam, mas, sobretudo, um local de qualidade de vida para os nossos habitantes, mas também focados na captação de investimento e de projectos estruturantes para todo o concelho”.



ção à qual estamos atentos e vigilantes. Infelizmente, muitas pessoas perderam o seu emprego, outras entraram em situação de lay-off, o que fez com que a Autarquia tivesse que intervir e ajudar os agregados mais desfavorecidos”, reconhece Ricardo Franco.

O autarca assume que, desde o primeiro momento, a Autarquia foi pró-ativa na implementação de respostas de mitigação dos efeitos nefastos desta pandemia junto das populações. De acordo com o presidente, o Município concedeu, por exemplo, apoios a nível alimentar, tanto com a entrega de cabazes, como através do fornecimento de uma refeição diária às crianças em idade escolar, beneficiárias do 1.º escalão de ação social do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico que deixaram de ir para a escola porque passaram a ter aulas à distância. “Infelizmente, o Governo Regional não teve a sensibilidade necessária para perceber que, em alguns casos, esta era a refeição mais importante e melhor equilibrada do ponto de vista nutricional que aquelas crianças faziam no dia. Contudo, conseguimos reverter essa situação e continuar a prestar este serviço em regime de entregas ao domicílio”, sublinha Ricardo Franco.

O presidente também lembra que o valor do IMI (Imposto sobre Imóveis) no concelho está cotado em valores mínimos e que o Município ainda beneficia os munícipes com o IMI familiar, “o que faz com que devolvamos 20% do valor do IRS ao qual a Autarquia tem direito aos nossos concidadãos”. O autarca destaca ainda o

“REALIZÁMOS CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DE PROMOÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL APELANDO AO CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS NOS ESTABELECIMENTOS DO CONCELHO E POSSIBILITÁMOS A EXPANSÃO DAS ESPLANADAS, NA SEQUÊNCIA DAS RECOMENDAÇÕES EMANADAS PELAS AUTORIDADES DE SAÚDE”

apoio ao nível das bolsas de estudo que todos os anos a Autarquia atribuiu aos estudantes locais que frequentam o ensino superior, assim como a disponibilização, a estudantes e famílias, do acesso gratuito a impressões e fotocópias para realização de trabalhos escolares, sendo que, a muitos deles o Município atribuiu ainda tablets e hotspots no sentido de estes poderem assistir às aulas à distância “com maior facilidade e comodidade. Estes equipamentos foram concedidos aos alunos que não dispunham de respostas informáticas adequadas ao ensino à distância”, completa.

Paralelamente, Ricardo Franco lembra que a Biblioteca Municipal de Machico - Francisco Álvares de Nóbrega passou a disponibilizar à população um serviço de requisição de livros a partir de sua casa. A iniciativa teve como objetivo que, na fase de isolamento social, os hábitos de leitura se mantivessem ao mesmo tempo que as pessoas conseguiam ocupar mais facilmente os seus tempos livres. Os livros serviram ainda para auxiliar os estudantes na realização dos seus trabalhos. O autarca ressalva que a biblio-

grafia solicitada pelas famílias chegou às suas casas pela mão de uma equipa de voluntários que a Autarquia constituiu. Para além disso, o Município, não descuidando a necessidade de atividade física da sua população, também promoveu, através das redes sociais, um programa de desporto para todos, intitulado “Machico a Mexer”.

No que diz respeito aos mais idosos, o presidente refere que a Autarquia criou uma linha de apoio para responder às dificuldades da população mais velha do concelho (+65 anos), sobretudo àqueles que se encontravam em isolamento social devido à Covid-19. Desta forma, “assegurámos a entrega, no domicílio, de medicamentos e bens alimentares”. O Município também reforçou o protocolo que detém com a Santa Casa da Misericórdia de Machico, uma vez que “sentimos que a instituição tinha que estar preparada para continuar a prestar um serviço de qualidade, e em segurança, a todos os seus utentes”, acrescenta.

Já para apoio aos empresários, o Município entregou, a todas as empresas de comércio e serviços um pack de proteção

(máscaras, desinfetante, luvas). “Este ano entregámos novamente a todas as empresas destes setores um voucher, no valor de 150 euros, de apoio para a aquisição de produtos de proteção e desinfecção. No caso dos taxistas, são contemplados também com um voucher, no valor de 150 euros, que poderá ser trocado por combustível”, explica Ricardo Franco. Por fim, o autarca advoga que o Município disponibilizou apoio jurídico a fim de auxiliar os empresários na formalização de candidaturas a programas de apoio promovidos pelos governos central e regional e que facultou o apoio por parte do serviço municipal de proteção civil na definição dos seus planos de contingência dos estabelecimentos comerciais. “Também realizámos campanhas publicitárias de promoção do comércio local apelando ao consumo de bens e serviços nos estabelecimentos do Concelho e possibilitámos a expansão das esplanadas, na sequência das recomendações emanadas pelas autoridades de saúde, sendo que também isentamos todos os espaços concessionados pelo Município do pagamento de renda, durante nove meses”.

DISCRIMINAÇÃO EXISTE


“Infelizmente, o Governo Regional não tem tratado as autarquias da mesma forma e tem apoiado apenas aquelas que são da sua cor política, o que não faz sentido. Em oito anos, não conseguimos dinamizar nenhum projeto com o apoio do Governo, o que é de lamentar. Findas as eleições deviam deixar de interessar os partidos uma vez que, acima de tudo, está o interesse das populações. É desta forma que vejo a política e é assim que

esta Autarquia atua com as suas juntas de freguesias. Trabalhamos com todas de igual forma. Assim, não exigimos aquilo que não praticamos. Quem tem este comportamento abusivo e diferenciado está completamente deslocado daquela que deve ser a postura de um governo e de uma autarquia. Acima de tudo devemos trabalhar em conjunto para servir a população e isso deveria ser sempre o mais importante”, acusa Ricardo Franco. O autarca defende que é por causa de situações como esta que considera que a autonomia da Região está ferida e assim não faz qualquer sentido. “A Região não nos dá um cêntimo que seja para a realização de um projeto. De que adianta ter um Governo Regional que coordena todos os fundos comunitários se este depois não aprova qualquer projeto que não seja de uma autarquia presidida pela sua cor política? Ainda em 2018 obtivemos parecer favorável para a intervenção em caminhos agrícolas e, no ano seguinte, os projetos vieram negados, tendo o Sr. presidente do governo dado o dito pelo não dito. A mesma entidade que



tinha dado um primeiro parecer favorável, meses depois, rejeita os projetos. perante factos como estes só podemos falar em discriminação. Considero que a lei devia ser revista, por forma a que problemáticas como esta deixassem de existir. Os municípios insulares deviam ser capazes de se candidatarem diretamente

aos fundos comunitários, tal como acontece com os municípios do Continente. Com a realidade atual somos duplamente discriminados”, lamenta. Apesar de tudo, Ricardo Franco continua a mostrar-se confiante no futuro, até porque “queremos sempre mais e melhor para a nossa população. Queremos man-

ter o foco numa governação de proximidade, dando resposta às necessidades das pessoas e de melhoria da sua qualidade de vida. Queremos ainda apostar na manutenção e reabilitação do património público que existe no concelho, ao mesmo tempo que apostamos em projetos de índole habitacional. A este nível, estabelecemos um protocolo com o IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana [entidade tutelada pelo Governo Central], no sentido de definirmos, a curto prazo, a nossa Estratégia Local de Habitação. Logo que esta esteja definida iremos candidatar-nos a fundos que o IHRU dispõe, no sentido de darmos resposta às necessidades habitacionais existentes no concelho, no âmbito do Programa 1º Direito. Este programa contempla quatro dimensões: a aquisição, a construção, o arrendamento e a reabilitação. Neste sentido, queremos dar resposta, sobretudo, às necessidades dos jovens dando-lhes condições para que possam fixar-se, criar e concretizar, em Machico, o seu projeto de vida”, conclui. 

*Uma porta aberta para o conhecimento,
uma janela para o mar*

museudabaleia
CANIÇAL | MADEIRA


MACHICO
CÂMARA MUNICIPAL

Rua Garcia Moniz Nº.1, 9200-031 Caniçal
Machico – Madeira
☎ 291 961 858 / 9
✉ geral@museudabaleia.org
📘 facebook.com/museu.baleia.madeira
🌐 www.museudabaleia.org

que adotámos desde que tomámos posse, com destaque para a criação do Gabinete de Apoio ao Idoso, mostrou-se uma importante mais-valia. Se, no passado, estas medidas se tinham mostrado importantes, com esta pandemia revelaram-se fundamentais, uma vez que permitiram um apoio mais eficaz, evitando que as pessoas tivessem que sair de casa. Os mais velhos puderam permanecer seguros, garantindo-se a entrega ao domicílio de bens essenciais, como alimentos e medicamentos, sempre que necessário”. Consciente da importância de responder às necessidades da população idosa, a autarquia reforçou o apoio no âmbito do Programa Porto Moniz Vida+, atribuindo 15€/mês aos idosos destinados à participação na compra de medicamentos.

De acordo com o presidente o Gabinete de Apoio ao Idoso serviu também para a sensibilização das pessoas para o uso de máscara e para o cumprimento de todas as medidas de segurança e distanciamento. “O nosso concelho tem uma faixa significativa da população bastante envelhecida e esta tinha que ser protegida. Além disso, como somos um concelho pequeno ao nível do número de pessoas, poucos casos são suficientes para que sejamos considerados, de imediato, um território de risco, pelo que temos que estar atentos e vigilantes. Num trabalho concertado entre a Autarquia, autoridades de saúde e força de segurança temos conseguido evitar que tal aconteça. Com o contributo de todos esta nova realidade está a ser vivida com tranquilidade e com confiança no futuro”, assegura o autarca.

João Emanuel Câmara esclarece que a Autarquia apostou sempre muito no se-



tor social, nomeadamente através da gratuidade do ensino no concelho. O Executivo confere ainda bolsas aos alunos que frequentam o ensino superior, no valor de 150€/mês, “como forma de os ajudar a face fazer às despesas que têm, permitindo-lhes, assim, a mais fácil conclusão do seu curso superior”. Desde que o Município iniciou esta medida o número de licenciados existentes no Concelho aumentou, “o que é muito positivo”.

SEMPRE JUNTO DAS PESSOAS

“Nesta luta todos os pormenores contam. Em primeiro lugar, as pessoas, uma vez que o número de contágios depende, em grande parte, do seu comportamento. Simultaneamente, claro que também colocámos em prática o plano de contingência do Município de modo a assegurarmos à população, dentro da normalidade possível, os

nostros serviços. Numa segunda fase, tivemos já que começar a trabalhar na recuperação económica e criámos o Programa Porto Moniz Revitaliza +, medida lançada com recurso ao orçamento municipal, sem qualquer recurso à Banca e sem qualquer apoio do Governo Regional. É fácil lançar medidas com recurso ao dinheiro dos outros. Com meios próprios é consideravelmente difícil, daí que a medida tenha muito mais mérito. A nossa prioridade foi ajudarmos as empresas, os trabalhadores, as famílias e as instituições”, explica o presidente.

Assim, o autarca sublinha que, quando as crianças tiveram que ter aulas em casa, “sentimos a dificuldade das famílias e da própria estrutura escolar em fazer face às necessidades criadas por esta nova modalidade de ensino. Muitos agregados familiares não tinham computadores nem acesso à Internet,



por isso, as crianças não podiam assistir às aulas”. Perante este cenário, o Município atribuiu um computador a todas as crianças e jovens do concelho (do primeiro ao 12º ano), no início do ano letivo 2020/2021, “ainda que nos tenhamos deparado com diversos constrangimentos, uma vez que existia grande procura destes equipamentos no mercado. Ainda assim, prometemos e cumprimos. Ainda durante o ano letivo 2019/2020 demos resposta às necessidades mais urgentes da população escolar a estes níveis e no início do ano letivo 2020/2021, toda a comunidade escolar estava preparada para qualquer vicissitude. Ninguém podia ficar para trás e quisemos garantir que assim seria. Esta medida vai continuar este ano. Vamos atribuir um computador a todas as crianças que iniciem o primeiro ano, assim como a crianças que tenham vindo de outras latitudes e que, neste momento, vivam no concelho”.

No que diz respeito aos empresários, João Emanuel Câmara advoga que a Autarquia os compensou com o valor que estes pagaram aos seus funcionários quando em *lay-off*. “Como é público, a Segurança Social suportava 70% do valor do salário e a empresa tinha



que pagar os restantes 30%, apesar do trabalhador não estar a cumprir a sua função. Foram precisamente esses 30% que devolvemos às empresas, sendo que assumimos ainda o pagamento dos 11% à Segurança Social da responsabilidade dos trabalhadores. Esta foi uma medida objetiva que tomámos, com verbas que mais uma vez, saíram do orçamento da Autarquia”. Para além disso, o Município atribuiu ainda um subsídio de 300€ a cada empresa destinado à aquisição de equipamentos de proteção individual e álcool gel “tão importantes na atualidade”, sendo este apoio já reforçado, em nova fase de candidaturas, com a atribuição de igual montante por empresa. Segundo o autarca, as empresas ficaram ainda isentas do pagamento de taxas de ocupação do espaço público e o estacionamento, à semelhança do que tinha acontecido em 2020, permanecerá gratuito até ao final deste ano. O autarca relembra ainda que “o Município também lançou o Programa Porto Moniz Revitaliza+ Voucher Card, visan-




O MUNICÍPIO TAMBÉM LANÇOU O PROGRAMA PORTO MONIZ REVITALIZA+ VOUCHER CARD, VISANDO A CEDÊNCIA DE ENTRADAS GRATUITAS EM INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS AOS CLIENTES DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO CONCELHO

do a cedência de entradas gratuitas em infraestruturas municipais aos clientes dos estabelecimentos comerciais do concelho, pretendendo-se desta forma o incremento do número de visitantes com os decorrentes contributos para a economia local”.

UMA VIDA AO SERVIÇO DO CONCELHO

Emanuel Câmara foi, durante 20 anos, vereador na oposição. Apesar disso, o autarca é peremptório: “Nunca esmoreci e estive sempre ao lado da população. Cumpro agora o segundo mandato como presidente da Autarquia. Assim, no futuro, espero que seja possível afirmar o poder local na região, algo que não tem sido realidade na Região, fruto de um poder totalitário que se viveu e em que as câmaras municipais e as juntas de freguesia sempre foram encaradas como verdadeiros departamentos governamentais, que existiam apenas para acatar ordens vindas de cima. Os resultados dos últimos atos eleitorais vieram evidenciar que os autarcas têm po-

der sobre o seu território e poder decisório sobre o mesmo.”

Perante este facto, na opinião do autarca, urge defender o concelho e todo o seu património “até porque estamos numa Região que vive, essencialmente, do turismo. Como no que diz respeito ao Governo Regional vivemos num verdadeiro mundo de eu quero, posso e mando, o Município tem que realizar investimento unicamente com recurso às verbas transferidas pelo Governo da República. Apesar dessa vicissitude, aguardamos apenas a aprovação do novo Plano Diretor Municipal [PDM] para que possamos reforçar a nossa ação em linhas diversas de atuação, sendo que já temos Áreas de Reabilitação Urbana definidas para todas as freguesias. Importar referir que iremos realizar obras importantes sem que estas coloquem em causa o futuro de gerações vindouras, uma vez que o nosso plano é projetado a longo prazo e aposta na sustentabilidade. São urgentes sinergias focadas na fixação das pessoas na Costa Norte da Ilha”, conclui. 



porto moniz
município

A QUALIDADE DE VIDA MORA AQUI!

Câmara Municipal de Porto Moniz
Praça do Lyra, Vila do Porto Moniz

+351 291 850 180

geral@portomoniz.pt

www.portomoniz.pt

Município de Porto Moniz

que redobrar a vigilância, até porque, diariamente, entram cidadãos infetados na região. Temos que evitar a tão falada quarta vaga que já se sente em território continental e que já afeta muitos países estrangeiros. Neste momento, a situação está perfeitamente controlada no concelho e esperamos que assim continue sendo que, enquanto Município, continuamos a contar com a ajuda de todos para que esta vitória contra o vírus se consolide e de sedimento. Sabemos que somos todos importantes nesta luta. Como costumámos dizer, com distanciamento sim, mas unidos sempre. Acredito que esta luta terá um final feliz”.

SEMPRE AO LADO DOS MUNICÍPIES

O autarca revele que, desde o primeiro momento, o Município disponibilizou 500 mil euros para apoio às empresas do concelho, sendo que destes, 300 mil já foram entregues. “Sabemos que este não é um valor muito elevado, contudo, tendo em conta o orçamento municipal, foi o valor possível. Além disso, criámos um programa rápido, eficaz e pouco burocrático, tal como se exige num período de pandemia. Infelizmente, Portugal é pródigo na criação de regulamentos e programas excepcionalmente burocráticos, situação que não se coadunava com as necessidades provocadas pela Covid-19. A resposta dos empresários ao nosso programa foi imediata. Apesar da nossa ajuda não resolver, por completo, as problemáticas que a pandemia criou nas empresas, ajudou-as muito, o que fez com que tenhamos sentido o seu reconhecimento”.

Entre as várias medidas levadas a cabo pela Autarquia, o presidente destaca ainda a entrega de diversos equipamentos de proteção individual (EPI) a todas as instituições e à população em geral. Carlos Teles explica que o Município criou mesmo um apoio especialmente pensado para os agregados mais desfavorecidos, sobretudo aqueles que, a nível habitacional, apresentam algumas carências. “Muitos emigrantes madeirenses voltaram da Venezuela. Alguns deles, regressaram ao País sem grandes meios financeiros e voltaram em procura do seu passado e da ajuda dos familiares. O problema é que estas pessoas não tinham casa preparadas para receber estas pessoas. Assim, reconhecendo esta problemática, quisemos atuar a este nível e criámos um programa social que atribuiu até cinco mil euros, por habitação, para apoio a estas

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“Foi neste Concelho que nasci, cresci, foi aqui que constitui família e onde, até hoje, permaneço. Conheço este concelho de lés a lés e, conseqüentemente, a realidade de todas as freguesias. Conheço o antes, quando demorávamos três horas para chegarmos ao Funchal, e conheço o depois. Assim, considero que reúno as condições necessárias para continuar a servir a minha terra. Estou confiante, até porque sinto que os meus concidadãos reconhecem a qualidade do trabalho que foi realizado. Queremos deixar um legado às novas gerações, pelo que apostamos em políticas que potenciam a fixação da população, ao mesmo tempo que abraçamos novas ideias e alavancamos um crescimento sustentável e responsável do concelho da Calheta”.

famílias para que possam criar condições que lhes permitam receber condignamente estas pessoas. Esta medida tem sido um sucesso porque permite às famílias que estão a receber os seus familiares em dificuldades facultar uma reintegração plena a estas pessoas na sua terra natal”. Este projeto já ultrapassou os 200 mil euros de investimento por parte do Município. “Penso que dentro das nossas possibilidades, e sempre com responsabilidade financeira, conseguimos ajudar todos aqueles que mais precisavam”, assegura o autarca.

Carlos Teles lembra que o concelho tem um centro de vacinação a funcionar no Pavilhão Gimnodesportivo da freguesia dos Prazeres, “numa zona central, de fácil acesso com ótimas condições para esta missão. Tudo tem decorrido dentro da normalidade e a campanha de vacinação está a decorrer de forma muito positiva, sempre em estreita articulação com as entidades do setor da saúde. A Região é um exemplo, já reconhecido a nível nacional. Estamos confiantes de que, a breve trecho, conseguiremos atingir a tão falada imunidade de grupo. Só faltam mais vacinas, uma vez que a disponibilidade de médicos, enfermeiros, assistentes operacionais e outros profissionais está assegurada. Ainda no passado dia 24 de junho, dia de aniversário do Município, homenageamos todos os profissionais de saúde do concelho que, durante esta pandemia, não olharam a esforços no socorro a todos aqueles que precisavam de ajuda”.

PROJETO PARTILHADO DE DESENVOLVIMENTO

Carlos Teles lembra que, desde o primeiro mandato, juntamente com a sua equipa assumiu um projeto partilhado para o concelho. “Um presidente sozinho não consegue fazer obra, pelo que este é um projeto também de todos aqueles que me acompanham e que me ajudam. É

também um projeto das oito juntas de freguesias que a Calheta também, uma vez que trabalhamos sempre em parceria, independentemente das ideologias de cada um, até porque respeitamos todas. O nosso objetivo é sempre servir a população”.


Olhando para trás, se numa primeira fase, o autarca reconhece que o Município não conseguiu fugir à crise que afetava todo o País, o que fez com que alguns projetos tivessem sido interrompidos, depois disso, apesar de todas as dificuldades e desafios, obras estruturantes para o desenvolvimento do concelho avançaram e, hoje, são uma realidade. “Se alguém, em 2013, afirmasse que, em 2021, teríamos a Via Expresso até à Ponta do Pargo praticamente concluída, o Centro de Saúde da Calheta executado, o do Arco já em concurso, o cais do Paul do Mar em execução, a Pista de Patinagem dos Prazeres em bom ritmo, obras nas Igrejas da Fajã e Raposeira, estrada de ligação do Estreito ao Jardim e estacionamento do Jardim do Mar em execução, com certeza ninguém acreditaria. Estas obras, que pareciam inatingíveis em 2013, implicaram um grande esforço financeiro do Governo Regional e da Câmara Municipal e, só assim, foram possíveis! Quando há vontade de dar a volta às dificuldades, tudo é possível”.

O presidente sublinha ainda que o Executivo conseguiu realizar as obras, ao mesmo tempo que equilibrava as contas do Município “O País viveu durante muito tempo a cima das suas possibilidades. É verdade que a dívida do Município era sustentável, contudo, já estávamos perto da linha vermelha, pelo que tivemos que atuar de imediato e avançar com alguns programas de reequilíbrio financeiro. Atualmente, a Autarquia tem uma dívida de 2.1 milhões de euros, valor perfeitamente normal e liquidável, sendo que, no passado, chegou a ser superior a dez milhões, o que significa uma recupe-



ração de oito milhões em apenas oito anos”. Carlos Teles admite que é sempre complicado este equilíbrio entre o investimento que é necessário fazer no concelho e a situação financeira da Autarquia. Contudo, “e por muito premente que seja a obra, nunca devemos colocar em causa a sustentabilidade financeira do concelho e foi isso que conseguimos fazer”, assegura.

Assim, e considerando que “a Calheta hoje é o que é fruto do trabalho de calhetenses com visão e com projetos”, o autarca admite que quer mais, sempre de forma responsável e sustentável. O presidente destaca como obras importantes no futuro o Miradouro do Farol na Ponta do Pargo, “obra emblemática”, o Campo de Golfe, “mais-valia que será criada também na freguesia mais a Oeste do concelho”, passando pela via rápida de quatro faixas até à Calheta, obra da responsabilidade do Governo Regional, “mas para a qual temos a obrigação de chamar a atenção, uma vez que o fluxo diário de trânsito entre a Calheta e a Ribeira Brava, já o justifica. Esta é um sonho que temos e que vamos lutar por concretizar, até porque potencia o investimento que vários privados querem realizar na Calheta. O concelho está a crescer muito do ponto de vista do turismo pelo que temos que estar atentos à realização de todos estes projetos que serão fulcrais para o nosso desenvolvimento. Se durante muitos anos a zona Oeste da ilha foi esquecida pelo turismo, hoje, é a mais procurada”.

Por fim, Carlos Teles advoga que o setor agrícola também não pode ser esquecido. “Alguns empresários já estão a investir neste setor, através da criação de estufas, levando-os a apostar na exportação dos seus produtos, o que é uma importante mais-valia até porque faz com que não dependamos apenas do mercado interno”, conclui. 



CALHETA VIVA
MUNICÍPIO MADEIRA

BEM-VINDO

www.cmcalheta.pt
facebook.com/cmcalheta



po de equipamentos de proteção individual (EPI). “Julgo que não tomámos nenhuma medida muito diferente daquelas que foram levadas a cabo por outras autarquias. Penso apenas que fomos mais rápidos na tomada de decisão e na operacionalização das diversas medidas”, considera.

Márcio Dinarte Fernandes assegura que Santana foi a primeira Autarquia do País a anunciar um apoio para os empresários locais, voltado especialmente para os setores do comércio e serviços, “os mais afetados no início da pandemia por causa do confinamento geral. Senti que os comerciantes e os agricultores que trabalham em nome individual estavam a enfrentar um momento complicado, pelo que optámos por intervir de imediato. Num primeiro momento anunciámos um apoio no valor de 300 mil euros. Julgávamos que este valor seria suficiente para o tecido empresarial local. Contudo, com o passar do tempo, este valor provou ser escasso, daí que tenhamos reforçado o programa com mais 200 mil euros, o que perfaz o valor de 500 mil euros investidos numa ajuda direta às empresas”, esclarece o presidente.

De acordo com o autarca, o Município também isentou as empresas do pagamento de rendano caso de ocuparem espaços municipais, assim como de todas as taxas de publicidade, esplanadas ou ocupação do espaço público. “Este foi um investimento muito avultado que realizámos, tendo em conta aquele que é o orçamento anual da Autarquia. Significou um esforço orçamental hercúleo. Além disso, esperamos, ainda este ano, avançar com um novo programa que permita a continuidade deste apoio. Assim, em apenas dois anos, iremos investir cerca de um milhão de euros nas empresas que se localizam no concelho”, completa.

Para além disso, mesmo antes da pandemia, segundo Márcio Dinarte Fernandes, o Município já promovia vários programas que reforçou em 2020 e 2021, como o apoio à natalidade, onde a Autarquia oferece cem euros por mês, durante três anos, a cada criança que nasce no concelho. “Também devolvemos cinco por cento do valor do IRS que é entregue ao Município aos nossos contribuintes. Em seis anos já devolvemos 671 mil euros do IRS variável”. Fomos a primeira Autarquia da Região a implementar estas medidas, sendo que fo-

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“Foi uma honra e um privilégio desempenhar estas funções. Aprendi muito com esta oportunidade que a população me deu. Espero que os meus concidadãos também estejam satisfeitos com o trabalho que temos desenvolvido. É importante que se continue a trabalhar em prol do desenvolvimento deste concelho, tornando-o mais atrativo para os investidores, assim como para todos aqueles que optaram por construir aqui o seu projeto de vida”.

mos também os primeiros a apoiar as famílias com a gratuidade do serviço de creche. Só esta medida representa um investimento camarário anual superior a cem mil euros. Além disso, todos os anos, atribuímos bolsas de mérito aos nossos alunos, num valor total de 15 mil euros. Todos estes apoios foram muito importantes em tempo de pandemia e fizeram toda a diferença, uma vez que as despesas das famílias aumentaram. Como estavam em casa, as pessoas gastavam mais no supermercado e tinham gastos mais elevados ao nível do consumo de água e eletricidade, por exemplo”, sublinha o presidente.

Já no caso das instituições, sejam culturais, desportivas ou sociais, o autarca refere que o Município manteve todos os apoios previstos, mesmo na ausência das atividades previstas, “uma vez que sabíamos que era necessário dar resposta às despesas correntes que se mantiveram”. As instituições que lidaram mais de perto com a situação pandémica obtiveram ainda apoios extra, “ajuda de suma importância num momento complicado como este.

FUTURO PROMISSOR

Olhando para trás, Márcio Dinarte Fernandes confessa que aprendeu muito com o ex-presidente, Teófilo Cunha. Desde logo, a pugnar pelo rigor financeiro e pela transparência das contas. “É importante que a Autarquia seja respeitada deste ponto de vista. Quando tomámos posse, a Câmara pagava aos fornecedores a uma média de 900 dias, o que não era comportável. Hoje, somos das autarquias mais céleres, uma vez que liquidámos as faturas num prazo médio de três dias. Este é um facto que nos enche de orgulho, ainda que tenha-

mos sido acusados, durante seis anos, de estarmos demasiado focados no controlo da dívida que conseguimos liquidar, no valor de 8.6 milhões de euros”. Apesar desse investimento, o autarca garante que a amortização da dívida não impediu o Município de realizar, em oito anos, obras no valor de dez milhões de euros, valor investido no desenvolvimento do concelho e “na melhoria do nível de qualidade de vida dos nossos concidadãos, através da implementação de políticas inovadoras e que foram pioneiras na Madeira. Estas medidas estiveram voltadas para a demografia e incremento da natalidade, para a educação e para a compensação daqueles que pagaram a crise, em 2008. Conseguimos ajudar os trabalhadores que pagaram os seus impostos e que ajudaram o concelho, a Ilha da Madeira e o País. Serão estas as mesmas pessoas que serão agora chamadas para pagar esta nova crise que virá a seguir à pandemia”.


Quanto ao futuro, Márcio Dinarte Fernandes considera que é importante tornar o concelho mais apelativo do ponto de vista estético e urbano, “área à qual não foi dada a devida atenção no passado. Santana merece ser um concelho mais bonito para quem nos visita. Temos que ombrear com outros concelhos da Região que têm tido essa preocupação estética. Não podemos esquecer que não temos frente mar com promenade, o que nos cria um desafio acrescido. Apesar disso, como somos o único concelho da Ilha nesta situação, julgo que podemos fazer a diferença e potenciar essa distinção”.

O autarca destaca ainda como prioridade a potenciação das nossas mais-valias que o concelho tem do ponto de vista turístico através, por exemplo, da requalificação de miradouros. “Já lançámos o concurso público, num valor que ascende a mais de 400 mil euros, para a requalificação de um dos miradouros mais bonitos de toda a Ilha da Madeira que fica, precisamente, em Santana. Falo do Miradouro do Guindaste, no Faial, que vai ser dotado de duas plataformas suspensas, em vidro, sobre o mar. Requalificámos outro em São Jorge e estamos a requalificar uma praça na nossa sede de concelho. No futuro, queremos investir mais na requalificação urbana, por forma a que nos tornemos num concelho mais atrativo. A Autarquia deve ter uma atenção redobrada no que diz respeito à ocupação do território e à



potenciação deste setor tão importante para a economia local do concelho e da Ilha”.

Para além disso, do ponto de vista das políticas territoriais, nomeadamente o Plano Diretor Municipal, o presidente assevera que é importante que sejam realizadas mudanças com o objetivo de aumentar a atratividade do concelho para investidores e para a possibilidade de fixação de jovens casais. “Do ponto de vista da procura imobiliária, Santana poderá ser uma solução interessante para jovens casais que estejam noutros concelhos e que se queiram fixar aqui. São muitas as pessoas que procuram sair dos centros urbanos. Estamos a apenas 20 minutos desses locais e a qualidade de vida que aqui se vive não é comparável. Temos que premiar quem opta pelo investimento neste concelho, atribuindo, por exemplo, a redução do pagamento de taxas inerentes à construção”. Márcio Dinarte Fernandes lembra ainda que o Município tem um grande potencial do ponto de vista agrícola suportado, sobretudo, nas freguesias de São Jorge e Santana, dotadas de terrenos amplos e planos, “o que permite a aposta em culturas mais modernas e mecanizadas. É importante aumentar o apoio que damos a este setor. Para isso, entre outras medidas, queremos promover um festival agrícola. Felizmente, alguns jovens estão a apostar neste setor e devem ser apoiados na promoção das suas culturas e produtos”.

Por fim, o autarca julga premente o reforço da Autarquia ao nível da sua equipa de trabalho. “Precisamos de mais pessoas a laborar no atendimento aos municípios, no urbanismo, no gabinete de apoio jurídico, entre outros. A nossa resposta tem que ser mais célere e efetiva, se queremos ter um concelho mais eficiente e capaz de atrair investimento”, conclui. 



www.cm-santana.com





relançamento da economia local, o Município, segundo o autarca, também atribuiu um apoio financeiro único no montante de mil euros, por posto de trabalho, às empresas. Este apoio foi direcionado a empresas de pessoas singulares, sociedades comerciais, respetivos sócios-gerentes, empresários em nome individual, trabalhadores independentes e prestadores de serviços, de todas as áreas de atividade. “Só esta medida significou o investimento de 441 mil euros, por parte da Autarquia que, desta forma, apoiou a manutenção de 441 postos de trabalho, o que foi significativo para um Município da dimensão do nosso”, defende o autarca.

Neste momento, São Vicente é um dos concelhos da Madeira que registou um menor número de casos. José Garcês acredita que isso é possível “graças à responsabilidade que as pessoas têm em se protegerem e em protegerem os outros. Temos que enaltecer a população de São Vicente que soube cumprir sempre com as regras impostas e que fez tudo o que estava ao seu alcance para impedir a propagação deste vírus. De ressaltar ainda que alguns casos registados como sendo do concelho foram importados e resultaram de turistas que se instalaram nos nossos hotéis, pelo que contaram como sendo daqui, devido ao destino, apesar de não se tratarem de residentes”.

PRESENTE E FUTURO

Tendo em conta que a Madeira é uma ilha que vive alicerçada no setor do turismo, o presidente reconhece que a Covid condicionou muito a atividade da ilha e que obrigou à implementação de diversas restrições à circulação das pessoas. Além disso, e apesar de todas as medidas tomadas e dos apoios concedidos, o autarca confessa estar sempre preocupado com a realidade do setor e o possível aumento da taxa de desemprego.

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“Numa situação complicada como foi esta de pandemia, é necessário que tenhamos força de vontade e paciência para ultrapassar esta situação, além da responsabilidade que temos que ter, por forma a darmos o nosso contributo para que o vírus não se propague e para que possamos voltar, o mais rapidamente possível, à normalidade. Se todos nos protegermos e cumprirmos as regras, estaremos também a proteger os outros. A pandemia permitiu-nos perceber a qualidade de vida que tínhamos e que não estávamos a valorizar. Acredito num futuro promissor e que, juntos, iremos conseguir vencer esta tormenta. Como um povo resiliente e que sabe lutar contra as adversidades. Vamos estar confiantes de que para o ano, em 2022, poderemos voltar à normalidade”.



“TEMOS QUE ENALTECER A POPULAÇÃO DE SÃO VICENTE QUE SOUBE CUMPRIR SEMPRE COM AS REGRAS IMPOSTAS E QUE FEZ TUDO O QUE ESTAVA AO SEU ALCANCE PARA IMPEDIR A PROPAGAÇÃO DESTA VÍRUS”

Autarquia também assegurou, através das associações sem fins lucrativos, IPSS, Casa do Povo e outras entidades públicas, o fornecimento e/ou distribuição de refeições, alimentos e medicamentos aos idosos e às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Como o uso de máscaras se tornou tão importante e universal, para além da aquisição e distribuição destes equipamentos por toda a população, José Garcês revela que alguns programas que são geridos pela Autarquia e que estavam a decorrer em centros comunitá-

rios dedicaram-se ao seu fabrico, tendo estas máscaras comunitárias sido distribuídas posteriormente pelos centros de dia, instituições do concelho e população em geral. “Quando, mais tarde, se constatou que estes equipamentos de proteção individual caseiros não eram os ideais para proteger as pessoas, optámos pela aquisição de equipamentos descartáveis”, completa.

No sentido de apoiar a manutenção de postos de trabalho e a aquisição de equipamentos de proteção e combate à propagação da Covid-19, no âmbito do

beneficiários de qualquer escalão os rendimentos dos respetivos agregados familiares não se coadunavam com este investimento, devido à perda de rendimentos. Por fim, estivemos ainda atentos aos alunos que pertenciam a famílias numerosas carenciadas”, assevera o autarca. De ressaltar que a



“Não temos conhecimento do encerramento de qualquer empresa, porém temos que permanecer vigilantes, até porque, felizmente, a retoma já começou e começamos, de novo, a ver turistas na ilha. Ainda assim, esta recuperação é feita de forma muito lenta. Se 2020 foi um ano muito complicado, 2021 também o será, pelo que a expectativa é que 2022 comece já com outras garantias de regresso à normalidade”.

Quanto ao futuro, José Garcês garante que os objetivos se mantêm inalterados: “Fazer de São Vicente um concelho mais desenvolvido e com maior qualidade de vida. Assim, a aposta deve focar-se no combate à desertificação, problemática que o concelho enfrenta. Estamos localizados na zona Norte da ilha, o que faz com que soframos com o êxodo rural das nossas populações que se deslocam para os centros urbanos do Sul da ilha. Acredito que se conseguirmos captar a fixação de empresas que criem novos postos de trabalho e se assegurarmos a existência de habitação a preços acessíveis no concelho, que podemos alterar esta realidade”.

No que concerne à habitação, o autarca revela que o Município vai promover a construção de habitações a custos controlados, ao mesmo tempo que irá apostar em nova habitação social, ideal para todos aqueles cujos rendimentos não lhes permite o acesso a habitação própria. “Contudo, de ressaltar que a habitação social a realizar no concelho não será feita através da instalação de bairros, mas sim de forma dispersa, até como forma de repovoamento de zonas mais isoladas e mais desertas”, explica. De acordo com o presidente, São Vicente tem um excelente nível de qualidade de vida, detendo todos os serviços necessários. “Devemos ser um dos poucos concelhos do País onde o serviço de creche é gratuito para todas as crianças, independentemente do rendimento socioe-



LIMITAÇÃO DE MANDATOS PARA TODOS

José Garcês concorda com a lei da limitação de mandatos, contudo defende que esta limitação se deve estender a todos os cargos políticos e que não ser apenas aplicada aos presidentes de câmara, de junta e Presidente da República. “Qual foi o critério que determinou que apenas estes tinham que obedecer a uma limitação? Porque é que o primeiro-ministro não está obrigado a essa limitação? E o presidente do Governo Regional, tanto da Madeira, como dos Açores? Não devia acontecer o mesmo com os deputados da Assembleia Regional e da Assembleia da República? Não podem haver políticos de primeira e políticos de segunda. Se a limitação de mandatos existe, esta deve ser transversal a todos os cargos”.

Paralelamente, mantendo a limitação nos 12 anos, o autarca advoga que seria mais apropriado o cumprimento de dois mandatos de seis anos, em detrimento de três mandatos de quatro, “tendo em conta a carga burocrática que existe no nosso País. Neste momento, estão a decorrer vários projetos e temos ainda alguns para lançar, uma vez que o seu início foi protelado, tanto devido à pandemia, como pela burocracia. Temos que aguardar pareceres de diversas entidades, fazer consultas ao mercado, abrir concursos e aguardar a aprovação do Tribunal de Contas, tudo antes que uma obra possa iniciar. Infelizmente, demora imenso tempo qualquer decisão e, por conseguinte, o lançamento de uma obra é protelado. Além disso, num primeiro mandato, o autarca tem, antes de tudo, que conhecer o modo de funcionamento da autarquia, inteirar-se da sua situação financeira e, só depois disso, poderá avançar para a definição dos projetos a avançar. Quando a obra finalmente começa o mandato está já a terminar daí que o cumprimento de mandatos de seis anos fosse mais benéfico”.

conómico dos pais, investimento que a Autarquia faz na educação. Para além disso, os manuais escolares, assim como o transporte escolar, são também gratuitos. Atribuimos ainda diversas bolsas de estudo aos nossos jovens que frequentam o ensino superior. Neste momento, são quase cem, os jovens que conse-

guem concluir a sua licenciatura, muitos deles no Continente e até mesmo no estrangeiro, porque a Autarquia contribuiu para essa possibilidade. Sabemos que, findo os seus estudos, nem todos vão regressar, contudo, vão lembrar-se para sempre que, para além da família, a Autarquia esteve sempre presente e dispo-

nível para os ajudar. Apostamos nas pessoas, nos jovens e no seu futuro. É por isso que queremos atrair e fixar aqui ainda mais pessoas, para que possam construir o seu projeto de vida em São Vicente, um concelho onde vale a pena viver”, assegura o autarca que completa: “As mais-valias a implementar num concelho nem sempre passam pela estrada ou pela ponte. Há muitos investimentos que um autarca pode fazer de incremento à qualidade de vida das suas populações, mais-valias que os munícipes valorizam e reconhecem”.

De sublinhar ainda que, em 2019, a Autarquia aprovou um novo PDM - Plano Diretor Municipal. “Atualmente, somos um dos três únicos concelhos da Região Autónoma da Madeira que tem já em vigor um novo PDM adaptado à legislação em vigor. Esta alteração potenciou o investimento privado no concelho até porque aprovámos três novas Áreas de Reabilitação Urbana [ARU], uma para cada freguesia, o que incentiva os privados à reabilitação de imóveis. Em 2020 conseguimos triplicar os licenciamentos urbanos, o que é muito positivo, sendo bastante promissores os valores atingidos até ao momento para o ano de 2021”, conclui. ✚

que todas as oportunidades possam ser aproveitadas e que o desenvolvimento do concelho possa ser alavancando”.

Quanto aos apoios que o município concedeu como forma de mitigação dos efeitos da pandemia, José Soares revela que a Autarquia apoiou todas as instituições locais, sejam elas de cariz social, desportivo ou cultural. “Mesmo quando estas instituições estiveram encerradas o nosso apoio não cessou, tendo acontecido o mesmo com as bolsas de estudo que atribuímos aos nossos alunos que frequentam o ensino superior. Dependendo dos rendimentos do agregado familiar, esta bolsa pode atingir um máximo de 1500€/ano, valor significativo para uma família de poucos recursos”.

O autarca reconhece que a expectativa é de que, com este apoio, os jovens possam terminar a sua licenciatura e regressar ao concelho, “onde aplicarão os seus conhecimentos, contribuindo para o bem comum. Hoje, sabemos que criámos na Madalena uma resposta diferente e diferenciadora, uma vez que, desde o nascimento, até ao término de um doutoramento, todas as pessoas podem estudar na Madalena e na ilha do Pico, uma vez que temos aqui um polo da Universidade Aberta. Além disso, ainda que já tenhamos conseguido vencer diversas batalhas, a verdade é que queremos sempre mais, até porque o ensino é de vital importância para o nosso futuro, para o nosso processo de desenvolvimento e para o desafio que temos que enfrentar de conseguir fixar aqui as pessoas”.

O presidente explica ainda que a Autarquia também ajudou diretamente as fa-

“LIMITAÇÃO DE MANDATOS DEVEIA APLICAR-SE A TODOS”

“Há muitos anos que defendo que a limitação de mandatos devia ser transversal a todos os cargos políticos, sem exceção. Neste momento, por exemplo, a mesma lei que me impede de ser presidente mais do que 12 anos, permite que seja vereador durante a toda, o que não faz qualquer sentido. A regra devia aplicar-se a todos. Desta forma, o sistema político estaria em constante mutação e renovação, o que seria uma mais-valia”, defende José Soares.

O autarca advoga ainda que, mantendo o limite dos 12 anos, seria mais benéfica a realização de dois mandatos de seis anos, em detrimento de três de quatro, realidade atual.

“Em quatro anos, um autarca pode não conseguir aproveitar um quadro comunitário de apoio, uma vez que as candidaturas já foram realizadas antes da sua entrada. Noutros casos, em apenas quatro anos, um novo autarca tem que conhecer a estrutura de uma câmara, perceber a sua situação financeira e modo de funcionamento, delinear e apresentar projetos, abrir o respetivo concurso e adjudicar a obra. Ainda tem depois que aguardar pelo aval do Tribunal de Contas. A aprovação pode chegar quando o mandato já terminou, o que não faz qualquer sentido”, completa.

mílias mais carenciadas ao nível da alimentação e no acesso a outros bens essenciais. Além disso, os agregados foram protegidos, na medida em que o Município proibiu a realização de cortes no fornecimento de água e energia.

Quanto às empresas, o Executivo concedeu, por exemplo, isenções no pagamento de todo o tipo de taxas, nomeadamente publicidade, esplanadas e ocupação do espaço público, apoios que se irão manter até ao final do presente ano.

CRESCIMENTO HARMONIOSO

“A estratégia que operacionalizamos ao longo dos últimos oito anos é transversal a todo o concelho, ou seja, às seis freguesias que o compõem. Queremos que a Madalena do Pico se desenvolva de forma harmoniosa, até porque cada freguesia tem a sua especificidade, daí que tenhamos criado diversas estruturas um pouco por todo o concelho, tanto cultu-


rais, como desportivas e sociais. Apesar disso, sabemos que ainda é possível fazer mais. A verdade é que, olhando o passado, podemos avaliar no presente, o quanto construímos, com a certeza de que, na estrada que nos conduz ao futuro, assumimos já um lugar de destaque, na região”, destaca José Soares.

Quanto ao futuro, entre vários projetos delineados, o autarca considera que o concelho deve apostar no conhecimento e no progresso. Para isso, o Executivo irá avançar com a criação do Centro Empresarial da Ilha do Pico, “um hub de inovação, um verdadeiro ecossistema empreendedor, assente numa estratégia tripartida, que integre diferentes polos, numa aposta clara de desenvolvimento”, esclarece o autarca, que acrescenta que o Município também irá lançar uma incubadora de empresas, a «Start Up Pico», cujo projeto final está já a ser ultimado, através de uma parceria



entre a Escola Profissional do Pico e a Universidade da Beira Interior”.

O presidente reitera que urge avançar com a requalificação e crescimento da zona industrial da Madalena, “realidade fundamental para o acolhimento de futuras empresas, numa fase pós-incubação, onde também será importante a conclusão do novo polo de expansão industrial na freguesia das Bandeiras. Este será um grande complexo, inserido numa área total de 66 mil metros quadrados, que vai permitir a instalação de empresas de grande dimensão, gerando mais emprego e mais riqueza para o Concelho e para as nossas famílias”.

José Soares termina com uma mensagem dirigida a todos os munícipes: “Espero que esta pandemia seja ultrapassada e que todos possamos ficar bem, retomando as nossas vidas com normalidade. No que diz respeito ao Executivo, e a mim em particular, todos sabem o quanto amo a minha terra e o quanto luto pelo seu progresso e desenvolvimento de forma diária. Irei continuar com esta missão, mesmo quando deixar de desempenhar esse cargo e essa é uma certeza”, conclui. 



Venha conhecer e deslumbrar-se!



www.cm-madalena.pt

292 628 700

 /municipiodamadalen

“Esta campanha tem como objetivo ligar os empresários às pessoas, promovendo o comércio e os produtos locais através do acesso a cupões de compras e à realização de sorteios semanais, que implicam a distribuição de prémios em compras de bens e serviços”. No total das duas edições, o Município atribuiu mais de 65 mil euros em prémios. A edição da primavera, segundo o autarca significou um volume de compras no valor de três milhões de euros, “o que é significativo. Este projeto foi um sucesso porque os nossos empresários aderiram, mas também porque os faialenses compraram no comércio tradicional. Ajudou a fazer circular a nossa economia e isso é benéfico não só em termos de tesouraria das empresas como para o emprego”. Está já prevista uma terceira edição para o presente mês de setembro.

No que concerne às famílias, José Leonardo Silva sublinha que aquelas que tiveram que ultrapassar uma situação de lay-off, ficaram isentas do pagamento de água, caso estivessem no primeiro escalão. O autarca ressalva ainda o trabalho que o Município levou a cabo com as associações desportivas e culturais locais, a quem concedeu apoios extraordinários “para que pudessem subsistir e manter a sua atividade, uma vez que as despesas correntes se mantiveram, ainda que as instituições estivessem encerradas. A verdade é que o confinamento fez com que as pessoas perdessem muitos dos seus hábitos, o que dificulta agora a retoma da normalidade e o regresso à atividade destes organismos”. No total, a Autarquia já investiu mais de 500 mil euros no combate a esta pandemia. “Fizemos um esforço significativo para ajudar todas as pessoas, sendo que equipamos ainda todos os funcionários da Autarquia com equipamentos de proteção individual [EPI] adequados. Também lhes demos formação, por forma a que estivessem devidamente preparados para lidar com os constrangimentos resultantes desta situação pandémica”, completa.

INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES

Quanto ao futuro, o presidente assevera que o Executivo terá que agir de forma alinhada com aqueles que são os pressupostos europeus, ou seja, apostar no setor ambiental e em políticas de sustentabilidade, através da redução da produção de gases nocivos para o meio ambiente. Neste momento, a Autarquia já está a realizar um investimento na pisci-



MENSAGEM AOS MUNICÍPES

“Deixar, sobretudo, uma mensagem de esperança no futuro, mantendo sempre a ligação que temos ao trabalho. Ainda que muitas vezes se fale em sorte, a verdade é que a sorte dá muito trabalho. Também temos que ter confiança no futuro, confiando em pessoas competentes e sérias, que não se deslumbram com obras bonitas, mas cuja utilidade para o incremento da qualidade de vida dos municípios é inexistente”.

na municipal com o objetivo de reduzir significativamente a pegada ambiental. Para além disso, o autarca advoga que o Executivo irá concluir obras estruturantes como a requalificação da Praça do Infante, que dará origem à nova Praça do Mar, obra que vai “virar, ainda mais, a cidade para o mar e requalificar os espaços públicos existentes. Esta intervenção, para além de todos os benefícios que trará à cidade em termos económicos e turísticos, é ainda uma forma de honrar a nossa história e marcar o nosso tempo, permitindo modernizar a nossa cidade”. Esta obra

está orçada em mais de 2.7 milhões de euros e irá ser iniciada brevemente. De acordo com José Leonardo Silva esta intervenção vai obrigar a um reordenamento do trânsito automóvel, nomeadamente no que diz respeito a viaturas pesadas, pelo que, “é imperativo avançar-se com a segunda fase da variante à cidade, obra que sempre defendemos, uma vez que é um projeto urgente e necessário para o Faial. As coisas têm mesmo de ser feitas, não podem ficar no papel. Acredito que esta obra será uma realidade, até porque será realizada no âm-



bito do Plano de Recuperação e Resiliência [PRR] que será operacionalizado pelo Governo Central. As intervenções na rede viária vão marcar o nosso futuro”.

O autarca garante que as acessibilidades são muito importantes, sobretudo para aqueles que vivem em ilhas, nomeadamente ao nível aéreo e marítimo, ainda que reconheça que o Município não tem competências nestas áreas. Apesar disso, “encomendámos um estudo sobre o nosso aeroporto e, neste momento, estamos integrados num grupo de trabalho que contempla entidades do Governo da República e do Governo Regional para que possamos potenciar a sua utilização. Para isso é essencial que se invista no aumento da pista. Já no que diz respeito ao Porto da Horta, ele congrega a história da ilha, sendo que estão previstos investimentos do Governo Regional naquela estrutura”, conclui. ✚



BEM-VINDO AO FAIAL

A cidade é o mar. É o novo porto, é o porto histórico, é o cheiro e os sabores do mar. Vem do mar a sua fama e também o seu progresso. É no mar que a Horta concentra a sua ciência, o seu desporto, a sua cultura cosmopolita. É o mar o seu desígnio futuro como foi o seu passado.

A ilha acompanha a cidade nesta relação com o mar. De modo especial na Semana do Mar. Todos, faialenses e visitantes, se reúnem para celebrar a natureza, a alegria do reencontro, do convívio e da amizade, a tradição, a novidade, o respeito pela diferença.

A nossa hospitalidade é feita de sorrisos, gestos simples, partilhas emotivas. A felicidade é simples; nós ficamos felizes com a sua presença.

Seja bem-vindo ao Faial!

www.cmhorta.pt



das que foram implementadas”, reconhece o presidente.

No que concerne aos apoios que o Município concedeu às famílias, Tibério Dinis revela que a Autarquia conseguiu isentá-las do pagamento de rendas, no caso de viverem em habitações que são propriedade do Município: “Durante três meses, também conferimos a todos os munícipes descontos de 50% no pagamento do consumo de água, naqueles que foram os meses de confinamento, em virtude do Estado de Emergência que foi decretado para todo o País. Para além disso, durante esses mesmos três meses, pagamos as mensalidades das creches e ATL’s a todas as famílias, por forma a que as empresas que gerem estes espaços não fossem penalizadas, o que não seria benéfico para a economia local. Desta forma, com uma mesma medida ajudamos as famílias e as empresas”, destaca o Autarca que advoga que o Município também “isentou, de imediato, o Canal HORECA [estabelecimentos hoteleiros, de restauração e similares] do pagamento das despesas ligadas aos resíduos”. Para além disso, “os espaços concessionados pela Autarquia também ficaram isentos do pagamento de renda e isentamos os pagamentos de todas as licenças, fossem de obras ou de utilização do espaço público”.

“Por fim, demos ainda apoio logístico na implementação do centro de vacinação no concelho, sendo que este tem sido um trabalho importante que tem sido desenvolvido por parte das entidades de saúde. Este processo tem estado a decorrer de forma muito positiva, o que faz com que mais de metade da população do concelho tenha já a vacinação completa, o que é uma importante mais-valia. Neste contexto, vale a pena enaltecer o trabalho e esforço que foi feito por todos os agentes de saúde que têm sido incansáveis para que a vacinação decorra a bom ritmo”, garante Tibério Dinis.

RESPOSTA ASSERTIVA E CÉLERE

De acordo com o autarca, o Município da Praia da Vitória foi célere a reagir no combate a esta pandemia pelo que distribuiu EPI’s por toda a população, o que contribuiu para que os números de contágio fossem baixos no concelho. Apesar disso, “sabemos que este é um processo complexo, pelo que o seu sucesso ou insucesso não depende apenas de uma medida, mas de um conjunto de ações, onde o comportamento da população



“DEMOS AINDA APOIO LOGÍSTICO NA IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE VACINAÇÃO NO CONCELHO, SENDO QUE ESTE TEM SIDO UM TRABALHO IMPORTANTE QUE TEM SIDO DESENVOLVIDO POR PARTE DAS ENTIDADES DE SAÚDE. ESTE PROCESSO TEM ESTADO A DECORRER DE FORMA MUITO POSITIVA, O QUE FAZ COM QUE MAIS DE METADE DA POPULAÇÃO DO CONCELHO TENHA JÁ A VACINAÇÃO COMPLETA”

desempenha um papel fundamental. Este foi o esforço conjunto de toda a comunidade”. O presidente assegura também que “temos que ter a humildade de reconhecer que o facto de estarmos numa ilha também nos ajudou, uma vez que permitiu um controlo mais efetivo de todas as entradas aéreas e marítimas que

aconteceram na Praia da Vitória. Devido a esse facto tivemos maior facilidade em controlar a deslocação das pessoas, o que também ajudou na quebra das cadeias de contágio. Creio que o controlo que as autoridades de saúde fizeram em relação a todos aqueles que chegavam à ilha foi estrutural para os números bai-



xos de contágios que apresentámos”. Tibério Dinis afiança que, durante um ano e meio, o Executivo conseguiu estancar, de forma evidente, o progresso deste vírus e assegura que foi a condição financeira estruturada e organização interna da Autarquia que permitiu ao Município avançar com um largo conjunto de medidas que estarão em vigor até ao final deste mês de setembro. Findo esse tempo, a Autarquia terá investido cerca de três milhões de euros no combate à pandemia, “valor assinalável para um concelho da dimensão do nosso”.

Por outro lado, o edil lembra que a pandemia veio estancar aquele que era um fator de desenvolvimento da Praia da Vitória e que estava a começar a dar passos seguros: o turismo. “Nos anos anteriores à pandemia registámos recordes em termos de turismo no concelho, seja ao nível do número de passageiros, tanto aéreos como marítimos, seja no número de estadias que foram registadas, assim como no volume de receitas que os operadores turísticos conseguiram obter. Não podemos ainda esquecer as dezenas de empregos que foram criados por este setor na Praia da Vitória. Para 2020 estava mesmo previsto um incremento significativo no número de voos que seriam realizados para o Aeroporto Internacional das Lajes por parte das diversas companhias aéreas, uma vez que iriam ser exploradas diversas novas rotas. Foi precisamente aqui que a pandemia nos prejudicou de forma mais severa fazendo com que esta rota de desenvolvimento e de sustentabilidade do concelho tivesse estagnado. Sabemos que esta foi uma realidade transversal a todo o País e que não aconteceu apenas na Praia da Vitória. Cumpre agora a quem liderar, no futuro, os destinos da Autarquia, assim como a toda a população e empresários, voltar a esta rota de crescimento o mais rápido possível”, conclui o presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória. ✚



MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA

www.cmpv.pt



SISTEMA ELEITORAL FOCADO NA PESSOA

Questionado sobre a concordância ou não com a lei que determina a limitação de mandatos, José Meneses explica que, no caso dos Açores, esta é quase transversal a todos, uma vez que o presidente do Governo Regional também está abrangido por ele. Ainda assim, o autarca defende que deve ser feita a distinção entre os cargos de natureza executiva dos cargos de natureza legislativa e deliberativa. “No caso das assembleias julgo que pode haver lugar para uma espécie de senadores, pessoas com uma larga experiência que podem e devem continuar enquanto o povo quiser e enquanto os candidatos tenham essa disponibilidade e vontade. O mesmo acontece com a Assembleia da República onde não vejo grande vantagem na constante decapitação. As pessoas que têm experiência, que conhecem a história legislativa e os diversos dossiers, devem ter a possibilidade de se manter no desempenho desse cargo se essa for a sua vontade e se os eleitores reconhecerem a mais-valia que resulta da sua presença. Claro que aqui podíamos entrar depois da questão dos mecanismos partidários de seleção dos candidatos. Contudo, admitindo que jogamos num campo aberto e justo, onde os candidatos são escolhidos em função do mérito, é razoável que não exista a limitação de mandatos. Temos que valorizar quem traz a experiência do passado. Já no caso dos ministros, julgo que deveriam ser aplicadas as mesmas regras daqueles que têm funções executivas, onde o limite de 12 anos é perfeitamente razoável”.

José Meneses afixa ainda que esta não é uma questão premente na atualidade e que existem questões mais importantes a debater e a alterar no sistema político português, “como a melhoria da capacidade dos eleitores para, de forma informada, escolherem aqueles que os vão representar no Parlamento e nas assembleias municipais e de freguesia. Neste momento, o povo fica apenas com a segunda escolha, uma vez que a primeira é realizada pelos decisores partidários. Assim, era importante criar um sistema eleitoral mais focado na pessoa e menos na lista, ou seja, que permitisse às pessoas a escolha de uma pessoa em concreto para que esta seja a sua deputada ou representante numa assembleia municipal. Com a composição das listas que, neste momento, é apresentada ao povo de forma fechada, o sistema não é tão democrático quanto podia ser. Conheço várias pessoas que seriam excelentes deputados e que nunca o foram, não por decisão popular, mas devido a outro tipo de decisões, o que não faz sentido”, completa.



DESAFIO: FIXAR A POPULAÇÃO

Quanto ao futuro, José Meneses defende que seria pertinente que a Autarquia terminasse um conjunto de iniciativas que foram lançadas. Ao nível das infraestruturas, “a obra mais emblemática que pretendemos operacionalizar está ligada à reestruturação do mercado municipal, onde pretendemos criar um silo automóvel, sendo que o mercado será reconstruído por cima dessa nova área de estacionamento da cidade. Este será o nosso maior investimento ao longo dos próximos quatro anos, sendo que espero que esta obra possa ser financiada por fundos europeus no âmbito do novo quadro comunitário de apoio que irá entrar em vigor”.


O autarca destaca ainda que o Executivo pretende terminar uma série de obras



que estão já a decorrer, nomeadamente de abertura de vias e espaços em direção ao mar, “criando uma melhor relação entre os nossos povoados e esta mais-valia inestimável que temos. Esta é uma iniciativa que está a correr muito bem, contudo, ainda temos alguns troços a realizar. Não podemos esquecer também todas as iniciativas que temos relacionadas com o setor cultural e social sendo que estas são aquelas que, na atualidade, serão as mais importantes devido à desejada recuperação desta crise causada pela pandemia que exigirá das autarquias muito foco e assertividade nas respostas”.

O presidente explica que, ao longo de todo este percurso, as câmaras acabaram por desempenhar um papel central no fomento da atividade económica e



na ajuda à manutenção da atividade, “daí que nos estejamos a preparar para adotar uma postura mais robusta na recuperação económica. Temos que criar condições para que, no Município, exista melhor emprego e que este seja remunerado de forma justa. De acordo com os resultados obtidos no último Censos, estamos alinhados com a média do Arquipélago, contudo, existem sinais que indicam que estamos a perder população, realidade que temos que contrariar”. José Meneses reconhece que, inevitavelmente, o concelho irá continuar a perder população ao longo dos próximos anos, “dada a forma da nossa pirâmide etária. A nossa perda de população não acontece tanto por causa da emigração, mas sim devido ao envelhecimento da população e à baixa taxa de natalidade. Assim, temos que cativar a vinda de pessoas de fora, através da dinamização de iniciativas como o Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira – Terinov que já criou mais de 200 postos de trabalho qualificados, desde agosto de 2019. Falamos de mão de obra jovem e qualificada que optou por construir, na Angra do Heroísmo, o seu projeto de vida. Ainda assim, precisamos de duplicar esta capacidade, sendo esse o maior desafio que teremos que enfrentar ao longo das próximas décadas. Teremos que conseguir fazer a transição de uma Autarquia centrada nas infraestruturas para uma Câmara mais centrada no fomento da atividade económica e na estabilização socioeconómica do concelho”, conclui. 

MUNICÍPIO DA RIBEIRA GRANDE

“FOCADOS EM RESOLVER OS PROBLEMAS DAS PESSOAS”

A cumprir o segundo mandato como presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, nos Açores, Alexandre Gaudêncio reconhece que a luta contra este vírus e a reação a esta nova realidade “foi uma aprendizagem quase diária. Ninguém estava preparado para uma situação destas. Apesar disso, estamos convictos que as medidas que fomos adotando ajudaram a minimizar a propagação do vírus, sendo que também potenciaram a recuperação da economia local”. Confiante no futuro, o autarca garante continuar focado em resolver os problemas das pessoas.

“Podem contar sempre comigo para que, juntos, possamos continuar a desenvolver e a afirmar a Ribeira Grande como uma referência na região e no País”.



► “Quando a pandemia assolou, em particular, o Arquipélago dos Açores o nosso programa eleitoral, apresentado aos munícipes nas eleições de 2017, estava já em plena operacionalização. Diversos investimentos estavam já previstos, muitos deles privados, nomeadamente algumas unidades hoteleiras que iam entrar em construção, o que já não aconteceu, uma vez que a pandemia e toda incerteza criada por si fez com que os projetos fossem suspensos”, admite Alexandre Gaudêncio, presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande. Perante esta realidade, o autarca afirma que o Município optou por acelerar o investimento público e o começo de algumas obras públicas, cujo início estava previsto para mais tarde, como forma de compensar as perdas que a pandemia trouxe para o concelho e para toda a eco-

nomia local. Assim, “2020 foi mesmo um ano recorde no que concerne ao lançamento de empreitadas públicas por parte do Município, servindo como almofada amortecedora dos efeitos nefastos que esta pandemia teve. Esta foi uma resposta que quisemos dar, até porque defendemos que ajudou a economia e o concelho a fazer face às consequências desta pandemia”, completa o autarca.

APRENDIZAGEM DIÁRIA

“A verdade é que a luta contra este vírus e a reação a esta nova realidade foi uma aprendizagem quase diária. Ninguém estava preparado para uma situação destas. Apesar disso, estamos convictos que as medidas que fomos adotando ajudaram a minimizar a propagação do vírus, sendo que também potenciaram a recuperação da economia local. À semelhança do que aconteceu com muitos outros municípios investimos em equipamentos de proteção individual [EPI] que entregámos a empresas, instituições e população em geral. Fomos ainda um dos primeiros municípios da região a adquirir equipamento informático e acessos à internet para que os nossos alunos estivessem dotados das melhores condições de aprendizagem quando a escola passou para a modalidade de ensino à distância”, assevera o presidente. No que concerne às famílias, o autarca



Alexandre Gaudêncio

MENSAGEM AOS MUNÍCIPES

“Queremos continuar a deixar a nossa marca na Ribeira Grande, até porque os últimos anos provaram que esta é a estratégia certa a seguir. Os resultados são visíveis, até mesmo ao nível do investimento privado que cresceu de forma exponencial, mais-valia que garante mão de obra qualificada na Ribeira Grande e, sobretudo, o pagamento de impostos que depois revertem para a Autarquia, permitindo-nos a realização de obra e o aumento do nível de qualidade de vida de todos os munícipes. Podem contar sempre comigo para que, juntos, possamos continuar a desenvolver e a afirmar a Ribeira Grande como uma referência na região e no País”.

acrescenta que a Executivo aprovou a isenção do pagamento da taxa de resíduos, assim como o primeiro escalão do consumo de água.

De acordo com Alexandre Gaudêncio, o Município foi ainda pioneira na criação e adoção de um selo, intitulado «Covid free», programa que a Autarquia promove e continua a promover aos comerciantes locais. “Todos os comerciantes que aderiram a esta medida tiveram ao seu dispor, de forma completamente gratuita, testes e EPI, sendo que também oferecemos uma auditoria às instalações, por forma a determinar se estas cumpriam ou não com os requisitos legais exigidos por parte das autoridades de saúde para o combate a esta pandemia. Esta iniciativa foi um grande sucesso,

sendo que registámos mais de 80 participações, o que é muito significativo tendo em conta a dimensão do nosso concelho. Desta forma, demos aos empresários apoio, orientação e fomos quase uma luz de esperança, uma vez que eles puderem perceber que não estavam sozinhos nesta luta”.

O autarca advoga ainda que o Município abriu duas candidaturas, a fundo perdido, para compensar as empresas da perda de faturação que se registou em alguns setores da economia local, mais concretamente restaurantes, bares e cabeleiros, à semelhança de outros serviços que tiveram que encerrar em resultado do Estado de Emergência que foi decretado para todo o País. Estas candidaturas foram abertas em outubro do ano passado, sendo os

LIMITAÇÃO DE MANDATOS PARA TODOS

“Considero que a limitação de mandatos deveria ser transversal a todos os cargos públicos, sendo que defendo ainda que essa limitação deveria ser igual à do Presidente da República, ou seja, com o cumprimento de dois mandatos de cinco anos. Contudo, caso se mantenham os 12 anos, julgo que seria mais pertinente e benéfico para as populações o cumprimento de dois mandatos de seis anos, em detrimento dos atuais três mandatos de quatro anos, cada”.




apoios entregues em janeiro deste ano. “Entregámos cerca de 80 mil euros. Assim, abrimos novamente candidaturas para este apoio em junho. Analisámos os pedidos e atribuímos mais 60 mil euros no decorrer do mês de agosto. Como, infelizmente, a pandemia ainda se vai prolongar estamos já a ponderar abrir um terceiro período de candidaturas mais no final do ano”, assegura o presidente que acrescenta que, também num apoio direto às empresas, o Município concedeu isenções ao nível do pagamento de taxas de publicidade, esplanadas e ocupação da via pública, sendo que essa isenção se prolonga até ao final do presente ano. Entre estas e muitas outras medidas que foram adotadas, o autarca informa que o Município já realizou um investimento de cerca de 600 mil euro no combate à Covid-19. “Ainda assim, fomos um dos concelhos mais prejudicados a nível regional. Lembro, por exemplo, que Rabo de Peixe

teve uma cerca sanitária quando o resto do País vivia uma fase mais tranquila desta pandemia. Vivemos este vírus muito de perto e as nossas populações, apesar de todos os esforços, foram afetadas”. No que diz respeito ao processo de vacinação, Alexandre Gaudêncio sublinha que, numa primeira fase, a região registou um ligeiro receio em relação a este processo, o que fez com que a taxa de recusa fosse significativa. “Chegou a ser de 30%, uma vez que as pessoas contactadas recusavam a toma da vacina. Infelizmente, houve alguma contrainformação ao nível da comunicação social em relação às vacinas, existiam algumas contradições, o que criou um clima de desconfiança em relação a este processo. Além disso, registou-se um atraso no fornecimento de vacinas à região, o que levou a que o processo de vacinação começasse mais tarde do que no resto do País. Não podemos esquecer ainda que,

o Governo decidi, e bem, vacinar primeiro as ilhas que não têm hospital, o que fez com que as ilhas maiores, nomeadamente São Miguel, tenham iniciado este processo mais tardiamente. Atualmente, ainda que não dispúnhamos de uma estatística por concelho, estamos confiantes de que, no final de setembro, iremos atingir a imunidade de grupo, ou seja, 70% da população estará vacinada”.

CONFIANÇA NO FUTURO

“A pandemia ensinou-nos muito e obrigou-nos a redefinir prioridades. Assim, julgo que, no futuro, será importante que a Ribeira Grande se torne um concelho mais verde, apostando na transição digital, nas novas tecnologias e em novas formas de mobilidade. Fomos uma das primeiras cidades da região a apostar na criação de uma rede de ciclovias, pelo que queremos continuar a promover a adoção de meios de transporte mais ami-

gos do ambiente. Além disso, não podemos também esquecer a componente social que também teremos que reforçar. Já em 2013, quando tomámos posse pela primeira vez, uma das nossas principais apostas passou por tornar a Autarquia mais humana, desafio que conseguimos ultrapassar, pelo que queremos continuar a trabalhar nesta senda de proximidade, focados em resolver os problemas das pessoas”, assegura o autarca. Alexandre Gaudêncio destaca ainda que existem também diversas obras já projetadas e que serão operacionalizadas a breve trecho como a requalificação de toda a orla marítima. “As circunstâncias do nosso mar não são as ideais para a criação de um porto, por exemplo. Contudo, permitem-nos oferecer excelentes condições para a prática do surf, modalidade da qual somos a capital nos Açores. Estamos a agarrar todas as oportunidades que surgem, alavancando a economia local e promovendo o desenvolvimento do concelho. Queremos projetar, cada vez mais, a Ribeira Grande como um concelho onde vale a pena praticar desporto, até porque temos as condições ideais para isso”. 



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA GRACIOSA**FAZER O MELHOR
PELA GRACIOSA**

Manuel Avelar, presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, Açores, cumpre o seu terceiro e último mandato à frente dos destinos desta Autarquia. Olhando para trás, o autarca garante que abandona o cargo com o sentimento de dever cumprido e agradece a todos os graciosenses toda a colaboração que sempre tiveram com o Município ao longo destes 12 anos. Com a certeza de que fez sempre o melhor pela Graciosa, Manuel Avelar sai com “a perfeita consciência” de que quem o substituir terá muito trabalho para realizar, “até porque o trabalho numa autarquia local nunca está terminado. As exigências são cada vez maiores, pelo que, numa ilha reserva da biosfera e com um centro histórico classificado, o trabalho é sempre gratificante, mas sempre bastante difícil”.



José Ávila e Manuel Avelar

FOTOGRAFIA: Andreia Dias



► “Ao longo destes 12 anos, julgo que fizemos um trabalho bastante positivo, até porque deixámos esta ilha bastante diferente daquela que encontrámos em 2009. A equipa foi quase sempre a mesma, as mudanças foram poucas e sempre nos entendemos muito bem e trabalhámos de forma concertada. O nosso objetivo sempre foi fazer o melhor pela Graciosa. A nossa postura foi sempre muito aberta e de grande proximidade com toda a população. Nunca tivemos um dia específico para recebermos os nossos concidadãos. Estivemos sempre disponíveis para falar com todos e tentar, dentro do possível, colaborar na resolução dos seus problemas. No fundo, numa ilha como a nossa, com

pouco mais de quatro mil habitantes, falamos de uma rua de Lisboa. A única diferença é que aqui conhecemo-nos todos, quanto mais não seja pelo apelido da família. Saímos com o sentimento de dever cumprido”, garante Manuel Avelar, presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, que cumpre o seu terceiro e último mandato à frente dos destinos desta Autarquia.

O autarca recorda que, quando tomou posse pela primeira vez, a Autarquia estava financeiramente estável, situação que se mantém na atualidade. “As dívidas existentes são as normais resultantes da gestão corrente e a Câmara tem ainda capacidade de endividamento o que é uma mais-valia, em caso de necessidade. Neste momento, temos um pedido nesse sentido, junto do Tribunal de Contas, no sentido de conseguirmos construir um novo campo de futebol sintético, em Santa Cruz. Para além disso também pretendemos renovar o relvado do campo de jogos de Guadalupe, que passou recentemente a ser propriedade do Município, ao abrigo de um protocolo que tem a duração de 15 anos”, revela o presidente. Esta é uma obra orçada em 300 mil euros. Manuel Avelar lembra ainda que, ao

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“Em primeiro lugar, quero agradecer a colaboração que todos os graciosenses sempre tiveram com o Município, esperando que continue no futuro. A crítica, quando construtiva, é muito importante e ajuda na tomada de decisões. Muitas vezes, quem está de fora consegue ajudar um executivo a fazer mais e melhor em prol do seu concelho”.

longo dos anos, a Autarquia também investiu muito no centro da vila, sendo que, no presente mandato, ainda vai avançar com a recuperação e requalificação da calçada em frente aos Paços do concelho, melhorando ainda a zona de estacionamento. “Estas são obras que demoram o seu tempo, uma vez que como o nosso centro histórico é classificado, não podemos fazer nada sem o aval da Direção Regional da Cultura, pelo que o diálogo teve que ser constante”, destaca.

**TRABALHO GRATIFICANTE,
MAS DIFÍCIL**

Apesar de todo o trabalho realizado, o autarca abandona o cargo com “a perfeita consciência” de que quem o substituir terá muito trabalho para realizar, “até porque o trabalho numa autarquia local nunca está terminado. As exigên-

cias são cada vez maiores, pelo que, numa ilha reserva da biosfera e com um centro histórico classificado, o trabalho é sempre gratificante, mas sempre bastante difícil. Olhando para trás, não conseguimos, por exemplo, terminar o projeto de renovação da rede de abastecimento de água em toda a ilha que iniciou em 2010 e cuja intervenção estava dividida em cinco fases. O que acontece é que vamos lançar a concorrência, pela terceira vez, a terceira fase deste projeto, uma vez que os dois últimos não surtiram o efeito desejado. O primeiro ficou deserto enquanto que o segundo, apesar de estar orçado num milhão de euros teve apenas uma oferta de um euro, em tom de brincadeira”, destaca o presidente. Este novo concurso terá um orçamento de 1.4 milhões de euros. Manuel Avelar explica que, devido à pandemia, os preços dos

materiais aumentam todos os meses, “o que faz com que as empresas não se queiram comprometer com a realização das mais diversas obras, uma vez que, em média, o tempo que medeia o concurso e o início da obra é de seis meses, o que causa constrangimentos, uma vez que depois de apresentado e aprovado o valor da obra não pode sofrer alterações. As empresas não querem concorrer às obras perante a possibilidade de poderem perder dinheiro, o que entendemos, ainda que lamentemos que isso faça com que não possamos avançar com algumas obras”.

O autarca advoga, por fim, que o projeto de reabilitação do percurso urbano-marítimo entre o Degredo e Santa Catarina, cuja componente burocrática está concluída, também não pode ser esquecido. “O problema é que esta obra não foi apoiada no âmbito do quadro comunitário de apoio Portugal 2020, situação que esperamos possa ser colmatada no decorrer do novo quadro. Com a conclusão desta empreitada, a zona ficará dotada de uma ciclovía, assim como uma área exclusiva para peões, o que permitirá virar Santa Cruz para o mar. Este projeto está orçado em cerca de um milhão de euros, sendo que esperamos que o próximo Executivo a execute”.

DESAFIO: PANDEMIA

“Este foi um terceiro mandato repleto de desafios por causa da pandemia. Fomos obrigados a fazer alguns ajustes, sobretudo no que concerne aos apoios que demos às famílias, às instituições e às empresas. Dentro da nossa capacidade e daquelas que eram as nossas competências fizemos tudo aquilo que podíamos”, assegura Manuel Avelar que sublinha que Santa Cruz da Graciosa é “uma Autarquia pobre, uma vez que não tem mais nenhum fundo de rendimento para além do valor que nos é atribuído pelo Estado Central ou os apoios resultantes de fundos comunitários que possamos obter. O concelho regista pouca atividade ao nível da construção civil. Além disso, desde o 25 de abril de 1974, a Autarquia nunca cobrou a derrama. Estes são impostos que a Câmara poderia receber e sobre os quais não tem qualquer dividendo. Somos ainda uma Autarquia bastante pequena, o que faz com que a gestão tenha que ser rigorosa e cuidada”.

O presidente esclarece ainda que, ape-



“LIMITAÇÃO DE MANDATOS DEVERIA SER TRANSVERSAL”

“Ainda que defenda a limitação de mandatos, considero que esta deveria ser transversal a todos os cargos políticos. Julgo que 12 anos são suficientes para que um autarca deixe a sua marca no concelho que preside, ainda que esta nem sempre seja, por completo, a mais desejada, uma vez que as coisas nem sempre correm como queremos. Imprevistos acontecem. Defendo ainda que seria mais benéfico o cumprimento de mandatos mais longos. Sobretudo um primeiro mandato de quatro anos é curto para que um autarca perceba como é que a câmara funcione, qual a sua situação financeira, delinear e apresentar projetos e esperar pelo aval do Tribunal de Contas. Por norma, quando as obras vão começar o mandato está a terminar”.

sar do concelho já ter estado durante sete meses sem o registo de qualquer caso, “numa ilha pequena, como a nossa, são necessários cuidados redobrados, uma vez que contactamos todos uns com os outros e facilmente pode surgir um surto. Nesse sentido, tenho que enaltecer a postura e comportamento de toda a população que sempre

colaborou com as entidades de saúde e acatou com todas as indicações e decisões. As pessoas perceberam que todos estes cuidados eram necessários para que o contágio não se alastrasse e para que a doença pudesse ser controlada, sob pena da situação do concelho se tornar complicada. Todos os dias chegam pessoas novas à Graciosa.



Os aviões chegam cheios o que é muito positivo para a economia local, contudo não podemos deixar de sensibilizar as pessoas para que sejam responsáveis nos comportamentos que adotam, sob pena que toda a ilha seja prejudicada. Cada um de nós tem que ser responsável”. Manuel Avelar assevera que o Município esteve sempre disponível para colaborar no combate, pelo que distribuiu equipamentos de proteção individual (EPI) por todas as empresas, instituições e população em geral. “A nossa população é bastante idosa, pelo que tinha que ser protegida. Este facto também fez com que as outras pessoas ficassem mais temerosas de que as coisas pudessem não correr tão bem, o que fez com que se tenham tornado mais cuidadosas”.

O autarca explica também que a Graciosa tem cerca de 40 instituições culturais, desportivas e sociais que são apoiadas diretamente pelo Município. “Com a pandemia, além do apoio habitual, estas entidades viram esta verba reforçada em 25% em 2020 e em 2021. As instituições tiveram que encerrar. Não podiam apresentar o seu trabalho e realizar as suas iniciativas, mas as despesas de manutenção mantiveram-se, pelo que tinham que ser devidamente apoiadas, uma vez que não podíamos correr o risco de que deixassem de funcionar”.

Manuel Avelar é perentório: “Cumprimos aquele que era o nosso papel e estivemos sempre junto daqueles que mais precisavam de apoio. Sabemos que este foi um período difícil para todos e que o futuro ainda é incerto, contudo, estamos confiantes de que a situação irá melhorar e que poderemos viver novamente as nossas festas e as nossas tradições em segurança. Os nossos emigrantes estão a voltar para as suas férias e estamos todos sedentos por regressar à normalidade”. ✦

Venha viver a aventura !



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO ROQUE DO PICO**

www.cm-saoroquedopico.pt
292 648 700



**Capital do Turismo Rural
São Roque do Pico**

De acordo com o autarca, o Executivo avançou ainda com o projeto Centro de Mar que se integrou como âncora no cluster do conhecimento e da economia do mar e assumiu-se como uma aposta no desenvolvimento da náutica de recreio e dos desportos náuticos. “Esta mais-valia do ensino da náutica nas escolas, atualmente, é reconhecida tanto a nível nacional, como internacional. Hoje, todas as crianças dos 3º e 4º anos têm o ensino da natação como parte integrante do seu currículo escolar, sendo que ainda fazem a prática desportiva de uma de quatro modalidades náuticas distintas: remo, vela, canoagem e surf. Por fim, lançámos também no terreno o programa Ciência na Escola, com objetivo de despertar os mais jovens para esta área. Neste sentido, ao longo dos últimos quatro anos, criámos uma rede de laboratórios de ciências, existindo um em cada um dos nossos sete agrupamentos de escolas. Hoje, a forma como a Autarquia se envolveu em todos estes projetos é reconhecida como um projeto ganhador por todos os intervenientes da comunidade educativa”, completa.

José Maria Costa também entende que só é verdadeiramente desenvolvido um concelho que cresce de forma harmoniosa, pelo que garante que o Executivo procurou sempre esse difícil equilíbrio entre o desenvolvimento da cidade e das freguesias que a compõem com o desenvolvimento das restantes 24 freguesias que fazem parte do concelho, promovendo a coesão territorial e social. “Estivemos sempre a acompanhar e apoiar os diversos projetos que as juntas de freguesia levaram a cabo, ao mesmo tempo que apostámos na qualificação das respostas sociais disponíveis aos nossos concidadãos. Operacionalizámos ainda diversos projetos de cooperação com as várias IPSS existentes no concelho, promovemos o aumento das valências disponibilizadas e procedemos à melhoria das condições das suas infraestruturas, criando programas através da rede local de ação social. Foram implementados programas específicos de atendimento aos idosos, de apoio à infância, assim como de intervenção nos bairros sociais. Realizámos um grande trabalho de parceria, envolvendo as nossas juntas e freguesia e as diversas instituições sociais do concelho”, sublinha o presidente. O autarca reitera ainda que o Executivo

“QUANDO ACREDITAMOS VERDADEIRAMENTE NOS PROJETOS TEMOS QUE OS EXPLICAR ÀS PESSOAS E TEMOS QUE NOS BATER POR ELES. NUNCA UMA LUTA FICOU A MEIO POR SER DIFÍCIL”

também deu muita atenção à economia do mar, até porque Viana, “desde a sua fundação, sempre esteve ligada a este recurso. Hoje damos especial enfoque às energias renováveis oceânicas, ainda que tenhamos acautelado apoio no sentido de não perdermos a competência da construção naval, exigindo ao Governo Central que os Estaleiros de Viana não fossem encerrados, o que levaria à perda deste centro de competências. A construção naval faz parte do nosso ADN”.

Além disso, na atualidade, o turismo náutico representa uma função muito importante no concelho até porque decorrem, em Viana, inúmeras provas internacionais de desportos náuticos. Toda esta dinâmica levou o Município a apresentar uma candidatura para ser Capital Europeia do Desporto, em 2023, evento que está a preparar na atualidade. “Pretendemos avançar com a consolidação de uma série de infraestruturas desportivas, construção de alguns campos sintéticos, e já construímos uma nova pista de atletismo. A antiga Praça de Touros será transformada na nova Praça Viana, espaço privilegiado para a prática dos mais diversos desportos. No fundo, estamos a criar uma série de infraestruturas que fazem com que Viana do Castelo seja uma cidade onde a prática de exercício físico é frequente”, acrescenta o presidente.

PROJETOS ESTRUTURANTES E DE FUTURO

“Ao longo de 12 anos contei sempre com grande apoio e envolvimento de todos os vianenses, ao mesmo tempo que tentámos sempre mobilizar outras forças, no sentido de conseguirmos resolver problemáticas que iam para lá da competência municipal ou até mesmo intermunicipal. Quando acreditá-


mos verdadeiramente nos projetos temos que os explicar às pessoas e temos que nos bater por eles. Nunca uma luta ficou a meio por ser difícil. Algumas destas questões estavam por resolver há mais de 40 anos, como o acesso rodoviário Porto de Mar”, esclarece José Maria Costa. Este troço tem a extensão de 3,6 quilómetros e significa um investimento de 7.3 milhões de euros. “Com esta obra vamos descongestionar as vias urbanas do tráfego de veículos pesados. Vamos ainda atrair novas atividades económicas para a área de influência do Porto, reduzir os custos operacionais inerentes aos tempos de ligação rodoviária do Porto aos principais polos de atividade, reduzir o ruído e as emissões poluentes e aumentar a segurança da circulação”, destaca o autarca.

Segundo o presidente, outra questão importante foi a acessibilidade marítima, através da dragagem do canal de acesso aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e ao Porto de Mar, que tem como principal objetivo “melhorar as condições e estimular o desenvolvimento industrial, permitindo a entrada de navios de maior dimensão no Porto de Mar, ao mesmo tempo que promove a melhoria das condições de segurança e navegabilidade”. Esta obra representa um investimento de cerca de 29 milhões de euros, deverá criar 400 novos postos de trabalho e gerar um valor acrescentado à atividade do porto na ordem dos 90 milhões de euros. “Esta aposta permite criar condições para o crescimento e a diversidade funcional do porto, favorece a forte ligação do porto ao seu hinterland regional e valoriza o seu posicionamento futuro. Também promove a competitividade dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, hoje West Sea, melhorando a sua acessibilidade marítima e o acesso fácil de navios de maior calado e consolida a aposta no cluster do mar de Viana do Castelo que oferece pesca, porto comercial, construção e reparação naval, náutica de recreio, aquicultura e energias renováveis”, complementa.

Por último, o autarca é perentório e afirma que o Executivo também potenciou a criação de uma ligação ferroviária própria do século XXI entre a cidade do Porto e Vigo. “A Ponte Eiffel já foi construída há 143 anos e marcou uma mudança na travessia do rio Lima e na ligação ferroviária a Vigo, na vizinha Galiza. Agora,



ao fim de todos estes anos, finalmente, conseguimos modernizar a linha e eletrificá-la”. A empreitada começou pelo troço entre Nine e Viana do Castelo, num investimento de 16,5 milhões de euros. A fase seguinte ligou a cidade de Viana a Valença e exigiu um investimento superior a 19 milhões de euros. Com a concretização desta empreitada, a linha do Minho fica dotada com o sistema de tração elétrica em toda a sua extensão (134 quilómetros). “Como principais benefícios destacam-se: a redução do tempo de percurso em 15 minutos no trajeto entre Valença e Porto; o aumento da competitividade do transporte de mercadorias; e reforço dos níveis de segurança e fiabilidade. Esta foi uma obra estruturante para o concelho e para a região”, finaliza.

Agora de saída, José Maria Costa assevera que deixa o futuro preparado com diversos projetos em curso e outros já prontos para operacionalização. “Esta era uma obrigação que tínhamos, pelo que trabalhamos diretamente como Governo, com as diversas instituições regionais e comissões de coordenação, por forma a aumentar, ainda mais, a competitividade, a capacidade económica e as exportações do concelho. Dois desses projetos estão já consignados no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência [PRR]: a nova ponte sobre o rio Lima e a melhoria das acessibilidades às áreas empresariais do Vale do Neiva. Não podemos ainda esquecer que este aumento da competitividade e aposta na economia tem que ser acompanhado por uma aposta efetiva na habitação, sobretudo para casais mais jovens. Assim também já temos preparada um projeto no valor de 18 milhões de euros para requalificação dos bairros sociais existentes e para a construção de mais 500 fogos que entrarão depois no mercado do arrendamento a preços controlados”, conclui. 

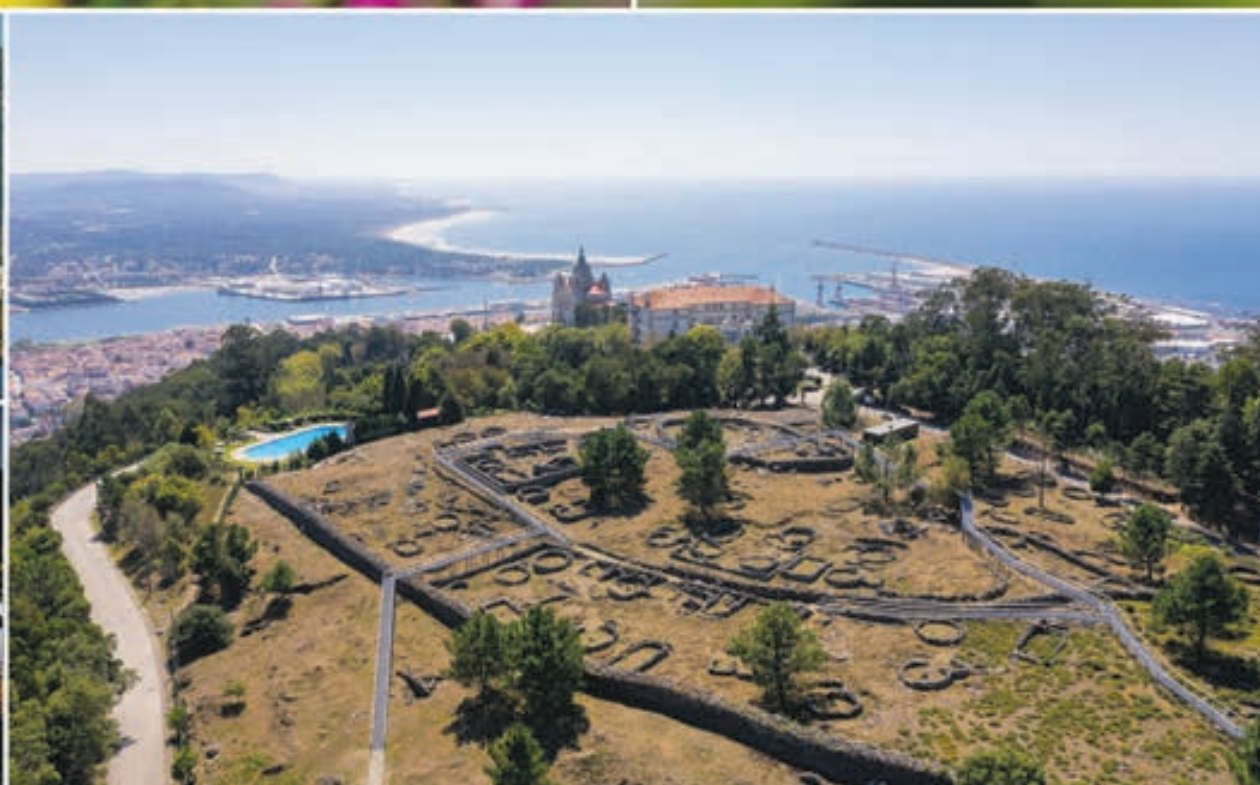


CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Ó meu amor de algum dia Havemos de ir a Viana

Pedro Homem de Melo
1904-1984

www.cm-viana-castelo.pt



tradicional”, sublinha o presidente. Quanto às empresas, o apoio do Município passou por duas vias distintas: por um lado, a atribuição de diversas isenções (publicidade, esplanadas, ocupação do espaço público, entre outros), “o que fez com que a Autarquia tenha abdicado de grande parte das suas receitas” e, por outro, a adoção de medidas de incentivo ao consumo que beneficiaram indiretamente as empresas. O autarca dá como exemplo a gratuidade para entrada em todos os equipamentos culturais do concelho até ao final do ano, “alavanca importante para o aumento do turismo na região e, conseqüentemente, fator potenciador da economia local. Para além disso, isentámos os munícipes e visitantes do pagamento de estacionamento e suportámos o custo do consumo de água de todas as empresas até aos 50 euros. Optámos por esta medida em detrimento da isenção total de pagamento, uma vez que consideramos que não devemos implementar medidas que não sejamos capazes de prolongar no tempo”, completa.

De acordo com Nuno Mocinha, a Autarquia disponibiliza ainda uma equipa de 30 pessoas para auxílio no processo de vacinação, sendo que, para além disso, também cede as instalações onde o centro de vacinação está a funcionar. “Não me canso de enaltecer o trabalho incansável e abnegado que esta equipa e que todos os profissionais de saúde estão a realizar no decorrer de todo este processo. Neste concelho ninguém se queixa de falta de qualidade. Todos os atendimentos são realizados na hora marcada e não há filas”, advoga o autarca.

“No total adotámos cerca de 35 medidas distintas. No fundo tentámos ser a mão amiga que as pessoas precisavam durante este combate, ainda que saibamos que não podemos fazer tudo. Ainda assim, quando não podíamos ajudar diretamente encaminhávamos as pessoas para instituições que o podiam fazer. Foi essencial o trabalho concertado da Rede Social. Claro que todas estas medidas tiveram o seu custo, cerca de 2.5 milhões de euros se juntarmos 2020 e 2021, contudo o bem-estar e a segurança das populações têm que estar sempre em primeiro lugar”, assevera o presidente.

A IMPORTÂNCIA DOS EPI

“Estamos confiantes que o facto de, desde o primeiro momento, termos distribuído equipamentos de proteção indi-



“O CONCELHO TEM QUE TER HABITAÇÃO A PREÇOS ACESSÍVEIS AO NÍVEL DA VENDA E DO ARRENDAMENTO. SE QUEREMOS ATRAIR PESSOAS DE FORA PARA ELVAS TEMOS QUE LHES DAR A POSSIBILIDADE DA HABITAÇÃO”

vidual pelas empresas, instituições e população em geral acabou por fazer toda a diferença no combate a esta pandemia, sobretudo no decorrer das primeira e segunda fases. Naquela primeira fase, as diversas instituições, sobretudo aquelas ligadas ao setor social e, por isso, com a população mais frágil a seu cuidado, não conseguiam adquirir estes equipamentos, uma vez que a procura existente em todo o mundo em muito superava a oferta. Além disso, estes equipamentos atingiam valores completamente proibitivos e as diversas instituições não tinham disponibilidade financeira para realizar um investimento desse valor. Num determinado momento chegámos a adquirir EPI através das corporações de bombeiros locais, uma vez que estes tinham acesso a fornecedores completamente diferentes daqueles que tínhamos ao nosso dispor. De alguma forma, tivemos que nos reinventar até nas compras que realizámos”, lembra o autarca.

Segundo Nuno Mocinha, numa segunda fase, o Município realizou a compra de EPI de forma concertada no âmbito da CIMAA – Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. Para além disso, financiou uma candidatura nacional que a Unidade de Saúde Familiar local realizou, “o que permitiu que estes profissionais se reequipassem e conseguissem dar uma resposta efetiva e segura à pandemia. Os ventiladores, por exemplo, significavam um investimento considerável, esforço de tesouraria que as entidades de saúde não conseguiam fazer. As ajudas do Estado Central, realizadas através das compras centrais que realizou, chegaram depois”, enaltece o presidente.

SEMEAR FUTURO


“Agora temos que dar a oportunidade de semear aquilo que pode ser o futuro. Assim tentaremos que diversos projetos importantes para o concelho, sejam, pelo menos, iniciados no decorrer dos próximos anos, uma vez que falamos de obras estruturantes que não se realizam num mandato de quatro anos”, assegura Nuno Mocinha que destaca, desde logo, o novo parque de negócios com 150 hectares que será construído da plataforma logística e que significará um investimento de 25 a 30 milhões de euros. “Se Elvas não tiver espaços disponíveis onde as empresas se possam instalar, a criação de emprego não acontece, logo não acontece a fixação de pessoas e o concelho não cresce”, acrescenta.

Segundo o autarca, o Município irá ainda implementar um projeto no âmbito da habitação, no sentido de, “de uma vez por todas, deixarem de existir pessoas que vivem em condições menos dignas. Também temos que intervir no mercado, uma vez que esta não está a conseguir dar a melhor resposta a todos aqueles que gostariam de se estabelecer em Elvas. Falo sobretudo dos mais jovens e daqueles que têm menos rendimentos. O concelho tem que ter habitação a preços acessíveis ao nível da venda e do arrendamento. Se queremos atrair pessoas de fora para Elvas temos que lhes dar a possibilidade da habitação”. Este é um investimento orçado em cerca de 20 milhões de euros. Outro dos objetivos de futuro para Nuno Mocinha passa pela dotação de melhores respostas ao nível dos cuidados de saúde que o concelho dispõe. “O Hospital de Elvas deve ser requalificado e, se possível



ampliado, ou nunca estará preparado para receber determinado tipo de valências, aposta que significará um investimento de 15 a 20 milhões de euros”.

Por último, o autarca lembra o projeto da Herdade Vila Fernando, “problemática já antiga que gostaríamos de resolver. Neste momento, está já criada uma equipa liderada pela Universidade Nova de Lisboa para que aquele espaço seja convertido num centro de serviços partilhados do setor agrário, criando uma espécie de campus dedicado à investigação para auxílio às empresas agrícolas, sendo que está ainda prevista a possibilidade da construção de residências universitárias para os alunos, entre outras mais-valias”. Nuno Mocinha garante saber que estes são projetos a concretizar a médio/longo prazo, porém “não podem ser realizados de outra forma. A governação deve ser guiada por um fio condutor que vai muito além de um mandato autárquico de quatro anos”.

O presidente advoga que depois pretende ainda dar resposta a questões mais prementes e que significam investimentos bem menores como a melhoria da rede de recolha dos resíduos urbanos e a problemática da falta de estacionamento no Centro Histórico de Elvas. “As pessoas pensam que o estacionamento é um recurso infinito, sobretudo agora em que estamos a conseguir recuperar toda aquela zona, não só ao nível dos monumentos, mas também nos prédios destinados à habitação. Um dia a situação será incomportável e quem cá vive tem que ter todas as condições para o fazer com qualidade, contudo, quem nos visita também terá que ter um espaço onde deixar o automóvel. O Centro Histórico tem uma dimensão diminuta, pelo que teremos que criar regras específicas para o seu acesso”, conclui. 



CORE

FORMA

FORMA é um sistema simples com nuances, aplicáveis aos diferentes ângulos de visão.

FORMA é dotada de individualidade e carácter, tornando-se um produto único. Igual a si mesmo o sistema FORMA introduz um novo conceito de 360° a nível de estética, tornando-se sempre diferente consoante o ângulo de visão.

Uma presença imponente, adequado para ambientes de operador ou executivo.

Disponível em diferentes conjugações e complementos, postos de trabalho simples ou duplos, armários, blocos e mesas de reunião, de encontro às necessidades mais funcionais que desempenha.

FORMA, uma nova maneira de viver o espaço.



www.core-lda.pt

Rua Antonino Batista, 435
3750-041 Aguada de Cima
(+351) 234 660 530
geral@core-lda.pt



 **penela**
MUNICÍPIO

VENHA CONHECER OS RECANTOS DE SINGULAR
BELEZA NO CONCELHO DE PENELA

www.cm-penela.pt



Outros Locais a Visitar



Santuário de Santa Eufémia - Penedono



Solar dos Freixos - Penedono



Capela e Dólmen da Sra. do Monte - Penela da Beira



Lagar Tradicional de Azeite - Póvoa de Penela



TEMPOS MEDIEVAIS

Mais informações em
www.cm-penedono.pt

TEL. 254 508 174 Tlm. 925 200 170
turismo@cm-penedono.pt

MUNICÍPIO DE VIDIGUEIRA

EM PRIMEIRO LUGAR: SAÚDE E SEGURANÇA DAS PESSOAS

Rui Raposo cumpre o seu primeiro mandato como presidente da Câmara Municipal de Vidigueira. O autarca confessa que estes foram quatro anos desafiantes e exigentes uma vez que a Covid fez o mundo parar e os municípios tiveram que repensar as prioridades delineadas. Apesar disso, Rui Raposo não tem dúvidas: “Em primeiro lugar está a saúde e a segurança das pessoas, relegando para segundo plano todas as restantes questões. Era premente que salvuardássemos a população, sobretudo num concelho como o da Vidigueira, onde grande parte dos munícipes são mais idosos e, por isso, mais vulneráveis”.

Rui Raposo



► “É incontornável que a atual pandemia condicionou a vida do Município em todas as suas ações. Esta situação foi ainda mais complicada porque surgiu a meio de um mandato onde estavam previstas diversas obras, muitas delas com recurso a fundos comunitários que tínhamos que aplicar. Para além disso, o Município estava com uma dinâmica cultural e de promoção muito interessante. A pandemia veio precisamente travar aquela que era a nossa estratégia de captação de novos visitantes e investidores, potenciando a instalação de empresas e a criação de postos de trabalho, fator primordial para a fixação das pessoas no Interior do País”, lamenta Rui Raposo que cumpre o seu primeiro mandato co-

mo presidente da Câmara Municipal de Vidigueira.

O autarca advoga que a Covid fez o mundo parar e que os municípios tiveram que repensar as prioridades delineadas. “Provavelmente, no final do mandato, algumas obras e iniciativas que faziam parte do nosso programa eleitoral foram adiadas, contudo a escolha não podia ser outra. Em primeiro lugar está a saúde e a segurança das pessoas, relegando para segundo plano todas as restantes questões. Era premente que salvuardássemos a população, sobretudo num concelho como o da Vidigueira, onde grande parte dos munícipes são mais idosos e, por isso, mais vulneráveis. O nosso concelho é envelhecido, pelo que as nossas preocupações se voltaram para a proteção da comunidade, adotando novas estratégias de contato com as pessoas, sempre com toda a segurança. Durante um ano essa foi a nossa prioridade”.

O COMBATE À PANDEMIA

“Fomos sempre muito proactivos e adotamos, desde logo, uma postura preventiva em todo este combate. Assim, distribuímos, numa primeira fase, equipamentos de proteção individual [EPI] por

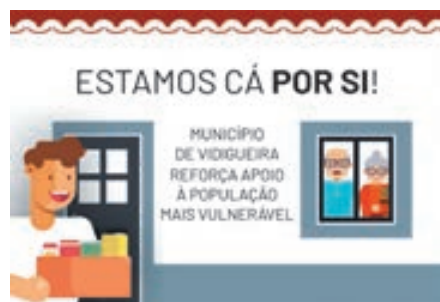
toda a população e instituições particulares de solidariedade social [IPSS] medida que nos poderá ter ajudado a travar o contágio no concelho. Entregamos ainda EPI aos bombeiros, às forças de segurança e a outras associações existentes na Vidigueira. Apostámos ainda na realização de testes sempre que necessário, o que também se instituiu como uma importante mais-valia. Julgo que estas duas medidas simples podem, efetivamente, ter feito toda a diferença. Não podemos esquecer que o Concelho tem três lares, com capacidade para mais de 200 pessoas, pelo que estas estruturas tiveram que ser devidamente protegidas e apoiadas, por forma a que não fosse registado nenhum surto e que o bem-estar destas pessoas ficasse devidamente salvuardado. Esta foi uma preocupação constante, pelo que o acompanhamento foi próximo e articulado, tudo para que as necessidades fossem supridas em todos os momentos. A nossa comissão de proteção civil, em parceria com todos os presidentes de junta locais, esteve sempre atenta e todas as dificuldades foram debeladas de forma célere e eficaz”, revela Rui Raposo.

O autarca garante que o Município também apostou na comunicação e na sensibilização de todas as pessoas para a pertinência desta problemática, fazendo-as perceber a importância do confinamento e da sua salvaguarda pessoal, evitando o contato com outras pessoas. “Foi importante a população entender que o Município estava e estaria cá para ajudar”. Para isso, a Autarquia lançou o

MENSAGEM AOS MUNÍCIPES

“A minha aposta foi sempre nas pessoas e no seu bem-estar, desde os mais novos até aos mais idosos, tudo porque queremos crescer e continuar a fixar pessoas no concelho. Espero que as pessoas continuem a confiar em mim e na visão que tenho para a Vidigueira. Tenho a certeza que quando deixar de desempenhar este cargo estarei orgulhoso de tudo aquilo que o concelho conseguiu alcançar e da Vidigueira que irei deixar para o futuro”.

programa «Estamos cá por si!», com o objetivo de apoiar e garantir assistência, sobretudo aos mais idosos, que pudessem ficar mais vulneráveis por causa do fecho de serviços, devido à Covid-19. “Apesar da pandemia quisemos continuar a garantir um contacto de proximidade e assistência à população, promovendo a satisfação das suas necessidades básicas, sem que as pessoas tivessem que sair de casa. Percebemos, desde logo, que só iríamos conseguir ultrapassar esta situação se tivéssemos responsabilidade cívica e olhássemos uns pelos outros. Estivemos sempre disponí-





veis, 24 horas por dia, sete dias por semana. Quero deixar o meu profundo agradecimento a toda a equipa que labora nesta Autarquia e que foi incansável neste esforço. Sem eles, esta resposta não teria sido possível”, constata Rui Raposo. Esta iniciativa foi implementada pelo Município em articulação com as juntas de freguesia, o centro de saúde e as farmácias do concelho.

Para além deste programa e da distribuição de EPI, foram várias as medidas que a Autarquia implementou no combate a esta pandemia. Assim, redirecionou o investimento que seria destinado a eventos de promoção dos agentes económicos e dos produtos de excelência do concelho, que pelas circunstâncias atuais não foram realizados, em apoios excecionais e temporários à economia local, instituições e famílias.

Especificamente para o tecido empresarial, mais concretamente para estabelecimentos de alojamento, restauração e bebidas, animação turística, atividades artísticas e culturais, “setor tão penalizado pelo confinamento”, o Executivo definiu o Programa Municipal de Estabilização Económica, apoio financeiro no valor de 100 mil euros. De acordo com o autarca, este programa tem como principal objetivo auxiliar os agentes económicos

“É FUNDAMENTAL QUE OS EMPRESÁRIOS SAIBAM QUE TÊM ALGUÉM A APOIÁ-LOS NESTE MOMENTO COMPLICADO. É POR ISSO QUE ESTES APOIOS FORAM DIRETOS E SEM LUGAR A QUALQUER REEMBOLSO”

locais, tendo em vista a manutenção dos negócios e do nível de emprego e a valorização da atividade das empresas, mitigando os efeitos económicos da crise e prevenindo a ocorrência de repercussões negativas no mercado de trabalho. “Também isentámos as empresas do pagamento de todo o tipo de taxas municipais. É fundamental que os empresários saibam que têm alguém a apoiá-los neste momento complicado. É por isso que estes apoios foram diretos e sem lugar a qualquer reembolso. Bastava que empresário faturasse até 300 mil euros e que registasse uma quebra no volume de faturação superior a 25% para receber um apoio que variou entre os 750 e os quatro mil euros. Este valor funcionou como um verdadeiro balão de oxigénio para muitos empresários que, desta forma, conseguiram manter a porta aberta e continuar a trabalhar”, acrescenta o presidente.

No que concerne ao setor social, o Município atribuiu um apoio direto de cinco mil euros a cada IPSS do concelho, tendo acontecido o mesmo com os bombeiros locais a quem foi entregue um apoio financeiro extraordinário no valor de 7.500 euros, sendo que a Autarquia ainda pagou as refeições aos bombeiros em serviço. Por fim, “reduzimos o valor da fatura da água para todos os munícipes durante alguns meses, procedemos à higienização de espaços públicos e privados e fornecemos refeições ao domicílio aos alunos dos escalões A e B. No total, o combate à pandemia significou um investimento de 915 mil euros por parte da Autarquia, investimento considerável para um Município da dimensão do nosso”, completa Rui Raposo.

INVESTIR EM TEMPOS DE PANDEMIA

“Estamos agora preocupados com a recuperação económica, uma vez que diver-

sos investimentos previstos estão parados, assim como vários estabelecimentos de hotelaria e restauração ainda não conseguiram recomeçar. As empresas não tiveram quaisquer apoios por parte do Estado Central e foram muitas as pessoas que perderam os seus rendimentos. No nosso caso, apesar de todos os constrangimentos, conseguimos realizar algumas obras importantes como a requalificação do mercado municipal, num investimento que rondou os 350 mil euros, valor cofinanciado pelo FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional em 85%. Esta obra teve como objetivo encontrar novas dinâmicas locais, como o incentivo à fixação de empresas e criação de novas atividades empresariais e postos de trabalho. Para além disso, a intervenção serviu para melhorar o ambiente urbano e revitalizar um espaço público, dotando-o de melhores condições para a sua utilização, quer se trate de lazer ou de negócio”, explica o autarca.

Rui Raposo sublinha que o Município também realizou diversas intervenções ao nível do ensino pré-escolar, com a criação de salas de apoio, além de vários investimentos em salas do primeiro ci-





clo, “tudo para que as nossas crianças tenham as melhores condições. Executámos ainda obras ao nível do ensino especial, uma vez que estas crianças e jovens necessitam da máxima atenção e cuidado”. O presidente salienta também que a Autarquia não esqueceu a rede viária e trabalhou na sua melhoria contínua, sendo que também construiu os acessos necessários para o novo centro de saúde que está a ser construído junto às piscinas municipais. Por fim, “conseguimos relançar o nosso parque industrial e foram várias as empresas que se localizaram no concelho. Neste momento, já não temos nenhum lote disponível o que é assinalável”.

O presidente revela ainda que a Autarquia inaugurou recentemente o Centro Interpretativo do Vinho de Talha (CIVT), espaço de interpretação, difusão científica e tecnológica e de divulgação do património imaterial relacionado com o saber-fazer deste produto “ancestral e que é hoje uma atividade importante para a economia do concelho. Este novo equipamento pretende transmitir aos visitantes as memórias, as vivências e as experiências relacionadas com o vinho de talha e com as gentes que trouxeram esta tradição aos dias de hoje. O vinho de talha atesta um passado vivo, está presente à mesa, nos petiscos, ligado ao cante e ao convívio entre amigos, trabalhadores e família, perpetuando uma identidade que continua enraizada. Assim, tal como as qualidades de um vinho, o centro vai despertar os sentidos, já que o visitante será convidado a descobrir cheiros e aromas, os sons da vinha, as paisagens da Vidigueira, os provérbios e o cante, que, em conjunto, formam a alma do vinho de talha”. O CIVT implicou um investimento de 600 mil euros, financiado por fundos comunitários e verbas do Município.

O autarca lamenta apenas que a pandemia o tenha impedido de avançar, para já, com o projeto de construção do Parque Verde Urbano de Vidigueira, cujo



LIMITAÇÃO DEVIDIA SER PARA TODOS

Rui Raposo admite concordar com a limitação de mandatos. “É necessária renovação para que existam novas ideias e novos protagonistas. Considero que 12 anos são suficientes para um autarca deixar obra no seu município. Apesar disso, considero que essa limitação deveria ser estendida a todos os cargos públicos. Atualmente só o Presidente da República, os presidentes de câmara e de junta estão condicionados na sua ação, o que não faz sentido, sobretudo quando são os únicos que são diretamente eleitos pelas pessoas”.

O autarca defende ainda que “seria mais profícuo” o cumprimento de dois mandatos de cinco anos, como o Presidente da República, ou dois de seis para perfazer os atuais 12 e dá como exemplo o seu primeiro mandato, onde metade do tempo foi passado a combater uma pandemia. “Não consegui cumprir com muitos dos projetos definidos e terei que explicar à população porque é que assim foi. Contudo, mesmo que a pandemia não tivesse surgido, primeiro tive que me inteirar do modo de funcionamento da Autarquia, perceber a sua situação financeira, definir e submeter projetos, abrir concursos e esperar pela aprovação do Tribunal de Contas. É impossível realizar grandes investimentos em apenas quatro anos tal a carga burocrática que existe no País”.

custo total será de 1.5 milhões de euros, sendo financiado a 85% pelo FEDER. Apesar disso, Rui Raposo promete que o concurso para o início desta obra será lançado logo que possível e explica que, com este investimento, o Município irá ainda reabilitar a Horta de S. João, “através da criação um espaço de lazer agradável e atrativo, acessível a toda a população, com diversas valências: infraestruturas adequadas ao bem-estar dos utilizadores, diversos espaços verdes, espelhos de água, parque de jogos, poli-desportivo e ligação a percursos pedonais e ciclovias”.


Brevemente Rui Raposo confessa que espera avançar também com a criação de um projeto ambicioso em Pedrógão: a construção de um parque fluvial nas margens do Guadiana, obra no valor de 800 mil euros. “Este é um projeto de grande importância por dois motivos. Por um lado, vai potenciar o turismo natureza no concelho. Por outro, permitirá a prática de desportos náuticos, o que também será uma importante mais-valia”.

FUTURO INCERTO, MAS CONFIANTE

O autarca cumpre o seu primeiro mandato. Olhando para trás, Rui Raposo admite que quatro anos é pouco tempo para desenvolver o projeto que tinha delineado, “ainda mais quando uma pandemia nos obriga a colocar todas as escolhas e decisões em perspetiva, no sentido de percebermos efetivamente o que é mais importante. Assim, o futuro terá que ser repensado e redefinido”.

Apesar disso, o presidente perspetiva que os próximos anos serão complexos, tanto pela questão económica, “estamos preocupados com a recuperação económica que vai ser necessária depois desta estagnação”, como pelo processo de transferência de competências para as autarquias que ainda decorre. “O Estado Central está a tentar empurrar para os municípios uma série de encargos que são seus, o que não faz sentido, situação que trará às autarquias desafios acrescidos, sobretudo nos setores da educação e da ação social”, assegura o autarca.

O presidente lembra ainda o desafio do novo quadro comunitário de apoio que “será de vital importância para a realização de trabalhos de manutenção em muitos equipamentos que o Município possui. As piscinas municipais têm já mais de 30 anos, pelo que urge a sua requalificação. Estas serão obras de grande envergadura, só possíveis com acesso a fundos comunitários, por forma a dotar este espaço de toda a qualidade. O edifício dos Paços do Concelho também necessita de obras, assim como outros espaços públicos, isto já para não falar da própria vila que também já necessita de diversas intervenções. O seu rejuvenescimento é importante para que aqueles que nos visitam sintam que estão numa cidade jovem, em crescimento. Este será o grande desafio para o futuro, fazer com que a imagem que transmitimos seja de esperança, de rejuvenescimento e de vontade de voltar ao concelho”.

Apesar disso, Rui Raposo assevera que, independentemente dos constrangimentos, pretende continuar a apostar na divulgação e promoção do território, sendo que o Município submeteu uma candidatura para a criação da Rota do Vinho da Talha. “O objetivo é oferecermos um produto turístico inovador e diferenciado, muito característico deste concelho que queremos potenciar. Existem depois áreas que serão sempre fulcrais em qualquer autarquia: educação, saúde e ambiente. Queremos, por fim, continuar a promover uma governação transparente e aberta, e de grande proximidade com as pessoas. Estou e estarei sempre disponível para as ouvir e para as ajudar a debelar os seus problemas em tudo aquilo que esteja ao meu alcance”, conclui. 

MUNICÍPIO DE TAVIRA

O DESAFIO DE GOVERNAR EM PLENA PANDEMIA

Ana Paula Martins preside os destinos do Município de Tavira desde outubro de 2019, devido à saída de Jorge Botelho para deputado. A autarca foi vice-presidente, entre 2013 e 2019, e vereadora com os pelouros de Administração e Finanças, entre 2009 e 2013. Hoje, afirma estar motivada e disponível para dar o máximo em prol da terra onde nasceu e reside, dando continuidade ao trabalho em curso e pondo em marcha novos projetos estruturantes para o concelho depois de vencido o desafio de governar em plena pandemia.



► Ainda não tinham decorrido seis meses desde a sua tomada de posse, quando Ana Paula Martins, presidente da Câmara Municipal de Tavira, é confrontada com o difícil desafio de combater um vírus, completamente desconhecido, vindo da China. Algum tempo depois, a Organização Mundial de Saúde determina que o mundo está a enfrentar uma pan-

demia. “A verdade é que tenho enfrentado o desafio de governar em plena pandemia. Apesar disso, e de todas as vicissitudes e ainda que esta nova realidade nos tenha trazido outros desafios, conseguimos avançar com a maioria das obras e dos projetos que previmos, até porque alguns deles envolviam fundos comunitários. Apesar de todos os constrangimentos, as empreitadas nunca estiveram paradas, pois as empresas responsáveis apresentaram, desde logo, planos de contingência adequados. Ainda assim, as equipas tiveram que ser mais pequenas, o que fez com que o prazo de execução de muitas dessas obras se tenha prorrogado”, confessa a autarca. De acordo com Ana Paula Martins, a postura da autarquia, neste combate, sempre foi muito proactiva e preventiva pelo que distribuiu, logo no início da pandemia, equipamentos de proteção indivi-

dual (EPI) por toda a população. “Naquela primeira fase em que o acesso a estes equipamentos era difícil chegámos a fornecer o Centro de Saúde local, uma vez que esta resposta de primeira linha não detinha estes equipamentos essenciais, tendo acontecido o mesmo com algumas IPSS. Esta atitude contribuiu para que, numa primeira vaga, o número de contágios, no concelho, se tenha mantido baixo. Para este sucesso também contribuiu a população que logo percebeu a importância do confinamento e do uso de EPI, sendo de destacar ainda o reforço da higienização de espaços públicos e contentores e a inclusão de novas áreas [paragens de autocarro, casas de banho públicas, zonas de maior afluência, papelarias, entre outros], o que também se mostrou uma mais-valia”.

A autarca revela que o pior veio, em dezembro, quando o concelho teve que enfrentar um surto comunitário. “Fomos um dos primeiros locais onde foram registados casos da nova variante inglesa, o que teve um impacto negativo no crescimento exponencial de casos que se registaram durante duas ou três semanas. Acredito que as pessoas, apesar de sensibilizadas para a importância de regras, já estavam um bocadinho saturadas de toda a situação, o que fez com que alguns cuidados tenham sido relegados para segundo plano, o que também não ajudou. As pessoas sentiam-se seguras, achavam que o pior tinha passado e baixaram a guarda, o que teve o seu custo. Depois desse momento, temos registado apenas pequenos surtos, devidamente identificados e controlados, sobretudo em trabalhadores agrícolas. O concelho tem uma grande co-



Ana Paula Martins

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“As pessoas já me conhecem. Foi em Tavira que nasci e é aqui que vivo, pelo que espero que continuem a confiar em mim. Como também já desempenhei várias funções na autarquia, os munícipes conhecem as minhas competências, capacidade de trabalho e sabem aquilo que sou capaz de fazer. Julgo que já demonstrei que sou capaz de responder, afirmativamente, às necessidades da população, mesmo quando está em causa o combate a uma pandemia. Assim, espero que os tavirenses escolham o candidato que consideram melhor preparado para conduzir os destinos, no concelho, em direção a um futuro promissor”.

munidade migrante, essencialmente, na época alta da colheita dos frutos vermelhos, de março a junho, o que potencia o aparecimento destes focos de contágio. A Proteção Civil tem estado muito vigilante e proactiva e, ao primeiro sinal de perigo, testa de imediato toda a gente e realiza todos os procedimentos para que as cadeias de contágio sejam quebradas e os surtos sejam contidos”.



FOTOGRAFIA ©flyingbookhouse



Contudo, a presidente admite que a necessidade do cumprimento do dever de confinamento e as medidas impostas pelos sucessivos estados de emergência provocaram uma quebra significativa na capacidade produtiva de empresas de vários ramos de atividade, no concelho. “A doença, o receio de contágio e a incerteza perante o desfecho desta situação pandémica originou falta de confiança que resultou na descida do investimento e do consumo privado. Ainda assim, a nossa ação imediata fez com que não tenhamos recuado no desconfinamento, o que é muito positivo para o setor do turismo na região e para o alavancar de toda a economia local. Infelizmente, o Algarve é uma das regiões que tem sido mais penalizada pelo confinamento, o que fez com que a taxa de desemprego tenha aumentado na região. Ainda que, durante o verão passado, muitas empresas tenham tentado manter a porta aberta, os valores obtidos não foram suficientes para aguentar o inverno. A saúde financeira de muitas empresas ficou consideravelmente afetada, colocando em risco centenas de postos de trabalho e um significativo número de famílias viu o seu rendimento reduzir drasticamente”.

O COMBATE À PANDEMIA

Face a esta realidade, Ana Paula Martins assevera que a autarquia tem registado um contínuo incremento de procura de respostas sociais de primeira necessidade com o objetivo de mitigar os efeitos negativos que a pandemia desencadeou a nível económico. Assim, segundo a autarca, como as crianças, os jovens e os professores foram obrigados a adequar os métodos de ensino e aprendizagem ao ensino online, uma vez que as escolas estavam encerradas, o Município apoiou de imediato os mais desfavorecidos, disponibilizando equipamento e meios informáticos necessários para esta nova forma de ensino.



FOTOGRAFIA Miguel Pires - feel free photography

Como a cultura e o desporto foram igualmente afetados, de modo a minimizar os efeitos da crise, a autarquia apostou na programação cultural online, assim como na divulgação, via Facebook, de aulas, no âmbito do Plano de Promoção da Atividade Física. Além disso, quando os clubes regressaram às competições, de modo a garantir a segurança de dirigentes, equipas técnicas e atletas, o Município promoveu a testagem de todos os intervenientes neste processo. Por forma a mitigar os efeitos da pandemia de Covid-19, na população desfavorecida e na economia, a autarquia prorrogou diversos apoios e isenções ao comércio, assim como promoveu a suspensão do pagamento de rendas, tanto aos

“A NOSSA AÇÃO IMEDIATA FEZ COM QUE NÃO TENHAMOS RECUADO NO DESCONFINAMENTO, O QUE É MUITO POSITIVO PARA O SETOR DO TURISMO NA REGIÃO E PARA O ALAVANCAR DE TODA A ECONOMIA LOCAL”

estabelecimentos comerciais em espaços municipais, como aos moradores em habitação municipal. A edilidade promoveu, ainda, a isenção do pagamento das tarifas de disponibilidade de água, saneamento e resíduos urbanos para todas as empresas, assim como avançou com a isenção do valor relativo ao pagamento do serviço de apoio à família (refeições e prolongamentos de horário) no ensino pré-escolar, ao mesmo tempo que fortaleceu o suporte das refeições escolares, quer neste nível de ensino, quer no 1.º ciclo do ensino básico. No que concerne à alimentação, a autarquia forneceu também refeições gratuitas, em regime de takeaway, em todas as freguesias, atribuiu senhas para a aquisição

de bens essenciais ao nível da alimentação a indivíduos e/ou famílias vulneráveis, prestou apoio a indivíduos e/ou famílias mais desprotegidas, em situação de isolamento profilático/quarentena e atribuiu cabazes de Natal a famílias em situações mais frágeis.

No setor social, o Município disponibilizou uma linha de atendimento e acompanhamento psicológico “de modo a minimizar situações de isolamento”, ao mesmo tempo que criou áreas de isolamento para pessoas em situação de sem-abrigo, fornecendo-lhes acesso a refeições. A edilidade criou, ainda, uma Zona de Apoio à População (ZAP), estrutura para quarentena/isolamento profilático com capacidade para 100 camas. “Não podemos esquecer a implementação de um cartão que promoveu o acesso gratuito a medicamentos em agregados familiares em comprovada situação de carência económica ou vulnerabilidade social e idosos com mais de 70 anos, doentes de risco ou com doença crónica”, acrescenta a autarca.

Diretamente para ajudar a economia, Ana Paula Martins esclarece que a autarquia destinou 450 mil euros a um Fundo de Apoio aos Empresários de Tavira (FAET) para auxiliar a sustentabilidade de empresas com faturação até 350 mil euros. Esta ação é promovida pela Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira e conta com o apoio do Município. “Este fundo tem co-



FOTOGRAFIA Miguel Pires - feel free photography

“LIMITAÇÃO DE MANDATOS DEVERIA SER PARA TODOS”

Apesar de concordar com a limitação de mandatos, Ana Paula Martins acredita que esta medida deveria ser transversal a todos os cargos públicos. “É verdade que 12 anos são suficientes para que não nos habituemos ao lugar e para que o nosso pensamento não seja formatado para um determinado caminho. Falo da presidência, onde o ônus da decisão é absoluto. Um vereador apresenta as suas ideias, contudo, é o presidente que decide se segue o conselho ou se opta por uma abordagem completamente diferente. A limitação de mandatos permite o rejuvenescimento dos cargos, a entrada de pessoas novas e ideias, o que é muito positivo. Contudo, não deveria estar restrita aos presidentes de junta, câmara e ao Presidente da República. Se as pessoas não se eternizam em alguns cargos, desta forma, acabam por se eternizar noutros, o que não faz sentido. Novas ideias e abordagens são vitais em todas as áreas”.

Paralelamente, a autarca defende que seria “muito mais profícuo e proveitoso” o cumprimento de dois mandatos de seis anos, em detrimento de três de quatro como consta no modelo atual. “Quatro anos é pouco tempo para fazer obra, sobretudo, para quem chega de novo a uma Câmara. É preciso conhecer a autarquia, a sua situação financeira, definir projetos e prioridades, abrir concursos, aguardar o parecer do Tribunal de Contas e, só depois, a obra pode começar. Quando isso acontece o mandato está a terminar. Isto já para não falar da elevada carga burocrática que o país alberga. Muitos organismos públicos carecem de mão de obra, o que faz com que tenhamos que esperar demasiado tempo por um parecer técnico, o que não é comportável com a necessidade de aproveitar oportunidades inesperadas de obras que surgem”.

mo objetivo revitalizar o tecido empresarial do concelho, atenuar os efeitos da grave crise económica, manter as empresas em atividade e garantir a manutenção dos postos de trabalho”, explica a presidente. Este auxílio foi reforçado, através da criação de um Regulamento Municipal de Apoio que consiste na disponibilização do Fundo de Apoio à Economia Local de Tavira (FAELT), cuja dotação é de 300 mil euros.

“Se contabilizarmos a receita perdida e todos os apoios prestados, já realizá-



FOTOGRAFIA Miguel Pires - feel free photography



de, um agregado com 1500 euros mensais não consegue fazer face ao custo de uma renda em Tavira, tendo em conta os valores praticados. Este será o nosso primeiro desafio e problema para o qual teremos que encontrar uma solução”.

Para além disso, Ana Paula Martins promete manter o foco na criação de emprego, até porque a autarquia, “enquanto instituição pública privilegiada”, terá que estar atenta aos apoios que poderão ser concedidos aos municípios no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, “além do apoio extra de 300 milhões, já anunciado pelo primeiro-ministro para o Algarve, destinado à diversificação da atividade económica. As autarquias têm que ser o motor deste desenvolvimento, sendo que poderemos funcionar como alavanca para o investimento privado, ao mesmo tempo que criamos as condições necessárias para que este aconteça. Assim, temos que impulsionar a nossa força produtiva e criar emprego noutras áreas, tudo para que Tavira deixe de estar tão dependente do turismo. O nosso futuro estará muito dependente da forma sobre como estes fundos comunitários poderão ser usados para atrair investimento e melhorar, conseqüentemente, o potencial económico do concelho”.

Por fim, a autarca advoga que existem depois outras áreas, onde o Município tem que continuar a apostar como o património, “naquela que é a nossa identidade”, a cultura e a promoção da cidade e do concelho como destino único. “São muitos aqueles que afirmam convictamente que Tavira é uma das cidades mais bonitas do Algarve, facto que temos que aproveitar e potenciar para que nos possamos afirmar enquanto destino, onde não existe apenas sol e mar, mas que também tem património, identidade, serra e turismo natureza, uma série de fatores distintivos que nos podem diferenciar”, conclui. ✚

mos um investimento superior a dois milhões de euros no combate a esta pandemia. Contudo, independentemente do valor que foi investido, a verdade é que o bem-estar e a segurança das pessoas estão sempre em primeiro lugar. A nossa prioridade foi evitar que existissem munícipes a passar fome e suprir as suas necessidades mais básicas. Vale a pena mencionar que a sociedade civil também se organizou e sensibilizou, tendo ajudado os seus pares, ao mesmo tempo que vários restaurantes facultaram refeições. Devemos enaltecer sempre este espírito solidário. Por fim, devo sublinhar o trabalho levado a cabo por todas as juntas de freguesia que trabalharam sempre em estreita cooperação com a autarquia na salvaguarda dos interesses dos seus munícipes”, esclarece Ana Paula Martins.

FUTURO DE DESAFIOS

A autarca assume estar motivada e disponível para dar o máximo em prol da terra onde nasceu e reside, dando continuidade ao trabalho em curso e pondo em marcha novos projetos estruturantes para o concelho. Apesar disso, Ana Paula Martins reconhece que o futuro será repleto de desafios a começar pela habitação, “uma vez que esta tem um custo extremamente elevado por metro quadrado, no concelho. Conseguimos já um acordo com o IRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, por forma a termos acesso a financiamento para a nossa Estratégia Local de Habitação, no âmbito da iniciativa 1º Direito para apoio à habitação em agregados que vivem em condições mais precárias. Queremos oferecer, ainda, habitação a custos controlados à classe média, uma vez que, na atualida-

MUNICÍPIO DE ALVITO

CORAÇÃO DO ALENTEJO

RUMO A UM FUTURO PROMISSOR

João Valério cumpre o segundo mandato como presidente da Câmara Municipal de Alvito. Com uma aposta clara numa política de proximidade junto das pessoas, garantindo o seu bem-estar e segurança, o Município, coração do Alentejo, rumo em direção a um futuro promissor. De acordo com o autarca, são diversas as obras realizadas ao longo dos últimos anos que marcam o concelho e que enchem de orgulho um Executivo que não deixa ninguém para trás.



► “Quanto tomei posse pela primeira vez, felizmente, a Autarquia tinha uma situação saudável do ponto de vista financeiro, contudo, quase não existiam projetos planeados ou em andamento. Assim, iniciámos, de imediato, o trabalho para a realização de projetos de intervenção no Município com o objetivo de melhorar o nível de qualidade de vida de todos os munícipes, ao mesmo tempo que tentávamos resolver problemáticas existentes e para as quais não tinha sido dada resposta atempada. Por fim, tentámos, desde logo, tornar o território mais atrativo para todos aqueles que nos visitam, até porque o turismo é uma das áreas onde o concelho tem maior potencial. Tendo em conta esse facto, tínhamos que melhorar a imagem do concelho”, recorda João Valério, presidente da Câmara Municipal de Alvito.

Oito anos depois, o autarca defende que o concelho do Alvito está numa situação mais favorável, uma vez que a Autarquia concretizou grandes projetos como o novo edifício multiusos que resultou da reabilitação e reconversão do terreno do Assis e da reconstrução de um conjunto diversificado de edifícios, há muito degradados e que agora estão preparados para albergar a Escola Pro-

fissional local. “Esta será uma resposta importante para a formação dos nossos jovens e dos jovens dos concelhos vizinhos, criando, desta forma, mais um fator de atratividade para este concelho que é um dos mais envelhecidos do País. É por isso, que o facto de termos duas escolas que recebem diariamente cerca de 400 alunos é tão importante, ainda mais quando metade destes provêm de concelhos vizinhos. Este facto demonstra a importância que este projeto terá no futuro do território e da região”, considera o presidente.

João Valério considera que esta obra será uma das marcas deste mandato até porque gera sustentabilidade, “uma vez que, desta forma, apostamos na qualidade e na excelência do ensino. O mesmo acontece com o nosso Agrupamento de Escolas. Queremos que o Alvito se torne numa referência no setor da educação, tudo para que possamos atrair para o concelho os jovens que nos faltam. O futuro da demografia não se mostra favorável para o nosso País, pelo que esta é uma problemática que deve ser acautelada atempadamente por parte dos nossos decisores políticos. É necessário que as gerações se dinamizem e renovem. É também por isso que temos já definido um Plano Estratégico de Educação para o concelho”. Este projeto teve o custo de um milhão de euros, tendo a Autarquia investido 142 mil euros, tendo o restante valor sido participado ao abrigo do programa FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.



João Valério

“TENTAMOS, DESDE LOGO, TORNAR O TERRITÓRIO MAIS ATRATIVO PARA TODOS AQUELES QUE NOS VISITAM, ATÉ PORQUE O TURISMO É UMA DAS ÁREAS ONDE O CONCELHO TEM MAIOR POTENCIAL. TENDO EM CONTA ESSE FACTO, TÍNHAMOS QUE MELHORAR A IMAGEM DO CONCELHO”



REALIZAÇÃO DE SONHOS

De acordo com o autarca, durante este mandato, o Município avançou com outra obra estruturante: a construção de uma creche, “um sonho antigo que esta comunidade tinha. Éramos o único concelho do distrito de Beja que não dispunha desta reposta social. Este era um sonho com dezenas de anos que estamos agora a concretizar com o apoio da Santa Casa da Misericórdia de Alvito. Fomos os responsáveis pela construção e vamos assegurar o seu funcionamento, contudo, quem vai explorar a creche, até por forma a garantir todos os apoios da Segurança Social, será a Santa Casa que sempre nos acompanhou ao longo desta aventura. Apesar de Alvito ser um dos concelhos mais pequenos do País e com menor população vamos passar a ter esta mais-valia ao serviço das nossas crianças. Este investimento que fizemos no setor da educação é muito significativo no nosso concelho, contudo, a aposta está ganha”, sublinha o presidente.

Contudo, este não foi o único sonho antigo que a Autarquia realizou à população de Alvito, “o que nos enche de satisfação. Vamos ter, finalmente, uma zona vocacionada para atividades económicas. Éramos, mais uma vez, o único concelho do distrito que não tinha um espaço destes. Este é um projeto que já está aprovado e as obras irão iniciar brevemente, até porque já temos alguns lotes vendi-

dos nesta nova zona industrial que se vai localizar em Vila Nova da Baronia. Queremos distribuir os nossos investimentos pelas duas freguesias, até porque não faria sentido que fosse de outra forma”, explica o autarca.

Olhando para trás, João Valério é perentório: “Ao longo do tempo nunca baixámos os braços e a nossa luta e vontade de fazer mais e melhor nunca esmoreceu. Fomos o Executivo que mais ajudou as pessoas, entre todos aqueles que já estiveram à frente dos destinos deste concelho. Estivemos e iremos continuar a estar sempre disponíveis para ajudar. Infelizmente, na atualidade, há muitas pessoas que, apesar de trabalharem nunca conseguem sair da pobreza. Assim, não nos podemos sentir bem quando sabemos que semelhantes passam por dificuldades, daí que as ajudas que atribuímos neste concelho sejam transversais e adaptadas a todas as camadas da população. Foi por isso que criámos o Projeto Aproximar que tem como principal objetivo diminuir o impacto da solidão e do isolamento, através da criação de um serviço de proximidade, adaptado às necessidades de cada munícipe, diminuindo o impacto da solidão e do isolamento, ao mesmo tempo que promove o seu bem-estar físico, psicológico e emocional e potencia a inclusão social. A infoexclusão e a solidão são problemáticas que tem que ser combatidas. Queremos estar sempre ao lado das pessoas e

ajudá-las a resolver os seus problemas”. O autarca destaca ainda uma imagem de marca deste Executivo: o apoio dado às juntas de freguesia. “Não temos miniguado os nossos apoios, muito pelo contrário, temo-los aumentado exponencialmente. Esta será uma mais-valia que não vai voltar atrás até porque são as juntas de freguesia que estão mais perto das populações e que são melhor conhecedoras das suas necessidades, daí que esta articulação seja de vital importância”.

DESAFIOS A TRANSPOR

O presidente considera que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que será implementado no nosso País será uma oportunidade que o concelho tem que aproveitar. “Este programa está já no terreno, pelo que estamos a definir projetos e prioridades que possamos alavancar com este plano. Queremos apostar nas acessibilidades, área em que o concelho de Alvito está bastante deficitário. Como é público, o anterior quadro comunitário de apoio não contemplava apoios para este setor temos que aproveitar esta nova oportunidade. Assim, temos já o projeto para a recuperação de três vias no nosso concelho”. O autarca assevera ainda que o Município também já encontrou os meios necessários para colocar em funcionamento no concelho uma estratégia local de habitação. “Fomos um dos primeiros no

Alentejo a tê-la aprovada. Esta está agora no terreno, no âmbito do Programa 1º Direito. Vamos começar a construir habitações, sendo que está previsto que este projeto se prolongue durante quatro anos, indo de encontro às pretensões do Governo Central de resolver os problemas da habitação no nosso País em unísono com aquelas que serão as comemorações dos 50 anos sobre o 25 de abril. Infelizmente, foi preciso meio século para que conseguíssemos dar aos portugueses uma habitação condigna, situação que esperamos que seja uma realidade efetiva em 2024”.

No que concerne ao plano delineado pela Autarquia, João Valério esclarece que este, por um lado, contempla investimentos particulares. “Realizámos um levantamento efetivo de todos os habitantes do concelho que necessitam de uma habitação condigna, sendo que estas pessoas podem, individualmente, candidatar-se a apoios que serão significativos, sobretudo porque o PRR contempla verbas para este setor. Por outro lado, será realizado investimento camarário, uma vez que iremos resolver 28 situações já identificadas. Já estamos no terreno e o calendário de intervenções está definido. Por fim, a nossa estratégia local de habitação responde ainda à problemática das habitações devolutas existentes no concelho”. O autarca explica que o Município irá proceder à aquisição de habitações degradadas que irá depois recuperar e colocar no mercado da habitação social. “Além da vertente estética, estas casas serão efetivamente ocupadas por pes-





soas, o que ajudará a regular o mercado da habitação no concelho. Com estas novas habitações os preços irão baixar, o que vai permitir a fixação de pessoas em Alvito, até porque o valor das habitações será mais baixo, logo mais atrativo”, completa.

Por fim, o autarca advoga que este Executivo marcou a diferença na dinamização e construção de espaços verdes, através do embelezamento das duas vilas existentes no concelho, fator importante “não só para os munícipes que aqui vivem o seu dia a dia, mas também para todos aqueles que nos visitam e que merecem ser bem-recebidos. Queremos ter duas vilas bonitas, cuidadas e apresentáveis. Na área ambiental, devo destacar ainda que somos um dos poucos municípios a nível nacional que temos o serviço de recolha seletiva de lixo porta-a-porta, realidade que também nos deixa muito orgulhosos. Preocupamo-nos muito com as questões ambientais e defendemos que esta é uma problemática que nos deve preocupar a todos, sob pena de, daqui a uns anos, se tornar num problema sem resolução. O lixo é um problema gravíssimo. Assim, estamos a trabalhar em parceria com toda a população com o objetivo que todo o lixo criado seja reciclado ou reaproveitado, uma vez que o futuro do meio ambiente está nas mãos de cada um de nós. Hoje em dia, a aposta já não se deve concentrar na reciclagem, mas sim na redução da produção de lixo. É importante consciencializar as pessoas e fazê-las perceber o importante papel que todos temos neste desafio”.

DESAFIO CHAMADO PANDEMIA

João Valério garante que, a pandemia não alterou muito aquele que foi o programa eleitoral que o Executivo apresentou à população em 2017. “Apesar de todos os azares que o mundo e o País viveram, o concelho de Alvito acabou por ter muita sorte, uma vez que o número de casos nunca foi muito preocupante. Nunca tivemos um foco de infeção num lar, o que foi uma importante mais-valia. Julgo que tivemos sorte, uma vez que, enquanto autarcas, não tomámos medidas dife-




“APESAR DE TODOS OS AZARES QUE O MUNDO E O PAÍS VIVERAM, O CONCELHO DE ALVITO ACABOU POR TER MUITA SORTE, UMA VEZ QUE O NÚMERO DE CASOS NUNCA FOI MUITO PREOCUPANTE. NUNCA TIVEMOS UM FOCO DE INFEÇÃO NUM LAR, O QUE FOI UMA IMPORTANTE MAIS-VALIA”

rentes das adotadas noutros concelhos. Estivemos todos muito preocupados com esta problemática e considero que as autarquias estiveram à altura do desafio que lhes foi lançado. Assim, instalámos um covidário que ainda permanece operacional, ainda que nunca tenha sido necessário”. Apesar disso, o autarca defende que o grande mérito desta luta não se deve ao Executivo ou à Autarquia, mas à população “que teve sempre a sensibilidade para perceber o perigo que esta doença acarreta e que, por isso, souberam sempre tomar as devidas precauções. Claro que acompanhámos todo este processo desde o primeiro dia, com reuniões periódicas com as entidades competentes, contudo, a postura e comportamento da população devem ser enaltecidos”.

Para além da Autarquia ter realizado a distribuição de todo o tipo de equipa-

mentos de proteção individual (EPI) e de ter realizado inúmeros testes à população, com o intuito de minimizar os impactos negativos que a pandemia provocou no concelho, o Município concedeu apoios a empresários de estabelecimentos de restauração e bebidas, “uma das áreas mais afetadas”, com reduções substanciais, e a estabelecimentos comerciais obrigados a encerrar na sequência do confinamento decretado pelo Governo. Assim, a Autarquia isentou os concessionários de estabelecimentos municipais do pagamento de renda, tendo concedido apoio semelhante aos proprietários dos estabelecimentos, quando arrendatários, no valor da renda paga, no caso desta ser inferior ou igual a 350€. Sendo superior, o apoio foi de 350€. Por fim, no caso dos proprietários dos estabelecimentos, o Município concedeu um apoio no

valor de 150€. De salientar que a Autarquia concedeu ainda aos empresários a isenção de pagamento do serviço de água, saneamento e resíduos sólido, assim como de todo o tipo de taxas como publicidade, esplanadas e ocupação do espaço público.

O autarca lembra que o Município também lançou o programa «Fique em casa, nós vamos por si!», com o objetivo de levar às famílias mais vulneráveis bens de primeira necessidade e medicamentos. “Com esta medida, as pessoas permaneceram em casa, salvaguardando a sua saúde e a dos outros”. As entregas foram asseguradas pela Autarquia. “Além disso, disponibilizámos um serviço de apoio psicológico para ajudar todos aqueles que tiveram dificuldade em lidar com o confinamento e com esta nova realidade. Já no que concerne às escolas, contratámos uma empresa especializada que ficou responsável por esse acompanhamento e pela definição e implementação de todos os planos de emergência e contingência. Por fim, disponibilizámos uma linha para apoio aos pais e para o esclarecimento de todo o tipo de dúvidas, com o apoio do Centro Médico do Algarve. Basicamente, em primeiro lugar colocámos as pessoas, o seu bem-estar e segurança”, conclui. 

MUNICÍPIO DE MANTEIGAS

O MELHOR MUNICÍPIO PARA VIVER NO PAÍS

Esmeraldo Carvalhinho preside os destinos daquele que foi considerado o melhor Município para se viver, no País, em 2020. A cumprir o segundo mandato como presidente da Câmara Municipal de Manteigas, tendo sido eleito em 2009 e 2017, o autarca encara o futuro com otimismo e são vários os projetos que pretende implementar no doncelho ligados ao setor do turismo, reabilitação urbana, cultura, habitação e revitalização da economia, com o intuito de aumentar o nível de qualidade de vida dos manteiguenses, ao mesmo tempo que valoriza este doncelho ímpar, as suas riquezas naturais, arquitetónicas, gastronómicas e culturais.



► “Aquando do meu primeiro mandato, em 2009, começamos por redirecionar a economia local para outros setores de atividade, uma vez que os têxteis tinham entrado em crise. Foi nessa altura que colocámos Manteigas na rota do turismo nacional, valorizando o doncelho, as suas riquezas naturais, arquitetónicas, gastronómicas e culturais, ao mesmo tempo que fazíamos a sua promoção de forma incisiva junto de todos os portugueses. Nesse momento, Manteigas co-

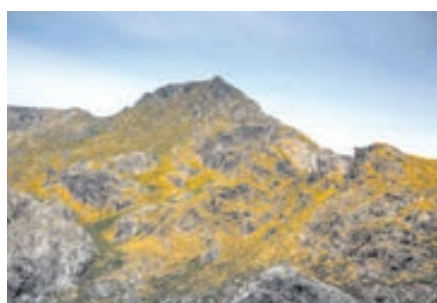
meçou a ter notoriedade, mais-valia que tem vindo a aumentar. Em 2020 fomos mesmo considerados o Município com melhores condições para viver no País e somos também o doncelho que mais cresceu em termos percentuais no que concerne ao pagamento de despesas turísticas por transferências bancárias. Estas distinções apenas mostram que estamos no bom caminho no que diz respeito ao aumento do nível de qualidade de vida dos manteiguenses, assim como no aproveitamento turístico das nossas capacidades e mais-valias”, recorda Esmeraldo Carvalhinho, presidente da Câmara Municipal de Manteigas que considera que, no futuro, seria de suma importância a continuidade deste trabalho. Para esse efeito, o autarca afirma que, no que concerne à valorização do território, será importante a conclusão de alguns instrumentos de planeamento, como o Plano de Pormenor das Penhas Douradas, para onde o Município pretende definir um conjunto de regras que te-



rão que ser “extremamente restritivas, uma vez que falamos do Parque Natural da Serra da Estrela. Queremos potenciar e permitir o aproveitamento natural das Penhas Douradas, utilizando, para isso, aquele conjunto de casas já existente, onde funcionaram antigos sanatórios. Estes espaços serão convertidos numa nova aldeia turística de montanha. Queremos que esta não seja uma aldeia de montanha comum, mas uma que potencia uma maior visitação e fruição daqueles espaços”, sublinha o presidente. Esmeraldo Carvalhinho revela que pretende ainda instalar naquele local um moderno centro de estâgios de média e alta altitude, “mais-valia para as diversas modalidades que se praticam em Portugal, uma vez que o País não está dotado de uma estrutura destas. Até agora, os atletas são obrigados a deslo-

car-se para o estrangeiro para realizar um estágio destes”. O autarca ressalva ainda que, no âmbito deste Plano, o Município pretende implementar também uma ligação mecânica entre a vila de Manteigas e as Penhas Douradas, através de um funicular ou de um teleférico. Neste momento está já a ser realizado um estudo de viabilidade técnica nesse sentido. “Queremos implementar este projeto que será pioneiro na Serra da Estrela e que será muito atrativo do ponto de vista turístico. Além disso irá contribuir para o objetivo que pretendemos também atingir de Manteigas carbono zero”, acrescenta.

De acordo com o presidente, a Autarquia também planeia avançar com o Plano de Pormenor da Relva da Reboleira, “até porque temos que resolver a problemática do Skiparque. Esta estru-





tura tem que ser alavancada com mais equipamentos, por forma a que o parque se torne mais atrativo para todos aqueles que nos visitam, potenciando, desta forma, a própria sustentabilidade do projeto, juntamente com o parque de campismo e a praia fluvial”.

Para além disso, o Executivo também não esquece a requalificação urbana, através das ARU - Áreas de Reabilitação Urbana de Sameiro e de Vale de Amoreira, as duas freguesias rurais que o concelho possui. “Quando estes processos estiverem concluídos teremos a possibilidade de realizar uma maior intervenção na requalificação destes dois centros urbanos rurais”. A vila já tem a sua ARU em desenvolvimento. Para além disso, “iremos avançar com diversas obras de reabilitação urbana que pretendemos levar a cabo, uma vez que existem espaços urbanos que precisam de ser requalificados. Ainda que não queiramos descaracterizar a vila, queremos valorizá-la e continuar com a construção de alguns parques urbanos que já iniciámos, a juntar à requalificação de algumas zonas que fazem parte do perímetro urbano da vila”. Esmeraldo Carvalhinho advoga que o Município também pretende intervir seriamente ao nível da habitação, “até porque sabemos que existem problemas no concelho ao nível do mercado de arrendamento. Nesse sentido queremos potenciar o aumento da oferta, através do Programa 1º Direito, cujo diagnóstico foi concluído, sendo que a estratégia também já está definida. Este é um processo que está já em curso, contudo penso que deve ser reforçado no futuro, até porque o Plano de Recuperação e Resiliência está muito vocacionado para o setor da habitação”.

Pese embora, neste momento, a taxa de desemprego estar controlada no concelho, sendo a mais baixa da região, “queremos elevar o patamar social dos nos-



sos concidadãos, pelo que vamos adaptar todos os nossos regulamentos de apoio a esta nova realidade nomeadamente: idosos, jovens, primeiro filho, fixação de famílias, entre outros. Antes do Covid a taxa de desemprego fixava-se abaixo dos 3%. A pandemia apenas veio provar que, no setor social, nada é estático, pelo que temos que nos reinventar”, sublinha o presidente.

No que concerne ao setor da cultura, de acordo com o autarca, o Executivo pretende terminar o levantamento do património imaterial do concelho, “até porque temos uma riqueza ímpar não só a nível natural, mas também na componente histórica. Queremos, por isso, dar corpo a um projeto já antigo que foi atravessando os anos e os diversos mandatos, sem nunca ter sido concretizado. Falo da instalação de um museu ligado à floresta, até porque fomos a primeira circunscrição florestal de Portu-



gal e somos um concelho de onde saíram projetos florestais para outras zonas do País. Isto faz com que tenhamos nesta área um espólio e um conhecimento enormes. Este espaço funcionará ainda como museu municipal como forma de marcarmos a história de Manteigas e deixar para o futuro, de alguma forma, aquela que foi a forma de viver dos nossos antepassados”.

O presidente lembra ainda que, a nível turístico, o concelho tem um potencial enorme. Neste momento, Manteigas tem mais de 200 quilómetros de trilhos pedonais, distribuídos por 16 percursos. Apesar disso, Esmeraldo Carvalhinho esclarece que o Município quer requalificar a oferta e definir, pelo menos, mais dois percursos que se situam em zonas que ainda não estão servidas por esta oferta. “No fundo, queremos tornar-nos ainda mais atrativos e potenciar, ainda mais, a fixação de tecido económico na área do

MENSAGEM AOS MUNICÍPIES

“Deixo, sobretudo, uma mensagem de esperança no futuro, até porque a batalha contra o Covid-19 está quase ganha. O concelho de Manteigas está com níveis de evolução socioeconómicos nunca vistos, pelo que estou confiante de que, rapidamente, recuperaremos as dinâmicas que a pandemia veio interromper”.

alojamento, sendo que é reconhecido que, ao longo dos últimos anos Manteigas tem sido um pólo de atração para este setor. A nossa oferta vai desde o alojamento local, até aos hotéis de cinco estrelas, contudo queremos sempre mais e melhor”. Segundo o autarca, a revitalização da economia não passa apenas pela criação de emprego. “Também temos que demonstrar aquilo que fazemos, pelo que precisamos de avançar com a construção de um pavilhão multiusos, ideal não só para atividades de dinâmica cultural e recreativa, mas também para podermos fazer a nossa Expo Estrela – Mostra de Atividades e Feira de Artesanato, o certame mais importante que realizamos como forma de demonstração da atividade económica do concelho”, completa.

DESAFIO: PANDEMIA

O autarca admite que a atual pandemia alterou significativamente aquele que era o programa eleitoral que submeteu a sufrágio em 2017. “Julgo que isso aconteceu em todos os municípios do País ao nível, sobretudo, das atividades de animação e cultura que estavam projetadas e que não se puderam realizar porque implicavam uma grande concentração de pessoas. Somos um concelho turístico, onde os eventos outdoor e as atividades dinamizadas na rua são habituais. Ainda assim, e apesar de termos sido obrigados a alterar os nossos programas para os anos de 2020 e 2021, conseguimos, durante o verão de 2020, obter os melhores resultados de sempre a nível turístico no concelho”, garante. O presidente enaltece ainda que existiram ainda alterações ao nível daquelas que eram as dinâmicas das diversas instituições públicas, “até porque fomos obrigados a trabalhar em regime de espelho e em teletrabalho. Ainda assim, conseguimos que a economia local do concelho

tenha sido compensada por todos os meses em que esteve encerrada, sobretudo, no que concerne ao setor da hotelaria e restauração”.

Esmeraldo Carvalhinho assegura que, agora, o Executivo tenta recuperar todas as alterações que teve que fazer e voltar a obras e projetos que tiveram que ficar adiados. “O atual mandato está perto do seu término e não teremos tempo suficiente para operacionalizar todos os projetos, porém, iremos tentar avançar com o possível. Aos poucos vamos reconver-
tendo todo o plano de ação da Autarquia por forma a responder aos interesses e necessidades dos munícipes”.

Apesar de todos os constrangimentos, contudo, o autarca advoga que o Município conseguiu colocar no terreno todas as obras alvo de fundos comunitários que estavam previstas. “Realizámos obras significativas, contudo, ainda nem todas as candidaturas foram aprovadas, mas estamos confiantes de que isso irá acontecer. Assim, avançamos para a sua realização com recurso a fundos próprios e iremos ser ressarcidos à medida que as candidaturas vão sendo aprovadas. A grande questão é que os serviços de aprovação de candidaturas, nomeadamente ao nível da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, não têm a celeridade desejada por forma a que consigamos cumprir com os projetos delineados numa resposta efetiva aos desejos da população”, reconhece.

APOIOS CONCEDIDOS

Foram inúmeros os apoios diretos e indiretos que o Município concedeu a em-




presas, instituições e população em geral, como forma de mitigar os efeitos nefastos desta pandemia. Desde logo, distribuiu inúmeros equipamentos de proteção individual (EPI) por todos os estabelecimentos comerciais do concelho, tendo feito essa distribuição em diversas ocasiões. Nas empresas também concedeu descontos no pagamento da fatura da água e lançou uma série de obras, “num apoio direto às empresas do concelho do setor da construção civil. Esta foi uma medida muito vantajosa para as empresas. Para além disso, estamos a ultimar a aprovação de um regulamento que permitirá às empresas o acesso a apoios, no âmbito de um programa dotado de 300 mil euros. No mínimo cada empresa candidata irá receber dois mil euros de apoio, sendo que este poderá atingir um máximo de dez mil. Esta será

uma ajuda direta da Autarquia a todas as pequenas e médias empresas que existem em Manteigas”, revela o presidente. Ao nível das famílias, a Autarquia concedeu descontos no pagamento da fatura da água e reforçou o Fundo de Emergência Social, que passou a ser de 60 mil euros, “no sentido de podermos ajudar as famílias mais vulneráveis”. Para além disso, o Município criou uma rede de apoio para entrega de alimentos e medicamentos a todos aqueles que estavam em confinamento ou, no caso dos mais idosos, junto daqueles que não dispõem de retaguarda familiar.

De acordo com Esmeraldo Carvalhinho, por iniciativa da própria Autarquia, logo no início da pandemia, também foram testados todos os trabalhadores das diversas instituições que albergam “aqueles que eram os mais vulneráveis peran-



te este vírus”, nomeadamente as IPSS, os diversos lares e centros de dia. Foram ainda testados os bombeiros e os próprios funcionários do centro de saúde local, “numa atitude claramente proactiva e preventiva. Olhando para trás, julgo que a nossa postura interventiva de distribuição de EPI e de testagem da população fez toda a diferença no combate a esta pandemia. Tenho ainda que deixar uma importante palavra de apreço à parceria que estabelecemos com as entidades de saúde locais. Esteve sempre ativa a Comissão Municipal de Emergência e Proteção Civil, estando esta equipa pronta para intervir sempre que necessário. Como atuámos de forma imediata, conseguimos identificar, desde logo, os casos positivos. O centro de saúde atuou depois de forma rápida, no sentido de isolar estas pessoas, mantendo-as em vigilância ativa, contendo propagação de um possível surto. Este trabalho em parceria foi muito importante, uma vez que permitiu quebrar cadeias de contágio e, desta forma, controlar de forma mais efetiva o número de infetados existente no concelho”, conclui. 



FESTIVAL
OBSERVAÇÃO
de **aves**
& atividades de natureza

12ª EDIÇÃO

01»05OUT2021
SAGRES

Fotografia
Tahir Sialkot/picfair.com
Cidade de Sagres, Portugal



- » Atividades para crianças
- » Anilhagem de aves
- » Saídas de campo
- » Saídas de barco
- » Mini-cursos
- » Fotografia
- » Palestras
- » Atividades online



Inscrições a partir
de 10 de agosto de 2021

WWW.BIRDWATCHINGSAGRES.COM



ORGANIZAÇÃO



COFINANCIAMENTO



PATROCÍNIOS



APOIOS

